

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR

O COMBATENTE PORTUGUÊS

Coordenador

Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso

Autores

Miguel Gomes Martins
Eurico Gomes Dias
Carlos Alberto José Isabel
João Vieira Borges
Nuno Lemos Pires
Paulo Jorge Fernandes
Augusto António Alves Salgado
Ana Paula Pires

IUM – Centro de Investigação e Desenvolvimento (CIDIUM)

Junho de 2018

Como citar esta publicação:

Afonso, C. (Coord.), 2018. *O Combatente Português*. Coleção “ARES”, 20. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

Como citar um estudo desta publicação (exemplo):

Ribeiro, E., 2018. *O Combatente Português na Idade Média*. In: C. Afonso (Coord.). *O Combatente Português*. Coleção “ARES”, 20. Lisboa: Instituto Universitário Militar, pp. 5-26.

Comandante

Vice-almirante Edgar Marcos de Bastos Ribeiro

Editor-chefe

Major-General Jorge Filipe Marques Moniz Côrte-Real Andrade (Doutor)

Coordenador Editorial

Coronel Tirocinado Lúcio Agostinho Barreiros dos Santos (Mestre)

Chefe do Núcleo Editorial

Major Psicóloga Cristina Paula de Almeida Fachada (Doutora)

Designer Gráfico

Tenente-Coronel Técnico de Informática Rui José da Silva Grilo

Secretariado

Alferes RC Pedro Miguel Januário Botelho

Propriedade e Edição

Instituto Universitário Militar
Rua de Pedrouços, 1449-027 Lisboa
Tel.: (+351) 213 002 100
Fax: (+351) 213 002 162
E-mail: cidium@ium.pt
www.ium.pt/cisdi/index.php/pt/publicacoes
colecao-ares

Pré-Impressão e Distribuição

What Colour Is This?
Rua do Coudel 14, Lj. A,
2725-274 Mem Martins
Tel: (+351) 219 267 950
E-mail: info@wcit.pt
www.wcit.pt

ISBN: 978-989-99932-9-7
Depósito Legal: 442 818/18
Tiragem: 250 exemplares

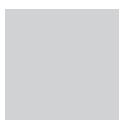
© Instituto Universitário Militar, 2018

Nota do Editor:

Os textos do presente volume são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

ÍNDICE

PREFÁCIO	v
<i>VALM Edgar de Bastos Ribeiro</i>	
INTRODUÇÃO	1
<i>TCOR Carlos Filipe Afonso</i>	
1. O COMBATENTE PORTUGUÊS DA IDADE MÉDIA	5
<i>Professor Doutor Miguel Gomes Martins</i>	
2. O COMBATENTE DA RESTAURAÇÃO	27
<i>Professor Doutor Eurico Gomes Dias</i>	
3. O MARINHEIRO DO SÉCULO XVII	37
<i>CFR Carlos Alberto José Isabel</i>	
4. O COMBATENTE DO SÉCULO DAS LUZES	51
<i>MGEN João Vieira Borges</i>	
5. O COMBATENTE DA GUERRA PENINSULAR (1807-1814)	61
<i>COR Nuno Lemos Pires</i>	
6. O COMBATENTE NAS CAMPANHAS AFRICANAS	81
<i>Prof. Doutor Paulo Jorge Fernandes</i>	
7. O MARINHEIRO NA GRANDE GUERRA	93
<i>CMG Augusto Alves Salgado</i>	
8. O SOLDADO NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL	105
<i>Professora Doutora Ana Paula Pires</i>	
POSFÁCIO DE AUTORES	117



PREFÁCIO

Edgar de Bastos Ribeiro

Vice-almirante

Comandante do Instituto Universitário Militar

Em 1976, John Keegan, então professor de História Militar da Academia Militar de Sandhurst, publicava a obra “O Rosto da Batalha”. Era, na altura, uma abordagem inédita e que contrastava com uma das ideias de história militar em vigor: a guerra não era vista pelas elites políticas e pelos generais, mas sim pelas bases, pelos homens que a combatiam. Eram observados os detalhes práticos do combate e os problemas que se colocavam aos homens no terreno.

O Seminário Livre “O Combatente Português” inspirou-se na ideia de Keegan e foi a primeira iniciativa deste género levada a cabo pelo Instituto Universitário Militar (IUM). Durante o primeiro semestre do ano letivo de 2015-2016, ao longo de 10 sessões, ao ritmo de uma por semana, uma dezena de reconhecidos especialistas conduziram os participantes através dos contextos, realidades, ansiedades e gáudios dos homens que combateram, na terra e no mar, nas fileiras de Portugal.

O elemento comum entre as sessões foi o combatente – marinheiro ou soldado – apresentado e analisado pelos intervenientes, tendo sido escolhidos alguns momentos de maior intensidade beligerante de Portugal. Entendeu-se, também, restringir cronologicamente a abrangência entre a Idade Média e o

início do século XX. Com efeito, as sessões iniciaram com o guerreiro medieval, protagonista do desenho e consolidação desta entidade política autónoma do Ocidente Peninsular e terminaram com o marinheiro e o soldado da Grande Guerra, evocação oportuna nesta altura em que se evoca o centenário daquele conflito.

O Seminário Livre “O Combatente Português” revestiu-se de grande importância para o IUM por vários motivos. Ao facto já aludido de se tratar da primeira iniciativa do género, juntam-se outros fatores, dos quais se destacam:

- A responsabilidade de difusão de conhecimento científico, sendo que a história militar constitui uma das áreas mais caras à Instituição;
- A necessidade de contínua atualização e valorização dos quadros das Forças Armadas e Guarda Nacional Republicana;
- A possibilidade e responsabilidade de divulgação de conhecimento junto de uma comunidade que se interessa por estes assuntos e que extravasa o contexto das Forças Armadas e de Segurança.

Como atual Comandante do IUM, manifesto nestas linhas o agradecimento aos palestrantes, que acolheram a ideia e se prontificaram, de imediato, a apoiar a iniciativa e em brindar os participantes com o seu conhecimento. Tivemos a oportunidade única de contar e poder debater com investigadores responsáveis pelo avanço de conhecimento científico em cada um dos assuntos e períodos abordados. É também de toda a justiça destacar a estreita e fundamental colaboração do Professor Miguel Gomes Martins, que assumiu a responsabilidade científica do Seminário.

O volume que ora damos à estampa é a síntese de oito das dez comunicações apresentadas pelos oradores. Intencionalmente, foi solicitado a cada um que elaborasse uma síntese da sua exposição, de modo descomprometido e direcionado para a divulgação ampla. Estamos na presença de uma composição única, que atravessa uma cronologia alargada e apresenta as dimensões principais do conhecimento histórico acerca dos indivíduos, dos combatentes.

Desejaríamos ter podido incluir também o conteúdo dos debates de cada sessão, que aprofundaram os assuntos e enriqueceram sobremaneira o Seminário. Há, no entanto, facetas da comunicação que só são possíveis através do contacto pessoal, do encontro presencial. E é nessa certeza que o IUM se constituiu e continuará a constituir como organizador e promotor de encontros científicos, quer no meio académico, quer vocacionados para o público em geral.



INTRODUÇÃO

Carlos Filipe Afonso

Tenente-Coronel de Infantaria

Doutorando em História

Centro de Investigação e Desenvolvimento do IUM (CIDIUM)

Instituto Universitário Militar (IUM)

Instituto de Estudos Medievais-FCSH

cfafonso75@gmail.com

A organização de um Seminário com a duração de um semestre constituiu uma experiência inédita com resultados muito positivos. Foi estruturado sob a forma de curso livre, dirigido a um leque abrangente de intervenientes, que compreendeu docentes do IUM, oficiais auditores dos diferentes cursos, militares provenientes de outras unidades e participantes civis, tendo decorrido entre 18 de novembro de 2015 e 3 de fevereiro de 2016, com periodicidade semanal.

A ideia inicial e pano de fundo subjacente foi a de difusão de conhecimento científico na área da história, numa linguagem acessível a não especialistas, um papel que também cabe ao Instituto. A montante, a consciência do divórcio, que ainda perdura em Portugal, entre o conhecimento científico e o ensino da história. É especialmente visível na educação básica e secundária, mas também se vê refletido no ensino superior em muitas áreas que necessitam da história (ou do passado), mas que não a têm como disciplina nuclear.

Nesta linha de pensamento, com a história militar no meio militar, o enviesamento mais comum prende-se com a necessidade que a Instituição tem de usar

o passado de um modo prático. Resultam, então, abordagens que se replicam e têm perdurado no tempo, que vão desde a história-batalha à análise parcial de aspetos militares do passado, desvinculada dos seus contextos e sem atenção à dimensão estrutural dos fenómenos. Estes desvios, muitas vezes referidos como “história”, estão longe – e por frequentemente são a antítese – da história enquanto campo de conhecimento científico.

Foi na consciência deste estado de coisas que o Seminário que levámos a cabo tencionou constituir mais um passo no sentido da aproximação do atual avanço do conhecimento histórico à comunidade militar e também civil que se interessa por assuntos militares. Pretendeu-se demonstrar que é possível transmitir informação rigorosa, despida de agendas apologéticas ao “caráter do soldado português” numa linguagem perfeitamente acessível a todos. O Seminário também contribuiu para apresentar isto mesmo: o passado, tal como é visto pela ciência histórica, é tão ou mais surpreendente do que as tradicionais abordagens em que a lenda e o mito se confundem com as evidências que as fontes e os restantes documentos aportam.

Centrar a abordagem no homem – no combatente – também contribuiu para o distanciamento da abordagem mais comum, pelo menos no meio académico militar, que se foca nas dimensões política, estratégica ou estratégico-militar. Naturalmente que estas dimensões devem ter um papel central na história militar dos cursos do IUM, já que a validade da história militar nesse contexto reside, precisamente, nas chaves de interpretação que confere às restantes unidades curriculares. Mas um curso livre serve também para isto, já que está liberto de amarras em relação aos planos de estudos em vigor.

O papel do IUM, enquanto entidade divulgadora de conhecimento científico foi assegurado e ficou bem patente na diversidade de proveniências dos 36 participantes inscritos: 15 oficiais pertencentes à Direção e corpo docente do IUM; nove oficiais auditores de diferentes cursos; nove provenientes de outras unidades ou estabelecimentos e três participantes civis.

Cada uma das dez sessões contou com uma presença média em redor dos 30 participantes, o que é demonstrativo do interesse suscitado. Pudemos também constatar, com bastante agrado, a afluência crescente de participantes não inscritos à medida que as sessões se iam sucedendo. Tanto quanto nos foi dado a perceber, a este movimento estiveram inerentes dois fatores: a maior contemporaneidade dos temas abordados nas sessões finais e a divulgação informal, quer dentro quer fora do IUM.

Naturalmente que todo o mérito reside na qualidade dos dez especialistas convidados, seis dos quais pertencentes a instituições universitárias sem relação direta com o mundo académico militar. Os temas propostos aos oradores

obedeceram a um compromisso entre os períodos abordados e a existência de experiência de combate. A escolha não foi fácil, já que haveria que colocar de parte alguns “combatentes” em detrimento de outros. Houve que optar, que sacrificar alguma coisa.

Uma das premissas iniciais foi a de não incluir nenhuma sessão posterior à Grande Guerra, pelo que ficaram à margem combatentes como os aviadores militares ou os soldados da guerra de África de 1961-75. Em relação aos primeiros, ainda seria possível apresentar os pioneiros portugueses da aviação militar, que participaram na guerra aos comandos de aeroplanos aliados. Os segundos conduziriam o Seminário para um campo que possui ainda muitos debates em aberto, levantando questões entre os conceitos de história e de memória que poderiam tornar qualquer sessão destinada a esta cronologia bastante diferente das restantes. Trataram-se, acima de tudo, de opções de coerência interna na estrutura do Seminário, que não invalidam em nada a possibilidade de abordagem destes temas em outras ocasiões ou contextos. Essa foi, aliás, uma das sugestões mais recorrentes apresentadas pelos participantes, uma vez decorrido todo o Seminário.

Foi possível reunir oito textos de síntese, que constituem o fundamento da presente publicação. No conjunto, materializam uma viagem com início no século XII e paragem na segunda década do século XX. Não estamos na presença de um livro técnico. Trata-se de uma coletânea que obedece às linhas condutoras já enunciadas e que permite que o leitor encare cada capítulo de forma descontraída e independente dos restantes. Foi explicitamente solicitado a cada autor que libertasse o seu texto do aparato crítico característico do trabalho historiográfico. Não se confunda, no entanto, esta opção com menor rigor. O valor científico das abordagens é assegurado pelo naipe de autores, todos investigadores destacados nas temáticas que apresentaram.

Boa leitura!

1. O COMBATENTE PORTUGUÊS DA IDADE MÉDIA

Miguel Gomes Martins

Doutorado em História da Idade Média pela Faculdade de Letras
da Universidade de Coimbra
Instituto de Estudos Medievais-FCSH
Gabinete de Estudos Olisiponenses
miguel.martins-283@clix.pt

Qualquer abordagem que se faça ao tema dos combatentes da Idade Média, assenta à partida, mesmo que involuntariamente, na premissa de que se há indivíduos que combatem, então certamente existirão outros que não o fazem. À primeira vista, nada podia parecer mais óbvio. Contudo, importa sublinhar, como pressuposto-base para esta nossa análise, que essa distinção, se bem que perfeitamente válida e facilmente observável para outras cronologias, oferece inúmeros problemas no que ao período medieval diz respeito, desde logo porque a fronteira entre uns e outros é ténue e extremamente variável.

De facto, dada a inexistência de exércitos permanentes, por um lado, e as características das hostes da Idade Média, recrutadas *ad-hoc* e por períodos de tempo muito circunscritos, por outro, o não-combatente de hoje, era frequentemente o combatente de amanhã, e vice-versa.

Mas para além disso, a própria sociedade medieval encontrava-se – e o caso português é disso um bom exemplo – organizada em função da guerra. De facto, boa parte dos produtos cultivados por um “simples” agricultor era usada para alimentar os efetivos que compunham os exércitos; muita da roupa costurada

por um “inocente” alfaiate tinha também um uso marcial; e um “pacato” carpinteiro tinha, muitas vezes, que participar em obras levadas a cabo em castelos e cercas defensivas. Como lembra Christopher Allmand, “a guerra era cada vez mais uma empresa social em que a maior parte dos que não combatiam desempenhavam um papel cada vez mais importante no abastecimento dos exércitos. Onde terminava, então, o papel do não-combatente e começava o do soldado? A linha de demarcação não era de todo clara”¹.

Nesse sentido, esta nossa análise terá como objeto de estudo, os combatentes portugueses da Idade Média, entendidos como aqueles que num determinado momento e de forma direta participam pessoalmente nas atividades guerreiras conduzidas pelas autoridades portuguesas, em particular pela Coroa.

E conhecê-los implica, em primeiro lugar, identificar e observar quais as forças de que a Monarquia dispunha para as operações militares que empreendia, algo que, desde logo nos revela não um, mas diversos tipos de combatentes, agrupados em quatro grandes categorias.

Em primeiro lugar surge-nos a **mesnada do rei**, uma força de contornos eminentemente palacianos, mas cuja missão não se limitava a garantir a proteção e a segurança do rei. E como a maior parte dos seus membros se encontrava constantemente, em resultado da sua missão, junto do monarca, isto é, na Corte, rapidamente a mesnada do Rei se converteu numa autêntica “força de intervenção rápida”, disciplinada e bem adestrada, cujo serviço era frequentemente utilizado para a formação do corpo central das hostes régias. Era composta, essencialmente, por forças de cavalaria, talvez entre as 30 e as 80 lanças, e era integrada por indivíduos oriundos do grupo social dos cavaleiros – ou seja, dos estratos médios da nobreza –, muitos deles criados do rei, a quem este, na maior parte dos casos, fornecia as montadas e algum do armamento, assegurando-se, desse modo, do seu elevado grau de prontidão e de operacionalidade. Por finais da centúria de Duzentos, esta guarda – que encontramos documentada desde o governo do conde D. Henrique – converte-se num corpo dedicado em exclusivo à guarda pessoal do monarca, passando a ser designada como Guarda do Rei, sendo a partir daí composta por elementos de outros grupos sociais que não, como até então, por membros da nobreza.

Mas por muito importantes que pudessem ser estes efetivos, eram as **mesnadas nobres** que constituíam – como lhes chama Mário Barroca – a “espinha dorsal” dos exércitos medievais². Como contrapartida pela entrega de um se-

¹ Allmand (1999, p. 261).

² Barroca (2003, p. 79).

nhorio, de uma honra, de um préstamo territorial, de uma tenência ou – como se vulgarizou a partir de finais do século XIII – de uma determinada quantia em numerário, cada vassalo encontrava-se obrigado, quando convocado para campanha, a fazer-se acompanhar por uma mesnada de composição e dimensão variável, mas proporcional ao valor do senhorio ou da remuneração recebida do seu senhor. Recordemos o caso de Pedro Afonso, vassalo de Afonso IV, que em função dos bens e da quantia que recebia do rei estava compelido a servi-lo acompanhado por outros dois cavaleiros³. Claro que essas cifras podiam ser consideravelmente mais elevadas, bastando para isso que o valor dos bens ou os montantes entregues pelo senhor ao seu vassalo fossem também superiores. Veja-se o caso do irmão da rainha D. Leonor Teles, o conde João Afonso Telo, que em virtude da avultada quantia recebida da Coroa estava obrigado a apresentar-se com uma mesnada composta por 50 lanças de cavalaria⁴. Claro que se trata de um caso excepcional, pelo que, em média, estes contingentes oscilariam entre os 10 e os 20 cavaleiros, embora existisse também um grande número de vassalos que recebiam do seu senhor apenas o suficiente para a aquisição do seu próprio equipamento e cavalo. São aqueles a quem as fontes chamam “cavaleiros de um escudo e de uma lança” e que, supomos, constituiriam a esmagadora maioria dos combatentes nobres mobilizados pela Coroa, como Pedro Garcia, João Garcia, Fernão Garcia e Gil Garcia de Brandão, filhos de Garcia Martins de Brandão e de D. Mor Rodrigues de Urró, assim identificados pelo conde D. Pedro⁵. Ora se a fortuna de cada indivíduo e os montantes recebidos se refletiam na dimensão e composição das mesnadas – e sublinhe-se que para além de forças de cavalaria, integravam também combatentes apeados, talvez na ordem dos 2-3 peões por cada cavaleiro⁶ –, também se expressavam no modo como esses indivíduos se armavam. Assim, enquanto alguns adquiriam e mantinham, por vezes com grandes dificuldades, boas armas (defensivas e ofensivas) e cavalos de qualidade, outros, pelo contrário, apresentavam-se para combate tão mal equipados e montados, que acabavam por se converter no alvo da chacota dos seus pares. Recordemos duas cantigas do trovador Afonso Lopes de Baião, que retratam a mesnada de Rui Gomes de Briteiros, e cujos membros se apresentavam, um montado num cavalo tão magro que mais parecia um furão, outro que envergava um perponte roto e sem o enchimento de algodão destinado a amortecer os golpes, um outro armado com uma lança

³ Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, doc. 115, de 1338, agosto, 3 (1991, p. 211).

⁴ Monteiro (1998, p. 34).

⁵ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, (1980, p. 28).

⁶ Fitz (1998, pp. 140-142).

de pinho, outro com duas esporas direitas, um outro que para além de empunhar uma lança empenada, envergava um capelo furado e com o nasal torto, e ainda um outro, cujo escudo, anteriormente arrumado numa capoeira, ainda trazia um galo pendurado. Uma verdadeira “Tropa Fandanga”⁷. Claro que tudo isto não passa de uma mera caricatura, mas que ainda assim sugere que muitas das mesnadas fornecidas pela nobreza estariam longe de atingir os padrões de qualidade desejados e exigidos pela Coroa⁸.

Particularmente expressivo, pela dimensão dos contingentes que podiam ser apresentados, era também o contributo dos **concelhos**, cujas milícias, até inícios do século XIV, eram compostas genericamente por combatentes de cavalaria – os célebres cavaleiros-vilãos – e de infantaria, uma distinção assente na avaliação da fortuna de cada indivíduo e na capacidade, daí decorrente, para adquirir e manter, ou não, uma montada. Apesar de o seu papel ao longo do período da Reconquista ser unanimemente reconhecido como da maior importância, estas forças acabariam, no entanto, sobretudo ao longo do século XIII, por perder muita da sua relevância. Era uma situação resultante de inúmeros fatores: do afastamento progressivo da fronteira, que levava a que muitas das milícias concelhias deixassem de realizar – por sua iniciativa – cavalgadas contra território inimigo; do clima de relativa paz que se seguiu à conquista definitiva do Algarve; e do facto de a hoste régia ter passado ser convocada com muito menos regularidade, pelo que as exigências de um serviço militar efetivo começaram também a ser cada vez em menor número. Como consequência de todo este cenário, as milícias concelhias foram, a pouco e pouco, perdendo a sua capacidade ofensiva, mas também os hábitos e as rotinas de combate até então adquiridas. Além disso, as montadas e as armas dos milicianos, sem uso, começaram a sofrer um nítido processo de deterioração. Muitos nem sequer as adquiriam – convictos, por um lado, que ninguém os obrigaria a provar que as possuíam e, por outro, que muito provavelmente nunca as iriam utilizar –, enquanto outros se apresentavam mal equipados, com armas velhas e cavalos pouco ou nada adequados à atividade guerreira. De modo a obviar a esta perda de atributos, em inícios de Trezentos, D. Dinis implementou um importante conjunto de medidas destinadas, em primeiro lugar, a adequar à realidade de então os valores que ditavam a integração dos vizinhos dos concelhos ora no grupo da cavalaria, ora no grupo da infantaria. Para além disso, o rei criou também, dentro de cada um desses dois grupos socio-militares, e mais uma vez de acordo com a fortuna de cada miliciano, duas subcategorias, dividindo o pri-

⁷ Ventura e Oliveira (2001-2002, pp. 148-150, 153).

⁸ Monteiro (1998, pp. 31-43) e Martins (2014, pp. 24-76).

meiro em cavalaria pesada e ligeira; e o segundo, em infantaria pesada e ligeira. O monarca definiu, por fim, o equipamento, as armas e as características das montadas que, em função do grupo onde era integrado, cada miliciano estava obrigado a adquirir e a possuir, e com as quais se deveria apresentar quando convocado, ora para campanha, ora para os alardos que periodicamente eram realizados para apurar a qualidade e o bom-estado das armas e dos cavalos. Graças a este modelo de recrutamento implementado em inícios do século XIV, a Coroa passava a dispor, só com base nos 11 mais importantes centros urbanos do reino, de um total de perto de 900 lanças de cavalaria, teoricamente com boas armas e bons cavalos, e de cerca de 9.000 peões, igualmente bem armados, sem dúvida que um importante recurso para engrossar a hoste régia⁹.

Foi dentro do universo concelhio que nasceu, em 1299 e também por iniciativa de D. Dinis, a milícia **dos besteiros do conto**. Era composta, como o nome indica, por atiradores armados com a mais letal das armas da Idade Média, tão letal que a Igreja chegou mesmo a proibir o seu uso entre cristãos. Encontrava-se organizada segundo diversas unidades de recrutamento espalhadas pelo território do reino às quais estavam atribuídos quantitativos fixos e previamente estabelecidos pela Coroa, e que, em alguns casos, como em Lisboa, atingiam os 300 indivíduos. Era-lhes exigido uma elevada prontidão, a posse de armas de boa qualidade e, acima de tudo, um grande grau de perícia desenvolvido, em boa medida, graças aos exercícios de treino semanais a que estavam obrigados, deveres que eram compensados com atraentes privilégios de natureza económica e jurídica. O sucesso da milícia dos besteiros do conto foi tal, que das 17 anadelarias documentadas no reinado de D. Dinis, chegados aos inícios da década de 1420 esse número ascendia já a 300 unidades de recrutamento, de onde eram provenientes cerca de 5000 efetivos¹⁰.

Outro dos elementos constitutivos dos exércitos portugueses da Idade Média eram as forças disponibilizadas pelas ordens militares do Templo, – convertida em Ordem de Cristo em inícios do século XIV –, do Hospital, de Santiago e pela Milícia dos Freires de Évora, transformada em Ordem de Avis aquando da mudança da sua sede para a vila de Avis, durante o governo de Afonso II. O seu núcleo central era formado pelos freires cavaleiros que, na década de 1320, oscilavam entre os 71 da Ordem de Cristo e os 51 da Ordem de Avis, mas que em inícios do século XV, atingiam já 100 freires cavaleiros na Ordem de Cristo e na de Santiago; 80 na de Avis e 60 na do Hospital. A estes somavam-se também alguns freires sergentes – não tão bem armados e que tanto combatiam apeados como a

⁹ Monteiro (1998, pp. 43-58) e Martins (2014, pp. 81-137).

¹⁰ Martins (2008, pp. 379-395).

cavalo –, talvez na ordem, na melhor das hipóteses, de uma vintena de indivíduos em cada uma dessas instituições, a que se acrescentavam ainda alguns auxiliares, cujo vínculo às ordens e aos seus membros nem sempre é fácil de compreender, e que podiam, como no caso da Ordem de Cristo, atingir a meia centena de efetivos. Contudo, se nos recordarmos que a esmagadora maioria desses homens – freires cavaleiros, sergente e auxiliares – se encontrava distribuída pelos castelos que as ordens militares tinham à sua guarda e que aí deveriam permanecer para garantir a sua defesa, facilmente se percebe que os exércitos de campo reunidos por essas instituições teriam um núcleo central constituído, na melhor das hipóteses, por cerca de 50 a 55 indivíduos cada uma. Nesse sentido, os exércitos disponibilizados pelas ordens militares tinham obrigatoriamente que contar com o contributo adicional de outras forças. Era o caso dos vassallos de alguns freires cavaleiros, designadamente dos seus mestres e comendadores; de algumas mesnadas nobres – e recordemos o caso da hoste de Martim Anes do Vinhal, que em diversas ocasiões colaborou com as forças santiaguistas durante as campanhas das décadas de 1230 e de 1240 –; de contingentes de almogávares; de homiziados – e relembre-se que o primeiro couto de homiziados foi instituído em Noudar, precisamente numa fortaleza da Ordem de Avis¹¹ –; de mercenários e, acima de tudo, das milícias concelhias das localidades integradas nos vastos senhorios que estas instituições possuíam, sobretudo no centro e sul do território português e que constituíam o sector numericamente mais expressivo dos exércitos reunidos pelas ordens militares¹².

Identificados, de acordo com a sua origem, os principais grupos de combatentes que, em Portugal, integravam as hostes régias medievais, procuraremos agora olhar para esses homens sob um prisma mais alargado, de modo a tentar perceber o que tinham em comum; quais os principais pontos de contacto e semelhanças entre eles; mas também para conhecermos o que os distinguiu e o que separava uns dos outros para, assim, podermos formular uma imagem, necessariamente incompleta, mas ainda assim tão ampla quanto possível a respeito dos guerreiros portugueses da Idade Média.

E sem dúvida que um dos seus traços mais característicos é o facto de os encontrarmos envolvidos em operações tão distintas quanto as batalhas campais, as cavalgadas ou os cercos. Não porque assim o quisessem, mas porque o tipo de guerra praticado na Idade Média a isso os obrigava. De facto, se olharmos, por exemplo, para o caso de Fernão Peres Cativo, alferes de Afonso Henriques, tanto o encontramos no fossado de Ladeia, em 1136, como no cerco

¹¹ Moreno (1986, p. 94).

¹² Monteiro (1998, pp. 79-84) e Martins (2014, pp. 160-208).

de Lisboa de 1147, sendo também possível que tenha estado presente na batalha de Ourique, em 1139¹³. Do mesmo modo, se observarmos o percurso de Antão Vasques de Almada, vemo-lo a participar nas batalhas de Atoleiros e de Aljubarrota (em 1384 e 1385, respetivamente), a lançar, em outubro de 1385 e por sua própria conta, uma investida contra território castelhano de onde trouxe, como era seu intuito, um impressionante saque, e a integrar as hostes que em 1386 cercaram Cória e que em 1388 puseram cerco a Campo Maior, operação onde, aliás, acabaria por morrer¹⁴.

De facto, os combatentes da Idade Média – e obviamente que não apenas os portugueses, convém sublinhar – são extremamente versáteis, adaptando-se – aparentemente, com facilidade – a todo o tipo de ações militares, ao ponto de tanto os vermos envolvidos em diversos tipos de operações terrestres, mas também em campanhas navais, circunstância que sublinha ainda mais essa polivalência que os caracteriza. Atente-se, a esse propósito, no exemplo de Fernão Gonçalves Churrichão, *O Farroupim* –, que as fontes narrativas celebrizaram pelo nome de D. Fuas Roupinho –, que tanto comandou expedições terrestres, como o ataque a uma força almóada que, em 1180, avançava sobre o castelo de Porto de Mós, quanto operações navais, como o ataque a Ceuta em 1182¹⁵. E veja-se também o caso de Estêvão Vasques Filipe, que tanto participou ativamente na defesa de Ciudad Rodrigo durante o cerco de 1370, como na campanha de 1386, que culminou com o cerco a Cória, estando igualmente presente nas Batalhas navais de Saltes, em 1381, e do Tejo, em 1384¹⁶.

Mesmo a participação em ações armadas conduzidas fora do território português, ou seja, em geografias e climas bem diferentes dos que aqueles a que estavam habituados, parece não ter constituído, para esses homens, um problema de maior. Recordemos, por exemplo, a presença de Gualdim Pais, Mestre do Templo, e de Afonso Peres Farinha, Prior do Hospital nos teatros de operações da Síria / Palestina, o primeiro entre 1149/50 e 1155/56 e o segundo em três momentos distintos da sua vida, entre 1244 e 1248, entre 1253/54 e 1258 e, por fim, entre 1262 e 1266¹⁷. Relembrem-se também os exemplos de Gonçalo Martins de Numães, que em 1268 participou na Batalha de Tagliacozzo, ferida nas proximidades de Roma¹⁸; do prior do Hospital, Álvaro Gonçalves Pereira, e

¹³ Martins (2011, pp. 40, 82).

¹⁴ Martins (2013, pp. 296-317).

¹⁵ Henriques (2003, pp. 20-22) e Mattoso (2007, p. 265).

¹⁶ Martins (2001, pp. 16-19, 23-31).

¹⁷ Martins (2013, pp. 54-57, 133-140).

¹⁸ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980, p. 377).

a sua presença nas campanhas conduzidas pelos Hospitalários de Rodes, na década de 1340, na região do Mediterrâneo Oriental; do infante D. Pedro, filho de D. João I, que lutou nas fronteiras leste do Sacro Império Romano-Germânico, sob as ordens do imperador Segismundo; ou ainda de Pedro Vaz de Almada que, ao serviço da Coroa inglesa, participou em alguns episódios da segunda fase da Guerra dos Cem Anos, designadamente no cerco a Rouen, entre Julho de 1418 e Janeiro de 1419¹⁹. E isto para não falar da forma como as forças portuguesas estacionadas em Ceuta se adaptaram, facilmente, ao terreno e ao clima do Norte de África.

Claro que lá por serem versáteis e detentores de uma assinalável capacidade de adaptação, isso não significa que os combatentes não revelassem uma preferência, ditada por inúmeros e variados motivos, por este ou por aquele tipo de ações armadas. Esta é uma questão que certamente cruzava todos os combatentes, mas que se observa mais facilmente, em virtude das características das fontes, ao nível das estruturas de comando, como bem o ilustra o aceso debate ocorrido no contexto do ataque a Cória, em 1386, e durante o qual o rei D. João I, de um lado, e Nuno Álvares Pereira, do outro, esgrimiram os seus argumentos a respeito do papel estratégico desempenhado pelos cercos. Assim, enquanto o primeiro se manifestava claramente favorável a um tipo de guerra assente na realização desse tipo de operações, o segundo defendia abertamente uma estratégia baseada no desgaste dos recursos do inimigo assente em cavalgadas e razias. E para sublinhar o seu ponto de vista, o condestável terá ainda afirmado que as operações de cerco – que segundo as suas próprias contas tinham uma taxa de sucesso de apenas três em cada dez – mais não eram que lutas infrutíferas de homens contra paredes de pedra²⁰.

Mas a capacidade de adaptação a diferentes tipos de operações militares, que temos vindo a sublinhar como uma das características mais marcantes do combatente da Idade Média, não invalida a existência, ainda que o termo possa soar algo anacrónico, de especialidades ou especializações, dentro dos vários sectores das hostes medievais portuguesas. E não falamos das missões genéricas, por exemplo, da cavalaria pesada ou dos atiradores (arqueiros e besteiros), mas sim das aptidões desenvolvidas por alguns grupos de combatentes e que faziam com que se distinguissem dos seus pares, nomeadamente no cumprimento de missões de maior risco, dificuldade ou complexidade.

E nesse aspeto vale a pena recordar o célebre Geraldo *Sem Pavor*, e os seus companheiros, celebrizados pelo modo furtivo como conquistavam, durante a

¹⁹ Martins (2013, pp. 181-182, 321-323).

²⁰ Lopes (s.d., pp. 189-190).

noite, as fortalezas inimigas. Ouçamos, a esse respeito, o depoimento do cronista muçulmano *Ibn Sahib al-Sala*, que nos diz que “o pensamento constante de Geraldo era tomar por surpresa as cidades e os castelos só com a sua gente: ele tinha os muçulmanos da fronteira sob o terror das suas armas. Procedia assim: avançava sem ser apercebido na noite chuvosa, escura, tenebrosa e, insensível ao vento e à neve, ia contra as cidades inimigas. Para isso levava escadas de madeira de grande comprimento, de modo que com elas subisse acima das muralhas da cidade que procurava surpreender; e quando a vigia muçulmana dormia, encostava as escadas à muralha e era o primeiro a subir ao castelo e, empolgando o vigia, dizia-lhe: «Grita como tens por costume de noite, que não há novidade». E então os seus homens de armas subiam acima dos muros da cidade, davam na sua língua um grito imenso e execrando, penetravam na cidade, matavam quantos moradores encontravam, despojavam-nos, e levavam todos os cativos e presas que estavam nela”²¹. Parece não restar quaisquer dúvidas de que estamos em presença de verdadeiros especialistas neste tipo de manobras furtivas e cujo sucesso resultava, acima de tudo – para além de um planeamento detalhado e rigoroso e, eventualmente, de algum treino –, da repetição destas ações, ou seja, da experiência adquirida por esses mesmos homens e pelo seu comandante, um fator que, como bem sabemos, era – e é – muitas vezes decisivo no decurso de uma operação militar.

E isso, não era apenas válido para a realização de manobras furtivas, como as que eram conduzidas por Geraldo Galdes, mas para a execução, com sucesso, de qualquer outro tipo de ações armadas. E lembremo-nos da pontaria apuradíssima demonstrada por alguns besteiros, que graças ao treino a que eram sujeitos, podiam converter-se em verdadeiros *snipers*, atente-se, por exemplo, no que, em Abril de 1385, atingiu mortalmente o alcaide de Neiva – que se mantinha fiel a Juan I de Castela – através de uma das aberturas da viseira do bacinete que este envergava; ou ainda o que atingiu o comandante da guarnição de Viana em cheio no rosto precisamente na altura em que este levantou a viseira do bacinete²². E já agora, porquanto isso nos parece também ilustrar a importância da aquisição e desenvolvimento de rotinas de combate, porque não recordar a forma relutante como as forças lideradas por Nuno Álvares encararam as instruções para combaterem apeadas em Atoleiros, em 1384, e compará-la com o modo pacífico e sem hesitações como, em Agosto do ano seguinte, no planalto de S. Jorge, aceitaram o dispositivo tático que lhes era imposto pelo seu comandante, certamente porque tinham já podido comprovar a sua eficácia.

²¹ Ibn Sahib al-Sala, pub. por Lopes (1941, p. 94).

²² Lopes (s.d., p. 16 e 17).

E a experiência adquirida no terreno era tão ou mais importante para a formação dos combatentes, porquanto era, para a maior parte deles, a única forma que tinham para desenvolver as suas aptidões e melhorar as suas competências, individuais, mas também coletivas.

Só mesmo as ordens militares reuniam os requisitos necessários para levar a cabo treinos coletivos, nomeadamente com vista à preparação das cargas de cavalaria, já que eram as únicas forças que podemos, de alguma forma, classificar como permanentes. Não se pense, porém, que só os efetivos das ordens militares se preparavam para a guerra. Com efeito, fora dessas instituições muitos outros combatentes procuravam, através de exercícios individuais de adestramento, apurar as suas competências, sobretudo aqueles cuja condição social os encaminhava, praticamente desde o berço, para a atividade marcial, isto é, os combatentes nobres.

Entre estes, praticamente todos realizariam treinos de manuseio de armas e de equitação. Estas eram, aliás, duas disciplinas que faziam parte, desde muito cedo, da formação de qualquer jovem membro da nobreza, e que não deveriam nunca ser esquecidas ou descuradas ao longo da vida, frequentemente juntando ambas as modalidades em práticas de carácter mais lúdico como a montaria, em que o cavaleiro arremetia, a cavalo e empunhando a lança como numa carga de cavalaria – a *lance couchée* –, contra animais de grande e de médio porte, tais como javalis, veados ou mesmo ursos. Outros guerreiros, decerto que em menor número, exercitar-se-iam participando em torneios (praticados em equipa) e, mais tarde, em justas (praticadas individualmente), desportos típicos da nobreza, como se refere no “Livro de Linhagens do Conde D. Pedro” a propósito de Vasco Gonçalves Peixoto, sobre o qual se sublinha que “foi de boas manhas em lançar a tavolado e em bafordar e nas outras cousas que pertencem a fidalgo”²³. E alguns faziam-no com enorme sucesso, como Gonçalo Ribeiro que – com os seus companheiros, com os quais havia já participado em diversos torneios, nomeadamente em França –, triunfou numa destas competições realizada na cidade de Léon, em 1332 e noutras duas que decorreram em Burgos por iniciativa de Afonso XI de Castela, em 1335 ou 1336, tal como nas justas que as antecederam²⁴. E outros, certamente que um número ainda mais reduzido, complementavam a formação prática, com uma aprendizagem de natureza mais teórica, lendo – ou como seria mais frequente, ouvindo ler – obras de teor didático como o célebre “*Epitoma Rei Militaris*”, do tratadista tardo-romano Flávio Vegécio Renato, ou as *Siete Partidas*, de Afonso X, ou mesmo algumas

²³ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980, p. 42).

²⁴ Crónica de Portugal de 1419, Cap. 135 (1998, pp. 220-221).

obras literárias, como os romances do ciclo Arturiano, onde não faltavam os modelos e exemplos de conduta cavaleiresca²⁵. E a esse propósito recorde-se o caso de Nuno Álvares Pereira que, desde muito jovem, como regista o autor anónimo da Crónica do Condestável “*avia gram sabor e usava mais ler a história de Galahad, em que se continha a soma da Tavolla Redonda*”²⁶.

Claro que num número muito inferior, também alguns membros das milícias concelhias encontraram formas de exercitar as suas capacidades guerreiras. E para além do caso dos besteiros do conto – que como vimos, estavam obrigados a treinar todos os domingos²⁷ –, também alguns cavaleiros dos concelhos se adestravam, tal como a nobreza, através da prática de desportos marciais. Aliás, tudo leva a crer que essa seria uma realidade bastante mais frequente do que uma primeira análise poderá fazer supor, ao ponto de em 1402, em carta dirigida a D. João I, o concelho de Lisboa ter solicitado que fossem retirados os esteios da Rua Nova, porque “*empacham as dictas ruas muy fortemente em tal maneira que aas vezes quando se fazem alguuns jogos topam cavallos e bestas em elles e recreçem cajoos*”²⁸.

Mas uma coisa eram estes combates fingidos, onde os riscos de morte ou mesmo de ferimentos eram relativamente diminutos, e outra coisa era a guerra, onde todos esses perigos aumentavam exponencialmente.

Decerto que todos os guerreiros receavam a eventualidade de morrer em combate. Isso é, tal como hoje e sempre, algo absolutamente natural e que não nos deve causar qualquer estranheza. Tratava-se de um risco que tal forma presente, que era comum os combatentes lavrarem os seus testamentos antes de partirem para campanha, pois sabiam perfeitamente que podiam não regressar. Veja-se o exemplo de Pedro Martins Pimentel, que estipulou as suas últimas vontades imediatamente antes dos conflitos de 1252 com Castela, nos quais terá participado²⁹. Atitude semelhante foi a de Gonçalo Martins da Cunha, um dos nobres que participou no cerco a Arronches, em 1287, e que em outubro desse ano elaborou o seu testamento, no qual se comprometia a devolver um herdamento que, com o seu irmão João Martins, usurpara ao cabido da Sé de Coimbra, caso sobrevivesse àquela campanha³⁰. Ainda que menos expostos a esses riscos – pelo menos em teoria – e, por isso, certamente menos receosos de virem a perder a vida num enfrentamento armado, nem por isso os monarcas

²⁵ Monteiro (1998, pp. 191-206) e Martins (2014, pp. 288-302).

²⁶ Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra, Cap IV, (1991 p. 8).

²⁷ Monteiro (1998, pp. 439-440) e Martins (2014, pp. 382-383).

²⁸ Rey de Portugall e do Algarve, Senhor de Çepta, doc. 84, p. 160, de 1402, setembro, 3.

²⁹ Martins, doc. 5, pp. 105-106, de 1252 (2001).

deixavam, por prudência, de redigir os seus testamentos antes de se envolverem em campanhas militares. Veja-se o caso de Sancho I, que elaborou o seu primeiro testamento pouco antes de se lançar, em 1189, à conquista da cidade de Silves³¹; ou ainda o que D. Dinis redigiu em abril de 1299, precisamente antes de se envolver, pela terceira vez, em guerra aberta com o seu irmão, o infante D. Afonso³².

Todos os combatentes sabiam, pois, que poderiam não regressar vivos de uma campanha. E mesmo que encarassem a eventualidade da morte com alguma naturalidade e, por vezes, de forma tranquila – era também para isso que serviam as missas campais, como a que foi rezada antes da batalha de Ourique, ou a que teve lugar, no dia 19 de outubro de 1147 antes do assalto final à cidade de Lisboa, por exemplo³³ – era perfeitamente normal que o medo surgisse como uma resposta natural face aos riscos a que estavam inevitavelmente expostos.

O medo da morte, com certeza, mas sobretudo o medo da mutilação, dos ferimentos de maior gravidade, do sofrimento, ou da eventualidade de ficarem irremediavelmente incapacitados. E nesse aspeto, aqueles que mais motivos tinham para recear o encontro com o inimigo eram os menos experientes e os que se encontravam menos preparados e pior armados, ou seja, as forças de infantaria. Por vezes, só o ruído ensurdecedor do avanço dos cavaleiros adversários bastava para provocar a debandada da peonagem³⁴. Por isso, nessa difícil missão, as forças de infantaria tinham muitas vezes a seu lado contingentes de cavaleiros apeados que, para além de as motivar e disciplinar, tinham, sobretudo, o dever de as coadjuvar, primeiro, a absorver, na ponta das suas lanças e, depois, a contra-atacar e derrotar, a ofensiva inimiga, como aconteceu no confronto de Villa Nueva de Barcarrota, em 1336, ou como aconteceu em Aljubarrota, em 1385³⁵. Para os motivar e coadjuvar, sim, mas se necessário fosse, para os obrigar – sob a ameaça de armas – a permanecer firmes nas formações. Assim foi em Atoleiros, em 1384, quando Nuno Álvares decidiu distribuir alguns homens de armas por entre a peonagem que integrava a retaguarda e as alas, não só para lhes dar ânimo e coesão, mas acima de tudo, para conter uma eventual debandada³⁶. É que as forças de infantaria sabiam bem que era entre elas que, por norma, ocorria o maior número de baixas. Não tão bem equipados

³⁰ AN/TT, Sé de Coimbra, 2.^a Inc., M 21, doc. 914, de 1287, outubro, 7.

³¹ Documentos de D. Sancho I, 1979, doc. 30, pp. 47-48, post a 1388, março, 24; e doc. 31, pp. 49-50, post a 1388, março, 24.

³² Brandão, 1976, fl. 329-331, de 1299, abril, 8.

³³ Martins (2011, pp. 48, 96).

³⁴ Verbruggen (1997, pp. 178-179).

³⁵ Martins (2005, p. 41) e Monteiro (2003, pp. 99-100).

³⁶ Martins (2013, pp. 228-229).

ou armados e, sobretudo, sem a segurança adicional conferida pela montada, os peões estariam, comparativamente com os cavaleiros, mais vulneráveis aos golpes desferidos pelo adversário durante o combate corpo-a-corpo, mas sobretudo quando tinham de suportar toda a violência das cargas de cavalaria³⁷.

No entanto, importa sublinhar que lá por se encontrarem melhor preparadas e mais bem equipadas e armadas, nem por isso as forças de cavalaria estavam isentas de riscos, nomeadamente da eventualidade da morte em combate. Com efeito, as fontes são pródigas em referências a esse tipo de ocorrências. E muitas delas não parecem referir-se a acontecimentos isolados ou fortuitos. Veja-se a lide de Grasconho, ferida um pouco antes de 1208 e a respeito da qual o conde D. Pedro sublinha ter sido “*mui danosa, porque aí desaparecerom muitos fidalgos*”³⁸; ou a lide de Alfaiates, em 1286, onde morreram os irmãos Fernão Soares e Sentil Soares³⁹. Observe-se também a lide do Porto, ou de Gaia, travada no Verão de 1245, onde pereceram Soeiro Gonçalves de Toronho; Abril Peres de Lumiares, para além de D. Rodrigo Sanches, bastardo de Sancho I⁴⁰. Porém, um dos confrontos armados que, nos livros de linhagens surge como um dos que maior número de cavaleiros nobres ceifou foi a lide de Gouveia, que teve lugar em 1277 e onde sucumbiram João Esteves de Tavares, Afonso Pais Correia, Vasco Mendes da Fonseca, Gil Vasques de Soverosa, Gonçalo Anes e Pedro Anes de Tavares e ainda o tio de ambos, Pedro Esteves⁴¹. E a estes mortos no momento dos combates, havia ainda que somar os que acabavam por sucumbir ao fim de vários dias de agonia, como D. Álvaro Peres de Castro, que não resistiu aos ferimentos sofridos numa das primeiras escaramuças ocorridas no cerco de Lisboa de 1384, acabando por morrer alguns dias depois⁴².

Outro receio que decerto cruzava todos os combatentes, era o de virem a ser aprisionados pelo inimigo. E de facto a perspectiva de captura de prisioneiros – ou melhor, de captura seletiva de prisioneiros –, que marcou certamente muitas batalhas medievais, sugere que as figuras de maior estatuto, mormente alguns cavaleiros, estariam, comparativamente com os peões, menos expostas ao risco de virem a ser gravemente feridas ou mesmo mortas em combate, já que o seu aprisionamento – com posterior libertação mediante o pagamento de um resgate – poderia render uma boa maquia ao captor. Esse era, aliás, um ob-

³⁷ Flori (1998, pp. 115-116).

³⁸ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980, p. 237).

³⁹ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (1980, p. 144).

⁴⁰ Martins (2011, pp. 152-153).

⁴¹ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Vol. I, p. 189 e (1980, pp. 152-154).

⁴² Martins (2005, p. 60, nota 30).

jetivo prioritário e deliberadamente procurado pelos guerreiros. Recordemos o relato da Batalha do Salado, ferida junto da praça-forte castelhana de Tarifa, em 1340, no qual se refere explicitamente que a cavalaria granadina, ao arremeter contra as forças portuguesas gritava, empolgada: “*Cativos, cativos!*”⁴³. E quanto maior fosse o prestígio e a fortuna do indivíduo aprisionado, maior era o resgate exigido. Veja-se, de um lado, os exorbitantes 4.000 dinares pagos por Amim-al Muminin pelo resgate de Ali Ibn Wasir, governador de Serpa, aprisionado pelo exército do infante D. Sancho em 1178⁴⁴ e, do outro, os escassos 58 morabitinos – apenas o equivalente ao preço de uma boa sela de cavalo – pagos, na primeira metade do século XIII, por D. Garcia para que o seu filho fosse libertado pelos muçulmanos⁴⁵.

Pior destino esperava os que, por não poderem ser trocados por um resgate chorudo, acabavam – depois de publicamente exibidos como troféus – vendidos como autênticos escravos, como aconteceu com os guerreiros portugueses aprisionados pelas forças de Alfonso Perez de Guzmán durante uma incursão efetuada contra território português, em 1296, onde terão sido feitos cerca de 900 prisioneiros, posteriormente comercializados em Sevilha e em Toledo a 12 maravedis e menos, cada um⁴⁶. Mais sorte tiveram, provavelmente porque valiam ainda menos, os portugueses que Afonso XI libertou, ainda antes de regressar a Castela, no final da campanha do Verão de 1337 contra a raia alentejana⁴⁷.

Mas ainda que alguns prisioneiros pudessem, devido ao seu estatuto, ser tratados pelos seus captores como autênticos hóspedes, para muitos outros a vida no cativeiro era, até ao momento do resgate, marcada por castigos e torturas físicas que, em certas situações, assumiam contornos de extrema violência e que, no limite, podiam ter como consequência a morte. O relato do cativeiro de Umar Ibn Timsalit, capturado nas imediações de Alcácer em 1178, refere precisamente o facto de lhe ter sido colocada uma cadeia de ferro ao pescoço e de ter sido torturado até à morte⁴⁸. E recordemos também o caso dos “Mártires de Marrocos” que por insistirem em prosseguir com a sua pregação – objetivo que os tinha conduzido ao Norte de África – e acima de tudo porque, depois de presos, tinham recusado a conversão ao Islão, foram violenta e repetidamente flagelados, arrastados pelas ruas, novamente flagelados e, por fim, publicamente

⁴³ Portugaliae Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Vol. I, p. 248.

⁴⁴ Ibn Idari, cit. por Mattoso (2007, p. 264).

⁴⁵ AN/TT, Mosteiro de Sta. Maria de Chelas, M. 3, doc. 49, da primeira metade do século XIII.

⁴⁶ Crónica de Portugal de 1419, Cap. 97 (1998, p. 172).

⁴⁷ Gran Cronica de Alfonso XI, Vol II, Cap. CCVI, p. 182 e Martins (2005, p. 52).

⁴⁸ Ibn Idari, cit. por Mattoso (2007, p. 264).

degolados, após o que os seus cadáveres foram mais uma vez arrastados pelas ruas, despedaçados e queimados e que apesar de não se tratar de combatentes, mas de religiosos franciscanos, ainda assim devem ter tido um destino em tudo semelhante ao de muitos guerreiros capturados em combate⁴⁹.

E como a questão dos resgates sugere, para alguns combatentes a atividade militar podia revelar-se consideravelmente lucrativa e compensadora. Como afirmava, segundo a Primera Cronica General de España, o lendário Bernardo del Carpio: “*el caballero pobre mejor vive con guerras que com pazes*”⁵⁰. Autores como Francisco García Fitz consideram mesmo que, durante a Reconquista, para os participantes nas expedições ofensivas, o fim mais perseguido não era outro senão a perspectiva de obtenção de vantagens materiais imediatas através do botim, acrescentando ainda que as incursões empreendidas com uma finalidade económica devem ter sido “das mais frequentes numa sociedade que encontrou nos benefícios da guerra um dos seus sustentos, convertendo a sua prática num modo de vida e de ascensão social”⁵¹. E recordemos apenas a codificação, extremamente prematura, sublinhe-se, das formas de divisão dos espólios e do saque obtido pelas milícias concelhias, e que encontramos plasmada, por exemplo, nos forais que seguem o modelo de Lisboa e de Santarém, de 1179⁵². E de tal forma esse era um fim perseguido por uma grande parte dos combatentes que, por vezes, isso os fazia esquecer das suas missões, como bem testemunha a desorganização das forças luso-castelhanas na Batalha do Salado, assim que se perspetivou a possibilidade de assalto ao arraial inimigo, onde estavam guardadas imensas riquezas⁵³.

Claro está que seria absurdo reduzir as motivações dos combatentes a meras questões económicas. Muitos seriam norteados por imperativos de natureza ideológica, política, religiosa, de expansão territorial, ou mesmo por questões de carácter bastante mais prosaico, como sucedia com os criminosos a quem era concedido perdão – parcial ou total de pena – caso decidissem integrar os exércitos régios convocados para esta ou para aquela campanha, conforme se viu (e de forma massiva, registre-se) aquando da tentativa frustrada de conquista de Tânger em 1437⁵⁴. Esta era uma situação de tal forma corrente que, segundo

⁴⁹ Crónica de Portugal de 1419, Cap 63-64 (1998, pp. 113-116).

⁵⁰ Primera Cronica General de España (1977, p.375).

⁵¹ García Fitz (1998, pp. 78, 81).

⁵² Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios, Tomo 1, doc. 336, pp. 442- 446, de 1179, maio.

⁵³ Martins (2011, pp. 265-266).

⁵⁴ Monteiro (1998, pp. 89-90).

alguns autores, os exércitos medievais apresentavam, em regra, uma percentagem de dois a doze por cento de marginais⁵⁵.

Ora com tantas e tão diversas motivações, será lícito afirmar que todos combatiam de livre vontade e em busca dos benefícios proporcionados pela guerra? Nada mais errado. Muitos eram mesteirais, camponeses e pastores, recrutados à força e armados com pouco mais que um chuço ou uma foice presa a uma haste de madeira, que integravam as hostes senhoriais por medo de retaliações e de represálias e que pouca vontade teriam de abandonar as suas casas e as suas tarefas diárias.

É isso que, em parte, explica alguns atos de violência excessiva cometidos pelos combatentes, conforme foi já diagnosticado por Gouveia Monteiro, que a esse propósito escreveu: “arrastados para a guerra à custa da prosperidade da sua economia doméstica, libertos das sujeições que mais diretamente os enquadravam a nível local, atores de um espetáculo de destruição e sofrimento – onde o desregramento dos comportamentos tenderia com certeza a surgir bastante relativizado –, cobiçosos de compensar fora de casa (e refugiados num anonimato coletivo) as limitações do seu quotidiano, ou simplesmente revoltados pela missão que eram obrigados a cumprir, os vulgares combatentes que enchiam as fileiras da hoste régia (alguns deles, como sabemos, delinquentes comuns beneficiando de amnistias excepcionais), tratavam de aproveitar tão bem quanto podiam o tempo que passavam em campanha”⁵⁶, atos esses que – importa acentuar – nem sempre os comandantes militares estavam interessados em evitar ou em punir.

Talvez o facto de muitos serem mobilizados à força ajude também a explicar alguns casos de deserção, como o de João Anes, morador na Brunheira, que abandonou o arraial sobre Badajoz, durante a campanha do verão de 1336⁵⁷; o dos combatentes portugueses que, durante o cerco a Cória, em 1386, se fingiam doentes para poderem ser evacuados para Penamacor⁵⁸; ou ainda o dos homens que pela calada da noite, durante o primeiro cerco a Alenquer – nas primeiras semanas de Janeiro de 1384 –, abandonaram a hoste comandada pelo Mestre de Avis e por Nuno Álvares, com receio da aproximação do exército de Juan I, apenas para mencionar alguns dos muitos exemplos de que as fontes fazem eco⁵⁹.

Outros, cansados da forma repetida e recorrente como eram mobilizados,

⁵⁵ Contamine (1996, p. 239).

⁵⁶ Monteiro (1998, p. 455).

⁵⁷ Martins (2005, p. 42).

⁵⁸ Lopes (s.d., p. 192).

⁵⁹ Martins (2005, pp. 36-37).

procuravam os mais diversos expedientes para se furtarem a uma obrigação que, para além de comportar sérios riscos, os afastava das suas principais fontes de rendimento, mas também das suas famílias e dos que de deles dependiam. Não serão, pois, de espantar atitudes como a de João Afonso, besteiro de Alhandra, que para não ser convocado pelo anadel Vasco Vicente, se escondeu dentro de casa instruindo a mulher para dizer que não estava, mesmo depois de este ter ouvido claramente a sua voz no interior da habitação⁶⁰. Mesmo no seio da nobreza existem exemplos que demonstram que a falta de vontade em combater não era exclusiva daqueles que, de uma forma ou de outra, eram obrigados a integrar os exércitos medievais. As composições trovadorescas fornecem-nos diversos exemplos de nobres que, por vezes com o recurso a pretextos extremamente imaginativos, se eximiam aos seus compromissos militares. Desde um D. Mendo que, apesar de ter recebido cavalo do rei, deixou propositadamente a sela em sua casa de modo a não o servir em armas, até aos que chegavam deliberadamente atrasados ao local para onde haviam sido convocados, passando por situações como a de um cavaleiro que alegava ter sofrido pesadas baixas nas campanhas anteriores de modo a poder furtar-se às operações militares que se preparavam, entre muitos outros casos que os autores dessas mesmas composições apresentam como exemplos acabados de cobardia⁶¹.

Mas a par de atitudes como as que acabámos de referir, encontramos também o reverso da medalha, ou seja, os atos de coragem ou, se quisermos, de heroísmo. Relembremos Afonso Mendes Sarracines que, durante o assalto às muralhas de Elvas, em 1226, salvou Sancho II, *in extremis*, retirando-o do fosso da vila, onde ficara retido e ao alcance dos projéteis lançados pelo inimigo⁶². E isto para não falar do célebre Duarte de Almeida, *O Decegado*, alferes de Afonso V na batalha de Toro, ferida no dia 1 de março de 1476, que terá segurado o estandarte português mesmo depois de o inimigo lhe ter cortado ambas as mãos⁶³. Mas importa sublinhar que, muitas vezes essas demonstrações de coragem tinham o objetivo muito preciso de, através do exemplo, motivar os outros combatentes. E recorde-se apenas a presença de Nuno Álvares nas linhas da frente da vanguarda portuguesa em Aljubarrota.

Porém, é também sabido que muitas dessas atitudes mais não eram que for-

⁶⁰ Martins (2003, p. 1208).

⁶¹ Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer, 1995, Cantiga 6, p. 23; Cantiga 24, p. 35; e Cantiga 153, p. 111.

⁶² Martins (2016, p. 245).

⁶³ Encarnação (2014, p. 180).

mas de se exibirem perante os seus pares. Veja-se o caso de um cruzado galego – ou um dos sapadores portugueses que escavava as minas, consoante as fontes – que, durante o cerco a Silves, em 1189, conseguiu aproximar-se da couraça – nessa altura o principal alvo dos sitiadores – e que mesmo sob uma intensa chuva de projéteis, foi capaz de retirar uma pedra desse muro, que orgulhosamente exibiu perante os companheiros como prova da sua coragem⁶⁴. Cena em tudo semelhante foi a que ocorreu numa das tentativas de assalto a Alenquer, em finais de 1384, com o cavaleiro Aires Gonçalves de Figueiredo, um dos poucos que na ocasião logrou aproximar-se incólume da Porta do Carvalho, onde desferiu três ou quatro golpes de faca para, dessa forma, assinalar a sua façanha. Do mesmo modo, em agosto de 1415, durante a tomada de Ceuta, um dos primeiros a cruzar a porta da Almina foi Vasco Martins de Albergaria que, para aqueles que ali se encontravam soubessem que tinha sido ele a cometer esse feito, gritou a plenos pulmões, como refere o cronista Gomes Anes de Zurara: “*Já vai o da Albergaria!*”. Naturalmente nem sempre as coisas corriam como se esperava, como bem o sentiu na pele o capitão Antão Vasques de Almada, em 1386, durante o cerco a Cória, e que apesar de ter conseguido aproximar-se das muralhas da praça-forte sitiada, que apunhalou por diversas vezes – para mostrar que tinha conseguido alcançar os muros –, já não conseguiu fazer o trajeto de volta, pois os disparos inimigos tinham, entretanto, redobrado de intensidade, pelo que teve que ser retirado do local pelos seus companheiros, munidos de diversos paveses⁶⁵.

Independentemente de se tratar de cavaleiros, peões ou besteiros; de serem membros da guarda do rei, de uma mesnada nobre, ou de uma milícia concelhia, ou de fazerem parte do exército de uma determinada ordem militar, há traços comuns a boa parte dos combatentes portugueses da Idade Média. A versatilidade e a capacidade de adaptação a diversas situações e cenários; a forma como na sua maioria eram impulsionados por motivações de natureza económica; ou mesmo o medo que, embora de formas diferentes e em diversos graus, condicionava a sua postura antes e durante os combates, são apenas algumas dessas características partilhadas pela maior parte dos combatentes.

Mas há também inúmeros aspetos que fazem com que uns se distingam de outros, a começar desde logo pela circunstância de combaterem montados ou apeados – com as diferenças daí decorrentes no que concerne, por exemplo, ao armamento –, passando por muitos outros traços distintivos tais como a questão do desenvolvimento de determinadas aptidões e competências; o adestramento e o treino; as motivações; a forma corajosa ou cobarde como uns

⁶⁴ Relação da Derrota Naval..., (1844, p. 24).

⁶⁵ Martins (2016, p. 247).

e outros encaravam os combates; ou os diferentes destinos a que estavam sujeitos caso caíssem em mãos do inimigo, para além de muitas outras que não tivemos oportunidade de abordar tais como o modo como se relacionavam com as populações e com os não-combatentes amigos e inimigos; ou a forma como se alojavam e alimentavam em campanha.

E no meio destes pontos comuns e destas características distintivas, por entre todas as imagens e situações a que aludimos e entre todos estes combatentes de origem diversa, onde estará, afinal, o estereótipo do combatente português da Idade Média? No líder ou no combatente comum? No cobarde, ou no herói? No guerreiro inexperiente ou no veterano? No cavaleiro ou no peão? No nobre, no freire cavaleiro das ordens militares, ou no miliciano dos concelhos? Naquele que combate por um ideal religioso, ou no que luta com vista à obtenção de um benefício material? No comandante vencedor, como Nuno Álvares em Atoleiros, Aljubarrota e Valverde, ou no comandante militar incapaz como o infante D. Henrique em Tânger? A resposta não é fácil de encontrar. Provavelmente porque não está em lado nenhum, ou melhor, porque está em todo o lado e certamente algures no meio de toda esta imensa diversidade de casos, de situações, de atitudes e de figuras. Talvez por isso seja impossível, por muito que procuremos, encontrar esse modelo do combatente português da Idade Média.

Mas é muito provavelmente toda esta pluralidade, que melhor caracteriza esses homens e que, simultaneamente, torna tão interessante e rica a sua análise. É certamente por isso que não cessam de nos fascinar e é certamente também por isso mesmo, que hoje aqui nos encontramos.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Allmand, C., 1999. War and the non-combatant in the Middle Ages. Em: *Medieval Warfare. A History*. Oxford: Oxford University Press.
- Barroca, M. J., 2003. Organização Territorial e Recrutamento Militar. Em: *Nova História Militar de Portugal, Vol. 1*. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 69-94.
- Brandão, Frei Francisco, 1976. *Monarquia Lusitana*, Quinta Parte. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*, 1995, Edição crítica e vocabulário de Manuel Rodrigues Lapa. Lisboa: João Sá da Costa.
- Oliveira Marques, A. (Ed.), 1991. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV*, Vol. II. Lisboa: I.N.I.C.
- Contamine, P., 1996. *War in the Middle Ages*. Oxford (UK)/ Cambridge (US): Blackwell.
- Crónica de Portugal de 1419*, 1998. Edição crítica com introdução e notas de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro.

- Azevedo, R, Costa, A. e Pereira, M. (Eds.), 1979. *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, Vol. I.. Coimbra: Centro de Estudos de História.
- Azevedo, R. (Ed.), 1958-1961. *Documentos Medievais Portugueses. Documentos Régios. Documentos dos Condes Portugalenses e de D. Afonso Henriques, 1095-1185*. Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- Encarnação, M., 2014. *A Batalha de Toro*. Lisboa: Fronteira do Caos.
- Estoria de Dom Nuno Alvrez Pereyra, 1991. Edição crítica da “Crónica do Condestabre”, introdução, notas e glossário de Adelino de Almeida Calado, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Fernán Sanchez de Valladolid, 1977. *Gran Cronica de Alfonso XI*, Vol. II, Cap. CCVI. In.: D. Catalán (Ed.). Madrid: Gredos.
- Flori, J., 1998. *Chevaliers et chevalerie au Moyen Âge*. Paris: Hachette.
- García Fitz, F., 1998. *Castilla Y León frente al Islam: estrategias de expansión e tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla.
- Henriques, A., 2003. *Conquista do Algarve, 1189-1249: o Segundo Reino*. Lisboa: Tribuna da História.
- Lopes, D., 1941. O Cid português: Geraldo Sempavor. Em: *Revista Portuguesa de História*, nº1. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Lopes, F., 1990. *Crónica de D. João I*, Vol. II. Porto: Civilização.
- Marques, A., 1991. *Chancelarias Portuguesas: D. Afonso IV, Vol. II*. Lisboa: I.N.I.C..
- Martins, A., 2001. *Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa. Da Produção Primitiva ao Século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Martins, M., 2001. Estêvão Vasques Filipe. O percurso e um guerreiro em finais de Trezentos. *Cadernos do Arquivo Municipal*, n.º 5. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, pp. 16-19, 23-31.
- Martins, M., 2003. O conto de besteiros de 1421 - Da teoria à prática. Um exemplo do termo de Lisboa. *Os Reinos Ibéricos na Idade Média*. Porto: Civilização.
- Martins, M., 2005. A guerra esquiva. O conflito luso-castelhano de 1336-1338. *Promontoria, Revista do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 19-80.
- Martins, M., 2005. *A Vitória do Quarto Cavaleiro. O Cerco de Lisboa de 1384*. Lisboa: Prefácio.
- Martins, M., 2008. Los ballesteros de conto en Portugal en la Edad Media. *Medievalismo* n.º 18. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 379-395.
- Martins, M., 2011. *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Martins, M., 2013. *Guerreiros Medievais Portugueses: de Geraldo, o Sem-Pavor, ao conde de Avranches. Treze biografias de grandes senhores da guerra (séculos XII-XV)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

- Martins, M., 2014. *A arte da guerra em Portugal: 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martins, M., 2016. *Guerreiros de Pedra: castelos, muralhas e guerra de cerco em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Mattoso, J., 2007. *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.
- Monteiro, J., 1998. *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. 1.^a Ed. Lisboa: Editorial Notícias.
- Monteiro, J., 2003. *Aljubarrota, 1385: A Batalha Real*. Lisboa: Tribuna da História.
- Moreno, H., 1986. Elementos para o estudo dos coutos de homiziados instituídos pela Coroa. Em: *Os Municípios Portugueses nos Séculos XIII a XVI*. Estudos de História. Lisboa: Presença.
- Portugalix Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. I
- Portugalix Monumenta Histórica: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, Vol. II. E. crítica de José Mattoso. Lisboa: Academia das Ciências, 1980.
- Pidal, R. (Ed.), 1977. *Primera Cronica General de España*, Vol. II. Madrid: Gredos.
- Lopes, J. (Ed.), 1844. *Relação da Derrota Naval, Façanhas e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189 (De Itenere Navali, de Eventibus de Que Rebus a Peregrinis Hyerosolimam Petentius MCLXXXIX Portiter Gestis Narratio)*. Lisboa: Academia das Ciências.
- Rey de Portugal e do Algarve, Senhor de Çepta*. Livros I e II de D. João II (1384-1422). Lisboa: Arquivo Municipal de Lisboa.
- Ventura, L. e Oliveira, A., 2001-2002. Os Briteiros (Séculos XII-XV), 3. *Imagens Literárias, Separata da Revista Portuguesa de História, Tomo XXXV*. s.l.:s.n.
- Verbruggen, J., 1997. *The Art of Warfare in Western Europe During the Middle Ages: from the Eight Century to 1340*. 2nd ed. Woodbridge & Rochester: The Boydell Press.

2.

O COMBATENTE DA RESTAURAÇÃO

Eurico Gomes Dias

Doutorado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Professor Auxiliar com Agregação no Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna
Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, Porto
Centro de História da Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa
Centro de Investigação e Desenvolvimento do Instituto Universitário Militar (CIDIUM)

Ainda se afigura um verdadeiro desafio reflectir sobre as conjunturas da Restauração de 1640-1668, visto ser uma época transversalmente obscura em cálculos historiográficos. Foram tempos terríveis, severamente traumáticos, os quais marcaram incisivamente todo o século XVII, só comparáveis com os ‘anos negros’ do século XIV. A nossa Restauração deve ser entendida, no seu espectro, como uma consequência da Guerra dos Trinta Anos [1618-1648], a qual assolou toda a Europa, mas cujas dinâmicas reflectiram-se num âmbito geoestratégico mais vasto, inclusivamente numa lógica de transcontinentalidade.

Assim, condicionados pela geografia e uma forma moderna de “fazer a guerra”, sem esquecer o impacto das movimentações diplomáticas, a luta pela recuperação da independência e da soberania nacionais foi, em boa verdade, um conflito periférico no panorama europeu, como sucedeu, por exemplo, com a Guerra Civil inglesa [1642-1651], cujas consequências adivinhavam o que sucederia, cerca de 150 anos volvidos, as alterações macroestruturais europeias após a Revolução Francesa [1789].

Do ponto de vista estritamente historiográfico, basta desfolharmos um simples manual escolar ou um compêndio de História de Portugal e constataremos, pasme-se, a amnésia e o esquecimento forçado a que foram votados dois períodos históricos cruciais: 1580-1640 e, em sucedâneo, 1641-1668, para não referir, ainda, os finais do século XVII. É como se, de algum modo, a nossa História andasse de ‘mãos dadas’ com a glória e a desgraça, querendo a própria História olvidar a perda da independência após a aventura funesta de Alcácer-Quibir [1578] e os 60 anos da dominação espanhola.

Continuam por estudar pormenorizadamente as campanhas de apagamento e imposição cultural, a que não faltaram a pilhagem e destruição documental nos nossos acervos e tombos. A própria língua portuguesa foi altamente preterida perante uma Espanha no seu apogeu imperial e a vivenciar o seu Siglo de Oro [séculos XVI-XVII]. Dever-se-á acentuar a tónica no trauma e no esquecimento, sem omitir algum desconhecimento a que foi votada uma parte substancial da nossa História Pátria, a qual importa evocar.

Usualmente, entende-se que a Restauração compreenderia um acontecimento isolado ou uma série de pequenos eventos e que a nossa situação político-militar ficara quase imediatamente resolvida. Muito pelo contrário. Aliás, essa convicção será uma consequência, diríamos, dessa mesma omissão cultural e, principalmente, de uma diligência historiográfica, a qual, na sua generalidade, obedeceu a propósitos e desígnios superiores – veja-se, actualmente, as querelas acerca da manutenção/reposição dos feriados civis nacionais, como o 1.º de Dezembro e o 5 de outubro, com todas as implicações implícitas e ambíguas que ambos encerram.

Estamos [ainda] muito distantes da verdade histórica. Antes de mais, a escala do conflito que se seguiu à proclamação da independência assumiu uma escala globalizada, à semelhança da Guerra dos Trinta Anos. Coincidentemente, a “nossa Guerra dos Trinta Anos” – pois o conflito durou sensivelmente 28 anos –, decorreu na Europa, na América, em África e na Ásia, assumindo uma proporção global, o que era algo então único na História Universal. Acresce que, porventura, estes conflitos foram os mais devastadores até ao início da Primeira Guerra Mundial [1914-1918], onde o carácter “mundial” é aceite em toda a sua acepção.

Imediatamente após o golpe palaciano do 1.º de Dezembro, a Coroa portuguesa viu-se constrangida a procurar desesperadamente um apoio militar para contrabalançar o poderio bélico espanhol, embora atolado numa intensa actividade por todo o império ultramarino e nas possessões europeias, especialmente na Catalunha. Seguiram-se combates implacáveis em quatro continentes, particularmente difíceis nas campanhas brasileiras contra as ambições holandesas,

arrastando-se as operações militares de forma irregular por quase três décadas, obrigando Portugal a um enorme esforço humano para as suportar. Qual esforço épico, as campanhas militares foram acompanhadas de missões diplomáticas apelando ao reconhecimento internacional da legitimidade da nova dinastia, nomeadamente junto de França, Inglaterra e a Santa Sé, entre outros países, como as Províncias Unidas, a Dinamarca ou a Suécia, entre outros.

Com a aproximação do Congresso de Vestefália [que originaria o Tratado de Vestefália, Partes I-II, Münster e Osnabrück, 24 de outubro 1648] – o qual está a ser estudado por nós –, a iniciativa diplomática pretendia terminar a contenda ibérica e incluir Portugal no tratado de paz geral, o que não foi permitido. Ao invés, como expresso nesse Tratado, a política filipina reforçaria a vontade de subjugar novamente Portugal.

O movimento da Restauração ocasionou uma profusa literatura de justificação revolucionária e invocação patriótica, de tratados jurídicos, panegíricos, discursos e panfletos, simultaneamente doutrinários e políticos, dotados de um pendor legitimador da dinastia de Bragança, como se poderá constatar nos campos da politologia, historiografia, parenética e até da incipiente imprensa periódica: vejam-se as *Gazetas da Restauração* [1641-1647/8], referentes ao reinado de D. João IV, e o *Mercurio Portuguez* [1663-1667], dedicado à administração de D. Afonso VI, o qual reportou a etapa final e mais violenta deste conflito. Ambos os periódicos representam, neste sentido, as melhores fontes históricas para esta época, especialmente para a História Militar.

Nos últimos anos surgiram novas abordagens historiográficas sobre a Restauração, mas ainda estamos longe do estritamente necessário para repensar a História Militar do século XVII, principalmente no que concerne ao aparato técnico-militar português em consonância com o universo militar europeu. Assim sendo, permanecem algumas dúvidas: como interpretar o papel do combatente? Como compreender os contextos sócio-económicos, políticos e mentais do relacionamento entre os militares e a sociedade civil? Quais os conceitos e as representações acerca do combatente – desde o simples soldado aos generais –, ao longo desta época? Quais os incentivos dos combatentes para o empenhamento na guerra, atendendo às suas afinidades sociais, regionais e nacionais? Como se integraram no aparelho militar ou adquiriram a sua experiência de combate?

É necessário apurar como se processava a instalação e vivência dos combatentes nas fronteiras, a sua relação com as populações locais e como reagem perante as dificuldades em zonas de guerra. O Alentejo foi o palco principal dos combates, arrastando-se nas raias portuguesas, como ocorreu nas províncias de Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beiras. Embora tivessem ocorrido

alguns confrontos noutros locais, como Lisboa, Setúbal, Cascais e Peniche, assim como em algumas praças do Algarve, estas regiões não se enquadram na lógica de fronteira porque, apesar do bloqueio de Lisboa pela esquadra parlamentar inglesa [março-setembro 1650] ou das surtidas espanholas no Algarve [1642, 1666], por exemplo.

O conceito de “combatente” incluía todo o indivíduo inserido na estrutura militar contra o inimigo, assim como no apoio a outros combatentes, mesmo que a sua ocupação não implicasse o manuseio de armas [ex.: capelães, cirurgiões, etc.]. O “combatente” compreende todo os militares de qualquer categoria – pago, auxiliar, ordenança ou volante –, sem distinção do seu posto hierárquico ou estatuto social. Além dos infantes e cavaleiros, o conceito de “combatente” compreendia ainda os artilheiros e gastadores [encarregues dos trabalhos pesados]. Excluía-se, no entanto, os indivíduos não integrados no aparelho militar e prestavam apoio logístico – almocreves e artífices que ingressavam por livre iniciativa ou forçados –, e os funcionários administrativos provinciais. Ao longo das campanhas da Restauração, entre a oposição à mobilização pelo povo e a pouca vontade da aristocracia em servir nas fronteiras, muitos foram “recambiados” nas famosas “levas” para as zonas de guerra. Uma parte significativa dos que lutavam nas fronteiras possuíam aí o seu património, o que permitiu conservar uma parte considerável dos contingentes.

Não obstante a participação de tropas milicianas [auxiliares e ordenanças], a guerra tendia a ser uma actividade de especialistas. A estrutura incipiente do Exército que serviu de instrumento à Coroa para garantir a independência era basicamente constituída por profissionais, o que não significava que fossem militares pagos, como sucedia noutros exércitos coevos. O profissionalismo era visível no corporativismo dos combatentes pagos, sobretudo entre os soldados velhos. A partir da Restauração, as ordenanças passaram a constituir uma **3.ª linha** do Exército, servindo como reserva de recrutamento anexa à **2.ª linha** [tropas auxiliares e milícias] e à **1.ª linha** [tropas pagas].

A manutenção de um exército profissional exigia altos cabedais. As complexidades logísticas do aquartelamento, soldos, alimentação, vestuário, armamento e equipamento constituíam verdadeiros desafios à capacidade militar nas províncias. As remunerações estiveram sempre sujeitas aos entraves financeiros, os pioraram, especialmente a partir da década de 1660, com a intensificação do conflito e a dilatação de efectivos provinciais e estrangeiros. A condução da guerra alterava e interrompia as cadências sazonais necessárias às populações: as sementeiras, as colheitas, os gados, os circuitos económicos locais, etc. A dificuldade de manter os combatentes nos teatros de operações

impunha uma relação difícilíssima com as populações, as quais suportavam grande parte das despesas de guerra, alheando-se frequentemente a Coroa das suas responsabilidades.

As pilhagens no território inimigo constituíam fontes de receitas para os combatentes. Mas a disparidade na repartição dos saques, em benefício dos oficiais, provocava o descontentamento dos soldados, originando motins e deserções. Assim como a propósito das mercês recompensatórias ou promoções, entre outras querelas. Após o fim da guerra, enquanto os auxiliares e as ordenanças voltavam para as suas ocupações habituais, uma parte significativa dos combatentes pagos tentava a sua sorte noutras paragens igualmente em conflito. Os combatentes, agora excedentários, deixavam de conhecer fidelizações políticas, desde que alguém pudesse pagar os seus serviços.

As disposições que regulavam a defesa datavam do reinado de D. Sebastião [1554-1578]: a Lei das Armas [1569], o Regimento dos Capitães-Mores [1570] e a Provisão sobre as Ordenanças [1574] estipulavam as condições de aprontamento e os meios para a defesa nas 22 comarcas em que se dividia administrativamente o espaço militar nacional. A acção desenvolvida visava a segurança interna, nomeadamente a defesa do espaço circunvizinho a Espanha e a protecção da costa e domínios ultramarinos, ameaçados pelo poder naval das Províncias Unidas e das suas Companhias Comerciais, instaladas no Brasil e na costa africana [S. Jorge da Mina, 1637] e ameaçando Luanda ou São Tomé, entre numerosas posições no Oriente [Malaca, Goa e Ceilão].

Quando Filipe IV foi informado da sublevação em Lisboa, uma semana depois, intentou abafar imediatamente o movimento, recorrendo ao esquema táctico usado em 1580: expedir um exército de Badajoz em direcção a Lisboa, enquanto uma armada bloqueava a capital no estuário do Tejo. Contudo, Filipe IV de Espanha não dispunha de dinheiro, homens ou navios, pois a sua prioridade era terminar o conflito na Catalunha e firmar a paz com França. A Coroa portuguesa dispôs de alguma folga para preparar a defesa, estabelecendo vários Conselhos e Juntas nesse sentido. Assim, o Conselho de Guerra, criado a 11 de dezembro de 1640, em conjunto com o Conselho de Estado, reuniram a direcção estratégica das operações militares e diplomáticas. A Junta de Fronteiras e a Tenência estavam encarregues, respectivamente, da fortificação das praças e da artilharia [material de guerra, pólvora, fundições, etc.]. revitalizou-se a fundição de ferro no Prado [Tomar], a fábrica de Machuca [Figueiró] para a fundição de munições, criando-se inúmeras oficinas para o fabrico de armas ligeiras, pólvora e salitre em vários locais. As coudelarias do Alentejo e Ribatejo, de Coimbra e Mogadouro foram reactivadas para fomentar a criação de cavalos, etc., tudo em prol do esforço de guerra.

As novas concepções de defesa impuseram a fundação de 6 «Províncias» militares: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beiras, Estremadura, Alentejo e Algarve. A estrutura hierárquica do Exército foi alterada, alterando-se o Condestável do Reino pelo cargo de Capitão-General das Armas do Reino e os Fronteiros-mores por Governadores de Armas [comandantes territoriais das Províncias], embora esta modernização hierárquica fosse algo frágil. Foram mandados alistar todos os homens válidos entre os 16 e os 60 anos, sendo que a força militar portuguesa dividia-se em terços de Infantaria, compreendendo cerca de 2000 homens [o que raramente sucedia], comandados por um Mestre de Campo [coronel]. Subdividiam-se em Companhias de 200 homens, sob o comando de um capitão, e as Companhias de Cavalaria, de 40 cavaleiros. A cobertura territorial era garantida por tropas auxiliares, depois designadas por milícias para auxiliarem as tropas de linha. Por norma, estavam estacionados 25 terços nas províncias e 5 terços em Lisboa.

Foram criados os postos de Mestre de Campo General [comandante operacional de uma Província], o Tenente-General de Artilharia [governo de todo o armamento], o General de Artilharia [comando operacional de artilharia] e o Tenente-General de Artilharia [comandante da artilharia de uma Província], o General de Cavalaria [governo da cavalaria] e o Tenente-General de Cavalaria [comando da cavalaria numa Província]. A partir de 1663, foi criado o posto de Sargento-mor de batalha, como auxiliar do Mestre de Campo General.

Recrutar mercenários estrangeiros era uma prática comum, pelo que Portugal, com necessidades urgentes de defesa, não pôde fugir a estas tradições. Enquanto se fortalecia a estrutura militar nacional, a Coroa procurava obter apoios em homens, cavalos e armas através das suas embaixadas um pouco por toda a Europa e nas possessões ultramarinas. Mas sempre existiu uma forte oposição institucional a estas diligências. Externamente, os primeiros apoios chegaram da França e das Províncias Unidas, já que a guerra civil em Inglaterra paralisava essas resoluções.

Principais Acontecimentos & Marcos Cronológicos

1621 Morte de Filipe II de Portugal [1578-1621] e subida ao trono de Filipe III de Portugal [1605-1665].

1622 Os persas e ingleses conquistam Ormuz [3 maio].

1624 Os holandeses conquistam Bahia e Salvador, no Brasil.

-
- 1625** Uma frota luso-espanhola recupera a cidade de Bahia.
-
- 1630** Os holandeses conquistam Olinda e Recife, na capitania de Pernambuco.
-
- 1633** Casamento de D. João IV e D.^a Luísa de Gusmão [1613-1666].
-
- 1634** Ocupação de Paraíba, no Brasil, pelos holandeses.
Expulsão dos efectivos portugueses da Etiópia.
Nasce D. Teodósio, herdeiro da Coroa e 1.º príncipe do Brasil [1634-1653].
-
- 1637** O castelo de S. Jorge da Mina [hoje Gana] é conquistado pelos holandeses.
Revolta do Manuelinho ou Alterações de Évora, um dos símbolos da resistência popular ao domínio filipino.
-
- 1638 [ou 1633?]** Tomada de Arguim pelos holandeses.
-
- 1640** Revolução do 1.º de Dezembro que termina com o governo filipino e promove a Restauração da independência.
Coroação de D. João IV [15 dezembro].
-
- 1641** Nas Cortes de Lisboa são adoptadas medidas urgentes para a defesa nacional [27 janeiro].
Malaca é conquistada pelos holandeses.
São Tomé e Príncipe e Angola são ocupadas pelos holandeses.
-
- 1642** Criação do Conselho Ultramarino [14 julho].
-
- 1643** Nascimento de D. Afonso VI de Portugal.
-
- 1644** Batalha do Montijo [26 de maio]: as forças portuguesas capitaneadas por Matias de Albuquerque [c. 1580-1647] derrotaram as tropas espanholas comandadas por D. Carlandrèa Caracciolo, marquês de Torrecuso [almirante napolitano].
-
- 1645** Os holandeses abandonam o Maranhão, no Brasil.
-
- 1646** Nossa Senhora da Conceição é aclamada oficialmente Padroeira e Rainha de Portugal em Vila Viçosa [8 dezembro]. Desde então, os monarcas deixaram de usar a coroa, a qual foi colocada na imagem de Nossa Senhora.
-
- 1648** Reconquista de São Tomé e Príncipe e Angola aos holandeses.
Nascimento de D. Pedro II de Portugal [26 abril].
-
- 1654** Expulsão definitiva dos holandeses do Brasil, após as vitórias dos Guararapes [18-19 abril 1648 e 19 fevereiro 1649].
-

1656 Morre D. João IV [6 novembro] e D.^a Luísa de Gusmão assume a regência do reino.

1659 Derrota das tropas espanholas comandadas por D. Luíz de Haro y Guzmán [1598-1661], 6.º marquês de Carpio, na Batalha das Linhas de Elvas [14 janeiro] perante as tropas lideradas por D. António Luís de Meneses [1596-1675], 3.º conde de Cantanhede.

1662 D. Afonso VI atinge a maioridade e é aclamado rei de Portugal [22 junho]. Nomeação de D. Luís de Vasconcelos e Sousa [1636-1720], 3.º conde de Castelo Melhor, para “escrivão da puridade”, a quem o monarca entrega o governo, juntamente com D. António de Sousa de Macedo [1606-1682], Secretário de Estado. Conquista de Cochim, no sul da Índia, pelos holandeses [8 de janeiro].

1663 Batalha do Ameixial [8 junho]: também conhecida como a Batalha do Canal, onde as tropas portuguesas capitaneadas por D. Sancho Manuel de Vilhena [c. 1610-1677], 1.º conde de Vila Flor, o conde Frederick Armand [1615-1690], conde de Schömberg, e D. Fernando de Meneses [1614-1699], 2.º conde da Ericeira, infligiram uma pesada derrota às tropas espanholas governadas por D. Juan Jose de Áustria [1629-1679].

1664 Batalha de Castelo Rodrigo [7 julho]: conhecida como a Batalha da Salgadela, vitória das tropas portuguesas comandadas por Pedro Jacques de Magalhães [1620-1688], 1.º visconde da Fonte Arcada, sobre as tropas espanholas lideradas por D. Gaspar Téllez-Giron y Sandoval [1625-1694], 5.º duque de Ossuna.

1665 Batalha de Montes Claros [17 junho]: a maior batalha da Restauração, vitória estonteante das forças portuguesas comandadas por D. António Luís de Meneses, 3.º conde de Cantanhede e agora o 1.º marquês de Marialva, sobre as tropas espanholas comandadas por D. Luíz Francisco de Benavides Carrillo de Toledo [1608-1668], 3.º marquês de Caracena.

1666 Casamento de D. Afonso VI de Portugal com D.^a Maria Francisca Isabel de Sabóia [1646-1683].

1667 D. Afonso VI é forçado a abdicar do trono a favor do seu irmão D. Pedro II de Portugal, o qual assume o poder como príncipe regente.

1668 Anulação do matrimónio entre D. Afonso VI e D.^a Maria Francisca Isabel de Sabóia [24 março].
Casamento de Pedro II de Portugal com a cunhada [2 abril].
D. Afonso VI é desterrado para a ilha Terceira, nos Açores.
Fim da Guerra da Restauração, com a assinatura do tratado de paz em Lisboa, mediado por Carlos II de Inglaterra [1630-1685], após confirmação das Cortes.

Autoridade e legitimação, poder e expressão militar – fechou-se um ciclo, um tempo de abertura e implementação da esfera militar. Ao fim de quase 28 anos de pressões militares nas fronteiras e combates por todo o Império, Portugal reafirmou a sua independência. A acção militar, além das enormíssimas dificuldades, tinha conseguido o seu objectivo, não permitindo a invasão de Portugal, reconquistando parcelas e mantendo parte dos domínios ultramarinos. Era agora o tempo para um novo modelo de governação, crescentemente absolutista, e firmar uma paz rápida com Espanha [13 fevereiro 1668]. Todavia, convém recordar que a Restauração tudo deve ao Soldado português, esse elemento anónimo que constituiu o sustentáculo cimeiro da portugalidade. Retrato de uma época perturbada, foi a face [in]visível de todos os esforços para a salvaguarda e continuidade de Portugal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Andrade, L., 2001. História e Memória. A Restauração de 1640: do Liberalismo às Comemorações Centenárias de 1940. Minerva-História, nº 21. Coimbra: Edições Minerva.
- Barreiros, J., 1955. Subsídio para a História da Guerra da Restauração. Documentos relativos a um contrato entre a Rainha Regente e o Cabido e a Câmara de Braga, efectuado em 1659. Braga: Delegação Bracarense da Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- Bebiano, R. e Costa, F., 2004. A Guerra Moderna. In: Nova História Militar de Portugal, vol. II. Coordenação de António Manuel Hespanha, direção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Borges, E., 2015. A Guerra da Restauração no Baixo Alentejo (1640-1668). Lisboa: Edições Colibri.
- Campos, J., 1962. A Restauração em Portugal e no Brasil. Porto: Portugália Editora.
- Cortés Cortés, F., 1989. Espionagem e Contra-Espionagem numa guerra peninsular (1640-1668), “Horizonte Histórico”. Lisboa: Livros Horizonte.
- Cortés Cortés, F., 1990. Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira (1640-1668). Tradução de Manuel José Trindade Loureiro. Coleção Horizonte Histórico ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, F., 2004. A Guerra da Restauração 1641-1668. Temas de História de Portugal. Lisboa: Livros Horizonte.
- Costa, L. e Cunha, M., 2006. D. João IV. Reis de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Dias, E. G., 2006. Gazetas da Restauração [1641-1648]: uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas, (edição transcrita), introdução de João Luís LISBOA e prefácio de Armando Marques Guedes. Biblioteca Diplomática, Série A, nº6. Lisboa: Instituto Diplomático.

- Dias, E., 2010. Olhares sobre o «Mercurio Portuguez» [1663-1667]. Transcrição e Comentários, estudos introdutórios do General Gabriel Espírito Santo e do Professor Doutor Carlos Ziller Camenietzki [UFRJ], vols. I-II. Lisboa/ Porto: IN-CM/ CEPES.
- Espírito Santo, G., 2006. Restauração. Batalhas do Ameixial e de Montes Claros (1640-1668). Batalhas da História de Portugal, vol. IX. Lisboa: QuidNovi/ Academia Portuguesa de História.
- Espírito Santo, G., 2009. A Grande Estratégia de Portugal na Restauração, 1640-1668, prefácio de António Ventura. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa/ Caleidoscópio.
- Freitas, J., 2005. A Cavalaria na Guerra da Restauração. Reconstrução e evolução de uma força militar (1641-1668). Lisboa: Editorial Prefácio.
- Freitas, J., 2007. O Combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamentos dos militares ao serviço da Coroa portuguesa, 1640-1668. Lisboa: Prefácio.
- Guimarães, V., 1941. As Finanças na Guerra da Restauração (1640-1668). Separata da Revista Militar [s.n.]. Lisboa: s.n.
- Melo, D., 2000. Política Militar em Aviso de Generales. Introdução, edição e notas de Pedro de Brito. Porto: Granito Editores.
- Selvagem, C., 1999. Portugal Militar. Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança. Temas Portugueses [1ª edição: 1926]. Lisboa: IN-CM.
- Serrão, J., 2006. História de Portugal. A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750), 2ª edição revista, vol. V. Lisboa: Editorial Verbo.
- Sousa, J. e Teixeira, P., 2015. Contar o mundo no século XVII. O discurso dos dois primeiros jornais portugueses: a Gazeta “da Restauração” (1641-1647) e o Mercúrio Português. Porto: Editora Media XXI.
- Valladares, R., 2006. A Independência de Portugal. Guerra e Restauração (1640-1680). Prefácio de Joaquim Romero Magalhães e tradução de Pedro Cardim. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Xavier, Â. e Cardim, P., 2006. D. Afonso VI. Reis de Portugal, vol. XXII. Lisboa: Círculo de Leitores.

3. O MARINHEIRO DO SÉCULO XVII

Carlos Alberto José Isabel

Mestrando em História Marítima

Professor Auxiliar com Agregação no Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna

Docente na Escola Naval

Centro de Investigação Naval

carlos.jose.isabel@marinha.pt

A presente trabalho tem como objetivo apresentar “O combatente Português” na vertente do “marinheiro do século XVII”.

Este estudo tem como objetivo de enquadrar o homem, o militar, e o marinheiro do século XVII, mas para poder enquadrar a componente naval, no ambiente geopolítico, político, e das políticas navais da época, que nos ajudaram a compreender o nosso “marinheiro do século XVII”.

Este trabalho tem como balizas, os aspetos da organização a bordo e o emprego de naus de guerra e galeões na política naval, no Atlântico. E em termos temporais, terá como limites, 1621 início do reinado de Filipe III de Portugal e o ano de 1668 data do reconhecimento da independência do Reino de Portugal, pela monarquia espanhola.

Para nossa personagem, poderia ter escolhido D. António de Ataíde, um Nobre conhecedor dos assuntos do mar, que foi Capitão General da Armada da Coroa de Portugal, de 1618 a 1621¹. D. António de Ataíde, é o autor do

¹ Matos (1993, p.5).

«Regimento dos capitães da armada»², que se encontra vertido nas Coriosidades de Gonçallo de Sousa³. Deste regimento, o professor Francisco Contente Domingues refere que esta fonte detém «um carácter excepcional, para além de ser um contributo significativo para o conhecimento do funcionamento das armadas da costa»⁴.

Poderia ainda ter escolhido D. Francisco Manuel de Melo, outro Nobre, que descreve a Batalha das Dunas na primeira pessoa. D. Manuel de Melo, no final de 1638, foi incumbido de efetuar o recrutamento de quatro terços de infantaria voluntária para combater nos Países Baixos. Em Agosto de 1639, embarcou na Corunha com os terços de infantaria recrutados para a campanha na Flandres na armada de D. António Oquendo, o «Almirante Real do Mar Oceano». Neste embarque, D. Manuel de Melo, participa no combate no Canal de Inglaterra, contra a força naval holandesa, do Almirante Martim Tromp. Durante a estada da armada no fundeadouro de Dunas, em Inglaterra, os terços de infantaria são desembarcados e chegam a Dunquerque, sãos e salvos⁵.

MARCOS CERVEIRA DE AGUILAR: Um Soldado de Infantaria, e um Marinheiro

O marinheiro do século XVII, que vos trago, é um Capitão de Infantaria, o Capitão Marcos Cerveira de Aguilar. Cerveira de Aguilar era natural de Lisboa, filho de Tomás Cerveira de Aguilar, prestou serviço como soldado em Angola e no Brasil durante alguns anos, e como alferes esteve colocado em Lisboa e Setúbal. Durante a sua carreira como militar embarcou por cinco vezes nas armadas de guarda-costa entre os anos de 1637 e 1641⁶.

Em 1640 aquando da aclamação de D. João IV, estava em Setúbal, assistiu à tomada das fortalezas do Outão e de S. Filipe, onde tinha servido como «sargento-mayor».

Nas fontes, a primeira alusão existente a Marcos Cerveira de Aguilar, é feita por Barbosa de Machado, em 1752, em que refere que foi capitão da Ordenança da Vila de Setúbal, e que foi autor da obra Dialogos das Armadas, e Naos de

² Domingues (2008, p. 214).

³ Sousa (s.d., fls. 49-58v).

⁴ Matos (2012, p.113).

⁵ Sérgio (1958, pp. 2-5).

⁶ Vasconcelos (1954, pp. 68-70).

Guerra destes Reinos de Portugal, um manuscrito com 180 páginas. Esta obra dirigida ao Conde D. Diogo da Sylva, Governador dos Reinos e Senhorios de Portugal. Neste tratado, escrito em forma de diálogo, são interlocutores um capitão, um condestável, um mestre e um alferes. No fim são apresentados vários nomes de aparelhos, e de instrumentos dos navios.

Segundo Frazão Vasconcelos, os Dialogos das Armadas... é outra obra perdida, alegadamente «no incêndio que consumiu em 1755 a também preciosa livraria dos condes da Ericeira»⁷. Ainda segundo este autor, as Advertências de Naveguantes, que é a fonte primária deste trabalho, é uma versão daquela obra, onde existiu uma redução no número de interlocutores.

As Advertências de Naveguantes são o único texto conhecido deste autor, segundo o Professor Contente Domingues. Podemos considerar como 1640, o ano da sua realização, apesar de no início da obra estar mencionada a data de um de Dezembro desse ano⁸, data da Restauração da Independência.

Nas Advertências de Naveguantes, no prólogo, Aguiar começa por escrever que ela é suportada num diálogo amistoso entre um capitão e um soldado. O capitão é um homem com pouca prática nos assuntos do mar, e pretende vir a ser «capitão de mar, e guerra de hum dos gualões». Por outro lado o seu interlocutor, o soldado, é um homem experimentado nas lides do mar, que ao longo da obra tenta explicar com a sua experiência, a vivência a bordo. Muitas das vezes o soldado descreve as suas experiências, as quais sentimos que são reais, e ficamos a crer que são experiências do próprio Marcos Cerveira de Aguiar, aquando dos seus embarques. Dificilmente alguém sem experiência de mar descreveria atos como este a bordo de uma nau de guerra, sem a ter sentido efetivamente na primeira pessoa.

Marcos Cerveira de Aguiar faz ainda nesse espaço uma dedicatória a D. José de Meneses, conselheiro de guerra, a quem dedica este livro, dizendo que escreve o tratado como soldado que é na realidade.

Na parte da construção naval, Aguiar realça a qualidade de construção das naus portuguesas, dizendo que as fabricadas em Portugal eram as de maior perfeição, e que naus aí construídas eram fortíssimas, o que permitia as viagens até à Índia, sempre à vela, por vezes combatendo, fazendo esse percurso entre os sete e nove meses contínuos sem irem a terra, demorando cerca de vinte meses, por vezes dois anos, sem se desfazerem ou meterem água, mesmo depois de sofrerem as maiores tormentas, com mares alterosos, concluindo que esta era a prova da sua robustez.

⁷ Vasconcelos (1954, p. 68).

⁸ Domingues (2008, p. 208).

A determinada altura do texto é apresentado um desenho feito por si, baseado em proporções, em que explica passo a passo a construção de uma nau de guerra com 36 côvados⁹ de quilha (aproximadamente 24 m), onde as diversas partes que a compõem eram baseadas em proporções entre elas. Contente Domingues destaca que não sendo desenho técnico, realça-se a sua perfeição.

Ora, quero acreditar que 1621 a 1668, foi o período de vivência do Capitão Marcos Cerveira de Aguilar, o autor do manuscrito «Advertências de Naveguantes», datado de 1640, que com a sua obra também nos apresenta alguns aspetos marcantes para a sociedade da época!

Mas como é que seria o Mundo da nossa personagem, o capitão de infantaria Marcos Cerveira de Aguilar?

As «Advertências de Naveguantes»¹⁰ são uma fonte essencial para o entendimento e perceção do que ocorreu no dia-a-dia a bordo dos galeões e naus de guerra¹¹ portuguesas, em meados do século XVII.

Antes de avançar na organização de bordo, achou-se por bem fazer um enquadramento sobre a época em que viveu o autor das «Advertências», ao nível da geopolítica, da estratégia, e da política naval europeia. Vamos então abordar, ou realçar, alguns aspetos já referenciados pelo professor Eurico Dias, na semana passada, e apresentar outros.

O século XVII foi um período de apogeu das Províncias Unidas, com uma Espanha resiliente e a não aceitar a separação destas províncias dos Países Baixos. Espanha era uma potência vigorosa, numa Europa em guerras permanentes.

Em meados do século XVII Espanha e Portugal começaram a ficar de fora da corrida do controlo dos mares, ultrapassados pelos estados emergentes, como a Inglaterra e a Holanda.

O século XVII foi um século considerado trágico, face às desgraças e dificuldades, principalmente pela fome e peste que associadas à guerra, que se fizeram sentir por quase todas as regiões da Europa.

O século iniciou-se com maus anos agrícolas, devido a alterações climáticas, que resultaram numa quebra da produção cerealífera, e que consequentemente trouxe consigo a fome¹². Os períodos de fome, por sua vez, deram origem a doenças, tais como a cólera, a varíola, a sífilis entre outras. Mas de

⁹ Segundo Aguilar, rumo que era igual a sete palmos, ou a oito palmos de guoa. E o côvado corresponde a três palmos, equivalente a 0,66 m.

¹⁰ Todas as transcrições apresentadas neste trabalho, são reproduções integrais do texto original das fontes.

¹¹ Será considerado navio de guerra, a unidade naval armado, pertencente à corroa, que assegurava no mar missões exclusivamente militares.

¹² Newitt (2005, p.203).

todas as doenças, a mais temida foi a peste bubónica, que no período de 1630, 1637, e 1665, regressou novamente à Europa, provocando um ciclo epidémico virulento, igualando apenas aos ocorridos no século XIV¹³. As populações eram dizimadas «pelas epidemias que acompanhavam a passagem dos exércitos»¹⁴.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) foi o conflito mais onerosa deste século, foi aquele que mais devastou, tanto pelo sofrimento causado, como pelas elevadas perdas populacionais que infligiu, principalmente na região da Alemanha, em que chegaram a ser superiores a um terço dos seus habitantes. Ao início foi apenas um conflito de cariz religioso entre germânicos adeptos da Reforma Protestante, e em oposição uma facção católica não germânica. Este conflito essencialmente religioso entre protestantes e católicos, rapidamente se transformou numa luta pelo poder da Europa. Começou como uma guerra civil no Sacro Império Romano - Germânico a qual se generalizou, e posteriormente propagou-se pela maioria dos países da Europa Central e Ocidental, aglutinou conflitos de imposição de autoridade no Império por parte dos Habsburgos, hostilidades entre espanhóis e holandeses, rivalidades entre França e Espanha, e ainda confrontos dinásticos com a Suécia e Polónia¹⁵.

Mas como era o relacionamento entre Espanha e Portugal?

Com a morte de Filipe II de Portugal, em 1621, seu filho Filipe III é o legítimo sucessor, confiando a governação a Gaspar Felipe de Guzmán, conde-duque de Olivares. O império espanhol encontrava-se em declínio, e no final de uma Trégua de 12 Anos com a Holanda (9 de Abril de 1621). É neste ano, que a guerra hispano-holandesa é reiniciada por vontade do conde-duque de Olivares, o qual não mostrou interesse em renovar a Trégua de 12 Anos. Olivares pretendia dominar a rebelião das Províncias Unidas, recomeçando aqui uma longa guerra de cerco, comandada pelo marquês de Spínola. No período de 1621 a 1630, o exército espanhol combatia na área terrestre os Países Baixos, conseguindo atingir alguma vantagem, no entanto, no mar, os holandeses mantinham a supremacia¹⁶.

Em Março de 1635, as tropas espanholas atacam Trier, em França, mas só em 19 de Maio, França declara formalmente guerra a Espanha e aos Países Baixos¹⁷, estes últimos governados pelo cardeal-infante D. Fernando, irmão de Filipe III.

¹³ Rodrigues (2013, pp. 35-36).

¹⁴ Bérenger, Contamine, et al. (1980, p. 387).

¹⁵ Black (1996, pp. 66-70).

¹⁶ Marques (1984, p. 164).

¹⁷ Ameal (1984, p. 319).

Com o início da guerra com França, em 1635, o esforço de guerra aumentou consideravelmente, nomeadamente os contributos financeiros e humanos, das populações sob o domínio Espanhol. O conde de Olivares, determina o recrutamento de cavalaria e infantaria até aos limites, como nunca antes tinham sido exigidos. Os portugueses contribuíram para esta determinação com soldados que se destinavam aos combates no Norte da Europa. Depressa se originou uma insatisfação generalizada, em que os portugueses manifestaram ativamente a sua discordância, mostrando não existir qualquer razão desta exigência, ou mesmo interesse nacional naqueles domínios.

A partir de 1640, inicia-se uma fase de instabilidade militar espanhola, por consequência dos movimentos separatistas da Catalunha, Portugal e Nápoles (1646)¹⁸.

Nos anos de 1638 e 1639, o conde-duque de Olivares volta a ordenar o recrutamento de cavalaria e infantaria, para combater na Europa, nomeadamente na Flandres¹⁹. No mesmo ano de 1638 é introduzido um imposto adicional de 5% sobre todos os bens, e após a rebelião na Catalunha, há a intenção daquele ministro recrutar a nobreza portuguesa para fazer face a essa insurreição²⁰.

Faço aqui um parenteses para falar do esforço de guerra requerido, e da Batalha das Dunas.

Desde 1630 que Espanha não conseguia usar as linhas de comunicações marítimas, em apoio à sua linha da frente nos Países Baixos. Os holandeses detinham o controlo do espaço marítimo europeu, principalmente junto à sua costa, e negavam o movimento a qualquer apoio logístico que os espanhóis tencionavam fazer. Este apoio logístico agravou-se com a entrada da França na Guerra dos Trinta Anos, em 1635, cujas linhas de comunicação terrestre, para os Países Baixos, também ficaram bloqueadas.

Em 1637 o cardeal-infante D. Fernando de Áustria, governador dos Países Baixos, após uma pesada derrota em Breda, a Sul das Províncias Unidas, solicitou a Espanha um reforço de gente e dinheiro, a fim de socorrer aquele território²¹. A Portugal foi ordenada o recrutamento de quatro terços de infantaria, cerca de 600 homens²².

Em 1639, uma armada luso-espanhola é preparada para reabastecer e reforçar a frente de batalha no Norte da Europa, mas as Províncias Unidas estavam

¹⁸ Bérenger, Contamine, et al. (1980, p. 384).

¹⁹ Sérgio (1958, p. 3).

²⁰ Tilly (1996, p. 113).

²¹ Quintella (1840, p. 335).

²² Sérgio (1958, p. 105).

a par destes preparativos e também eles prepararam uma força naval a fim de fazer face à força expedicionária, e esse encontro dá-se no Canal da Mancha²³.

A base deste relato é de D. Francisco Manuel de Melo (1608-1666) um famoso prosador, pertencente à alta nobreza portuguesa.

Em junho de 1639, Espanha inicia o aprestamento de uma armada de 84 navios²⁴, com 6.000 marinheiros e 9.000 soldados, com o objetivo reforçar o seu contingente na Flandres.

Esta armada foi composta três grupos de tarefa, o primeiro vindo do Mediterrâneo sob comando de D. António Oquendo, com «vinte e dois bons navios de guerra»²⁵. Da «Costas do Oceano» veio o segundo grupo de tarefa, com 50 navios, entre eles constavam os galeões portugueses Santa Ana, S. Baltasar e S. Teresa, sob o comando de D. Lopo de Hoses e Córdoba. A terceira componente era constituída por 12 navios ingleses fretados para o transporte de soldados para a Flandres²⁶. Esta armada de socorro ficou sob o comando do D. António de Oquendo.

Mas sabendo dos preparativos do socorro à Flandres, as Províncias Unidas mandam também preparar uma força naval de oposição com cerca de 44 navios²⁷, sob o comando do Almirante Tromp. Esta força era composta por três esquadras, a do Almirante Tromp, com 11 navios, a do Vice-almirante Witte With com 6 navios, por ultimo a do Contra-almirante Van Kart com 15 navios.

A batalha das Dunas durou até 30 de Setembro, as duas forças, defrontaram-se por três vezes, mesmo perante a superioridade numérica da armada luso-espanhola, a força naval holandesa conseguiu sempre manter a superioridade táctica. Nesta contenda, Tromp mandou formar uma «linha tão cerrada, que o gorpupés de cada navio tocava quasi na grinalda do que o precedia»²⁸, tendo sido utilizada pela primeira vez, de uma formatura ordenada e propositadamente, a coluna táctica de navios.

Mas a desordem, e a falta de conhecimentos de mar dos comandantes da força luso-espanhola, são notórios logo no início da escaramuça «achavão-se os navios Hespánhos separados huns dos outros, e em grande confusão, e desordem».

²³ Grant (2010, p. 115).

²⁴ Sérgio (1958, p. 109).

²⁵ Quintella (1840, pp. 338-339).

²⁶ Monteiro (1995, p. 168)..

²⁷ érgio (1958, p. 100).

²⁸ Quintella (1840, p. 344).

Perante a formação perfeita, D. António considerando-a uma afronta, e tem a intenção com o seu navio, tomar o navio almirante holandês de assalto. Mas posicionado a barlavento, e não disparando qualquer tiro de artilharia, falhou da interceção e o momento da abordagem, tendo de seguida sido alvo de uma saraivada da artilharia holandesa tanto por estibordo, como depois por bom-bordo, após terem guinado por davante²⁹.

Aquando fundeados nas Dunas, em águas de soberania inglesas e perante negociações diplomáticas entre as três partes, D. António de Oquendo aproveitando esta pausa na contenda, ordenou na noite de 26 para 27 de Setembro o desembarque³⁰, da «gente, e dinheiro, e as projécteis que vinhão na Armada destinadas para aquelles Estados»³¹, cumprindo assim com a sua missão primária.

Neste combate Espanha perdeu cerca de 6.000 homens, e 43 navios onde estavam embarcadas 600 peças de artilharia em bronze. Da parte portuguesa perdeu-se o galeão Santa Tereza, e cerca de 900 homens. Os holandeses perderam apenas alguns navios, e cerca de 1.000 homens.

No primeiro dia de Dezembro de 1640, a revolta concretiza-se, com a nobreza portuguesa a recuperar a monarquia, e coloca termo ao domínio Espanhol, e conseqüentemente o fim do reinado de Filipe IV (Espanha) em Portugal. A aclamação é feita solenemente no Terreiro do Paço, a 15 de Dezembro de 1640³². Rapidamente, França, Inglaterra, Dinamarca e Suécia, reconhecem D. João IV como rei de Portugal. Com as Províncias Unidas é negociada uma trégua de dez anos³³, mas apenas para o Atlântico Norte.

No Atlântico Sul, as coisas também não iam de vento em popa, com a perda de Angola (1641)³⁴, tendo, contudo, sido possível concretizar uma contraofensiva, beneficiando na época de um conflito económico e político de que a Holanda se deparava. No Brasil os colonos portugueses revoltaram-se contra os holandeses em 1644, o conflito terminou apenas em 1654, com a vitória portuguesa. Angola e S. Tomé foram recuperadas em 1648³⁵.

Inglaterra representava para Portugal, menos perigo que Holanda. Os ingleses viviam um período de divergências internas. Mas, no período de 1650

²⁹ Com leme de ló [contrário à direção do vento], o navio orça, cruzando com a proa a linha do vento.

³⁰ Monteiro (1995, p. 176).

³¹ Quintella (1840, p. 346).

³² Esparteiro (1973, p. 616).

³³ Bérenger, Contamine, et al. (1980, p. 398).

³⁴ Esparteiro (1973, p. 388).

³⁵ Marques (2012, p. 301).

e 1654, decorreu um período de guerra aberta entre Portugal e Inglaterra. Em Março de 1650, navios ingleses demonstraram tranquilamente o seu poder naval, ao bloquearem a barra de Lisboa. Com esta ação Portugal, foi forçado a assinar um tratado de paz, com Cromwell, e reafirmado em 1660, com o casamento da Princesa Catarina (filha de João IV) com o rei de Inglaterra, Carlos II.

Ainda no plano externo, o apoio francês foi sempre verbal, apesar dos esforços dos diplomatas nacionais, os portugueses não foram aceites na mesa das negociações, em 1648, ano em que concretizou o fim da Guerra dos Trinta Anos. A ajuda militar, tanto de mercenários como de armas, entre outros, era recebida da Europa Setentrional, nomeadamente da Suécia, e alemão, principalmente bombardeiros.

No século XVII várias nações europeias lutaram pelo controlo do comércio do Atlântico ou para ter o seu espaço, mas apenas alguns estados como Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra detinham essa capacidade e conhecimento para o poder alcançar, e com ele o comércio intercontinental que originava lucros extraordinários. Nesta altura o Báltico era considerado o centro do Grande Comércio, tendo atingido o seu apogeu em 1640³⁶.

A nível nacional, o Conselho de Guerra (criado em 1640) detinha o comando operacional dos navios de guerra, o qual atribuía ou retirava recursos consoante a necessidade de meios navais na preparação das armadas de guarda-costa, de socorro ou empresas de ação militar. Este conselho fornecia todo o apoio administrativo e logístico tanto a nível do material, como do pessoal de mar e de guerra.

A armada de alto bordo dependia da coroa, e designava-se por «armada real do mar oceano», que perante a escassez de meios na armada real, por vezes socorria-se a «navios mercantes armados em guerra»³⁷ ou vice versa.

Na preparação das armadas o conselho efetuava a nomeação do General da armada³⁸, do Almirante e do Fiscal, que poderemos hoje fazer corresponder ao Almirante, Vice-almirante e Contra-almirante, respetivamente³⁹. Estes eram geralmente nobres, com serviços destintos e relevantes para a coroa.

Mas como eram os meios navais e de que forma era feita o recrutamento das suas guarnições?

Uma das primeiras resoluções do Conselho de Guerra, através do Decreto de 21 de dezembro de 1640, ordenava a ida ao Porto de Manuel de Sousa Pa-

³⁶ Bérenger, Contamine, et al. (1980, pp. 416-417).

³⁷ Esparteiro (1973, p. 627).

³⁸ Podendo ser designado ainda por General-de-mar (Santos, 1991, p. 42).

³⁹ Esparteiro (1973, p. 628).

checo «para trazer os galeões que ali estavam, e alevantar a gente necessária para os guarnecer»⁴⁰. Os navios deveriam possuir cerca de 200 a 400 toneis, só excepcionalmente ultrapassariam os 500 toneis.

Nesta época a «armada real do mar oceano» era composta principalmente por: galeões, naus, navetas, fragatas, patachos e caravelas. Em apoio a estes navios poderiam ainda ser empregues: navios de transporte ou urcas, ou navios de fogo (brulotes). Estes operavam em força ou isolados, defendendo os interesses nacionais tanto ao nível do comércio marítimo, proteção de portos ou das linhas de comunicação marítimas.

Mesmo ainda em meados do século XVII a caravela ainda continuava a ser um navio veloz, como diria o Padre António Vieira um «navio de fugir», era muitas das vezes designada por «caravelas mexeriqueiras» ou navio de aviso, com uma boa capacidade bolineira, capazes de penetrarem ou tornearem as forças navais opositoras. As suas características originais continuaram até ao último quartel do século XVII.

O presente quadro discrimina o dispositivo naval da «armada real do mar oceano» do período 1640 a 1669, é de realçar ainda as diversas missões que estes navios desempenharam no período descrito. Os 61 navios apresentados são navios que participaram pelo menos numa missão na armada real em guarda-costa, ou de socorro.

De todos os navios que engrossavam a «armada real do mar oceano», os galeões eram as unidades destinados essencialmente para a guerra no mar, os quais possuíam características próprias para o exercício do Poder Naval.

Mas como se pode ver estes navios eram empregues igualmente em missões da Carreira da Índia e do Brasil. Como já se referiu anteriormente, na escassez de meios na armada real, esta era colmatada por navios mercantes armados em guerra, que podemos designar por naus de guerra.

Por intermédio de Luís de Figueiredo Falcão⁴¹, e do estudo sobre as características das naus do século XVII, podemos observar a configuração de uma nau da época, e daí deduzir o aspeto de uma nau de guerra, ou mesmo de um galeão da «armada real do mar oceano».

Em meados deste século, o país dispunha de cerca de 1,5 milhões de habitantes e atravessava consideráveis dificuldades económicas. Tal como nos séculos anteriores, o século XVII, não foi diferente quanto à escassez de homens válidos e com conhecimentos necessários de mar para guarnecer os navios portugueses.

⁴⁰ Santos (1991, p. 15).

⁴¹ Luís de Figueiredo Falcão, foi secretário do Governo de Portugal, no tempo de D. Filipe II.

Este recrutamento de soldados e marinheiros de guerra sempre constituiu um problema para os nossos monarcas.

As guarnições eram compostas por «gente do mar» e «gente de guerra», que alteravam consoante o porte do navio em que embarcavam. Através de uma Consulta da Câmara de Lisboa ao Rei, de 6 de Maio de 1632 se transcreve o seguinte⁴²:

«Porque na arqueação dos navios não pode haver cousa certa, que uns são mais abertos de praça e outros mais altos de pontal, ..., dando-se por cada cem conforme estylo desta corôa 26 homens de guerra e dezaseis de mar... na capitânia e almirante ... cabem 260, se lhe hão de anadir⁴³ 140, com que faz o numero de 400 infantes, ...; e á almirante, que sempre deve ser navio de 700 toneladas»⁴⁴.

Por certo, devido à escassez de pessoal, bem como a necessária qualificação para os assuntos de mar, esta regra não seria aplicada na maioria dos navios. Sabe-se, que a leva ou recrutamento da «gente de mar», era feita na base do voluntariado, e executada pela forma de «chamamento» ou por «bando»⁴⁵.

Mas este recrutamento tanto de marinheiros e soldados era enfermado pela falta de experiencia destes novos voluntários, cuja ausência de conhecimentos e consequentemente a difícil adaptação da vida no mar, proporcionaria rapidamente a deserção desta gente de mar e de guerra.

Para o padre Fernando de Oliveira, o ofício de marinheiro requeria «mais arte, e requer muito uso, se for possível ser criados de meninos entre as cordas e aparelhos»⁴⁶. Deveriam ser por essa razão, homens conhecedores da mastreação, da arte de mareação e manobra de uma nau ou galeão. Assim para a função de marinheiro convinha que fossem «homens já sabidos neste ofício, os quais eu desejo que fossem velhos no saber e mancebos nas forças, e moços na ligeireza». Para a vida de mar, eram escolhidos homens com idades compreendidas entre os 18 e os 60 anos, e aptos na utilização de armas⁴⁷.

Para fazer face a esta ausência de pessoal qualificado, em 18 de abril de 1621, Filipe III, sob proposta de D. António de Ataíde, manda criar um corpo militar destinado para prestar serviço nos navios, i.e. o Terço da Armada da Coroa de

⁴² Santos (1991, p. 16).

⁴³ Juntar ou acrescentar.

⁴⁴ Santos (1991, 16).

⁴⁵ Aliciamento de voluntários, mediante o adiamento de um ou mais soldos. Vide Henrique Alexandre da Fonseca, *Crónicas de Marinha*, Edições Culturais da Marinha, Lisboa (1999, p. 40).

⁴⁶ Ribeiro (2008, p. 47).

⁴⁷ Costa (1989, p. 109).

Portugal, o qual era composto por um «batalhão de 800 soldados» que embarcariam nos navios da armada da coroa⁴⁸.

Nesta reativa organização, com a constante falta de gente de mar, concretamente de marinheiros qualificados, é criada um troço de marinheiros, em 1673, pagos pela fazenda real.

Desde cedo são embarcados nos navios portugueses um conjunto de homens com um grau de especialização específica, designados por bombandeiros da nómima⁴⁹. Ora este corpo especialista é inserido no aparelho militar e regularizado com a criação do troço de artilheiros, em 4 de junho de 1677. O troço de artilheiros ficou então sediado na Tenência Geral da Artilharia⁵⁰.

Nesta época, em termos de vencimento, estes marinheiros recebiam um soldo de \$60 réis por dia, enquanto os artilheiros recebiam um tostão. Aquando do alistamento os marinheiros 6\$000 réis, e os artilheiros recebiam apenas 1\$800 réis⁵¹.

Com este facto, atesta-se, a pouca importância dada à artilharia e o desprezo com que era encarado socialmente esta gente. Esta era uma situação recorrente, muito ligada a uma mentalidade ainda medieval, aliado ao facto de muitos dos elementos embarcados nos navios, serem oriundos do seio da nobreza.

Em resumo, e através da leitura dos trinta e cinco capítulos do seu código Advertências de Naveguantes, certifica-se que o capitão Marcos Cerveira de Aguiar foi um homem ligado ao mar, um marinheiro do século XVII, apesar de se verificar que detinha mais conhecimentos específicos nas vertentes de infantaria embarcada em naus de guerra e galeões. Era também um homem interessado nas matérias ligadas à construção naval, marinharia, navegação e artilharia naval. Constata-se que era um homem versado, e que procurava expor com assertividade as matérias versadas no seu tratado.

Após o estudo à obra de Marcos Cerveira de Aguiar, o código Advertências de Naveguantes, podemos afirmar que contem dezassete capítulos de matéria-prima de qualidade para estudo da organização de bordo dos navios de guerra nos meados do século XVII, sendo os assuntos nele versado esclarecedores e credíveis.

Através do código foi elaborado um mapa de cargos e detalhe da guarnição numa nau de guerra ou galeão, tendo sido deduzidas um conjunto de condições gerais e específicas da organização de bordo de uma nau de guerra ou galeão.

⁴⁸ Matos (1993, p. 16).

⁴⁹ Corpo criado por D. Manuel I, em 29 de Janeiro de 1515, com 100 bombardeiros, podendo servir tanto no mar como em terra. Vide Fonseca (1999, p. 37)..

⁵⁰ Fonseca (1999, p. 38).

⁵¹ Rodrigues (2000, p. 5).

Através desse mapa chegamos à conclusão, segundo Marcos de Aguilár, que existiam cerca de 39 cargos a bordo de um navio de guerra.

Já no que se refere ao número total de pessoal embarcado, desconhecendo o número total de marinheiros e soldados, estimando o número de artilheiros anteriormente mencionado, podemos colocar a hipótese de termos a bordo cerca de 293 homens podendo mesmo chegar aos 361, dependendo da tipologia de artilharia embarcada.

Apesar dos poucos dados biográficos sobre este autor, deduz-se que durante as suas comissões a bordo das naus de guerra ou galeões das armadas de costa, exerceu principalmente cargos nas vertentes de infantaria embarcada.

Para Contente Domingues «as Advertências de nauegantes contêm materiais suficientemente importantes para merecerem a atenção que nunca suscitaram até agora»⁵², e que podemos considerar Marcos Cerveira de Aguilár «como homem ligado à arte da guerra com serviços prestados no mar»⁵³.

BIBLIOGRAFIA

- Ameal, J., 1984. História da Europa (1495-1700). Lisboa: Verbo.
- Bérenger, J., Contamine, P., et al., 1980. História Geral da Europa, vol. 2. Sintra: Publicações Europa-América.
- Black, J., 1996. The Cambridge Illustrated Atlas of Warfare: Renaissance to Revolution 1492-1792. Cambridge: University Press.
- Costa, L., 1989. Os Regimentos Sobre a Matricula dos Oficiais da Navegação, da Ribeira e Bombardeiros de 1591 e 1626. Em Revista de Historia Económica e Social, nº 25, Janeiro-Abril. Lisboa: Sá da Costa.
- Domingues, F., 2004. Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.
- Domingues, F., 2008. Navios e Viagens: A Experiência Portuguesa nos séculos XV a XVIII. Lisboa: Tribuna.
- Esparteiro, A., 1973. A Marinha de D. João IV (1640-1656). Em Anais do Clube Militar Naval, nº 103. Lisboa: Clube Militar Naval.
- Fonseca, H., 1999. Crónicas de Marinha. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.
- Grant, R., 2010. Battle At Sea, 3.000 Years Of Naval Warfare. Dorling Kindersley.
- Marques, A., 2012. Breve História de Portugal. Lisboa: Presença.
- Marques, A., 1984. História de Portugal, Vol. II. Lisboa: Palas Editores.

⁵² Domingues (2004, p.211).

⁵³ Domingues (2004, p.208).

- Matos, J., 1993. O Terço da Armada da Coroa de Portugal (1621) – novas informações sobre a sua criação e organização. Em *Memórias*, vol. XXIX, Lisboa: Academia de Marinha.
- Matos, J., 2012. António Estácio dos Reis, Marinheiro por Vocação e Historiador por Devção – Estudos de Homenagem. Lisboa: Edições Culturais de Marinha.
- Monteiro, S., 1995. Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (1626-1668), Vol. VI. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- Newitt, M., 2005. *A History of Portuguese Overseas Expansion, 1400-1668*. London: Routledge.
- Quintella, I., 1840. *Annaes da Marinha Portuguesa*, Tomo II. Lisboa: Academia Real da Ciências.
- Ribeiro, A., 2008. Prefácio. Em *A Arte da Guerra do Mar*. Lisboa: Edições 70.
- Rodrigues, T., 2013. *Portugal Nos Séculos XVI e XVII. Vicissitudes da Dinâmica Demográfica*. Porto: Centro de Estudos da População e Sociedade.
- Rodrigues, V., 2000. A organização militar a bordo dos navios da Carreira da Índia, no séc. XVI e princípios do séc. XVIII. Em *Memórias da Academia de Marinha*, vol. XXX. Lisboa: Academia de Marinha.
- Santos, N., 1991. *Apontamentos para a História da Marinha portuguesa, Vol I - A época da Guerra da Restauração (1640-1668)*. Lisboa: Academia de Marinha.
- Sérgio, A., 1958. *Naufrações e Combates no Mar: textos seleccionados, anotados, comentados e acompanhados de um estudo*, vol. I. Lisboa: Editorial Sul Limitada.
- Sousa, G. (s/d). *Coriosidades de Gonçalo de Sousa*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Reservados, ms. 3074.
- Tilly, C., 1996. *As Revoluções Europeias, 1492-1992*. Lisboa: Editorial Presença.
- Vasconcelos, J., 1954. *Notas Bio-Bibliográficas. I - Marcos Cerveira de Aguilar Soldado do Século XVII versado em assuntos náuticos*. Em *Boletim Geral do Ultramar*, Ano 29.º, n.º347.

4.

O COMBATENTE DO SÉCULO DAS LUZES

João Vieira Borges

Major-General do Exército

Doutorado em Ciência Política pela Universidade dos Açores

Comandante da Academia Militar

Academia Militar

Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

joaovieiraborges@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido pelos organizadores do seminário livre “O Combatente Português” é particularmente feliz para os auditores e leitores, mas de difícil abordagem por parte deste ou de qualquer outro autor.

Feliz para os auditores e leitores porque, num curto espaço de tempo de seminário ou de leitura deste texto, ficam detentores de uma visão muito específica e particularmente interessante em termos militares, necessariamente diferente das tradicionais dimensões exclusivamente políticas, estratégicas ou mesmo militares (neste caso associadas à história dos heróis ou dos combates e batalhas).

A dificuldade na abordagem para os autores, tem relação direta com a necessidade de trabalharem um século de História, neste caso (XVIII) particularmente rico em termos estratégicos e militares. Por outro lado, as fontes primárias do Século das Luzes tratam os combatentes na perspectiva dos heróis, de modo muito factual e pouco humano, quer no que respeita à tão importante

relação dos militares com os políticos, quer no que concerne ao seu papel na sociedade da época.

Para irmos ao encontro do desafio que nos foi levantado, começaremos por abordar, de modo particularmente sintético, o Século das Luzes, como espaço de intervenção dos combatentes. Trataremos depois o combatente português, desde a Guerra da Sucessão de Espanha à Campanha do Rossilhão e da Catalunha, destacando três estudos de caso, que em muito nos aproxima da realidade da época. Apresentaremos, por último, umas considerações finais, onde destacaremos os aspetos caracterizadores do combatente português do Século das Luzes.

2. O SÉCULO DAS LUZES

O Século das Luzes corresponde em grande parte ao século XVIII, apesar de não se circunscrever às “fronteiras cronológicas”, em face do iluminismo constituir um movimento de ideias (e as ideias não têm certamente fronteiras, sejam elas quais forem...).

O iluminismo tem por base ideológica, a fé inabalável na razão humana, o espírito de contestação das conceções tradicionais, mas também (e sobretudo na nossa perspetiva) a vontade de mudança. Quando abordamos o iluminismo, teremos de evocar, entre outros autores, Montesquieu (1689-1755), Voltaire (1694-1778), Adam Smith (1723-1790) e Kant (1724-1804). Por outro lado, não podemos esquecer factos históricos tão importantes como a primeira *revolução industrial* (1764), a independência dos E.U.A. (1776), e a *revolução francesa* (1789 – o fim da idade moderna e o início da idade contemporânea).

Este foi o período do domínio do Mundo pela Europa, através de grandes potências como a Inglaterra e a Prússia de um lado e a França, a Áustria, a Espanha e a Rússia do lado oposto. Portugal e a Holanda eram então médias potências marítimas, que podiam desequilibrar o conflito entre as potências marítimas e continentais. Este “Equilíbrio de Poderes” materializou-se ao longo de todo o Século das Luzes entre a Inglaterra (marítima) e a França (terrestre), fundamentalmente pela hegemonia e pelo controlo dos espaços e mercados ultramarinos. Esta e outras razões levariam aos grandes conflitos, casos da *Guerra da Sucessão de Espanha*, da *Guerra da Sucessão da Áustria*, da Guerra aos infiéis do Oriente, da *Guerra dos Sete Anos* e das *Guerras Napoleónicas* já no final do século XVIII e início do século XIX.

Portugal, então na recuperação do seu vasto Império (perdido durante a ocupação da Espanha entre 1580 e 1640), tinha uma postura estratégica centrada nos seguintes conceitos de ação estratégica:

- Abandonar o Norte de África;
- Manter o esforço possível no Oriente;
- Dar prioridade ao Brasil, natural opção atlântica;
- Usar a neutralidade como instrumento da política externa, até à “natural” opção pela potência marítima;
- Dar prioridade à ação militar defensiva (ofensiva só no âmbito de alianças) e à estratégia diplomática;
- Intervir na Europa, só quando estiverem em causa a *independência* e a *integridade territorial*;

Independentemente dos períodos mais ou menos estáveis politicamente, com forças militares mais ou menos equipadas, Portugal tinha no seu Ensino Militar a materialização dos ideais das Luzes, como se constata pelas sucessivas reformas, em especial com D. Maria I, nomeadamente:

- 1779; criada a “Academia Real de Marinha”, que preparava oficiais para a Marinha e o Exército, tendo entretanto sido extinta a “Academia Militar da Corte”;
- 1782; criada a “Companhia dos Guardas-Marinhas”, destinada ao enquadramento e instrução militar dos futuros oficiais de Marinha, sendo a formação académica obtida na “Academia Real de Marinha” (considerada a antecessora da Escola Naval em termos de ensino superior militar);
- 1790; criada a “Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho”, em que os cursos eram de 3 e 4 anos e os candidatos faziam os preparatórios na “Academia Real de Marinha” (considerada a antecessora da Academia Militar em termos de ensino superior militar).

Em termos militares poderemos classificar este período da “Guerras dos Reis” à “Nação em Armas”, com destaque para as seguintes transformações:

- A generalização do mosquete de pederneira;
- A utilização da baioneta e o fim dos piqueiros;
- A criação dos regimentos, dos batalhões, das formações e da disciplina (Frederico II da Prússia);
- Os exércitos pagos pelo erário régio, com consequências ao nível da redução dos mesmos e do incremento dos mercenários;
- A maior mobilidade e alcance da Artilharia;
- A criação do Estado-Maior;
- Ainda a utilização das fortalezas ou praças armadas;
- E a conscrição em França (Decreto 23Ago1793), que daria origem à “Nação em Armas” e ao novo paradigma da Guerra Absoluta.

Em resumo, o Século das Luzes foi também o período do “Equilíbrio de Poderes” entre a Inglaterra marítima e a França continental e o prelúdio, em termos militares, de grandes transformações efetuadas por Napoleão, desig-

nadamente ao nível do recrutamento (“Nação em Armas”), do poder de fogo (da Artilharia), da mobilidade, da logística e da organização. E nesse novo paradigma, o combatente da liberdade, da igualdade e da fraternidade, seria necessariamente diferente do combatente das Luzes que adiante caracterizaremos.

3. O COMBATENTE PORTUGUÊS NO SÉCULO DAS LUZES

Em Portugal, no Ano da Graça de 1700 havia cerca de 15.000 infantes e 3.500 cavaleiros, dos quais um número elevado de militares de origem estrangeira, designadamente franceses, ingleses e alemães. O Exército tinha três escalões, com missões bem diferenciadas: exército de linha; terços de auxiliares e companhias de ordenanças.

Com D. João V e a Guerra de Sucessão de Espanha, foram introduzidos os Regimentos (34 de Infantaria, 20 de Cavalaria e a Artilharia) e proibida finalmente a venda de patentes, colocando o saber e a competência ao serviço da força armada e em particular do corpo de oficiais.

Com D. José I, a Guerra dos Sete Anos e o Conde de Lippe, os efetivos foram então aumentados (conjunturalmente) para 40.000 portugueses, reforçados por sua vez por 8.000 ingleses. O combatente português desta altura passou a ser mais disciplinado, com mais formação, mais organização, melhor fardamento e, muito especialmente, a dispor de maior competência técnica.

Com as guerras da revolução francesa, em 1792 e com a partida do “Exército Auxiliar à Coroa de Espanha” para a Catalunha, em 1793, reorganizou-se o Exército de Portugal. Os combatentes formados e experimentados no Teatro de Operações do Rossilhão e da Catalunha, dariam os seus frutos enquanto verdadeira escola de reformadores no século XIX, caso entre outros, de D. Miguel Pereira Forjaz. Em termos gerais, os combatentes portugueses deste final do século XVIII, iluminados pela razão e pela humanidade (e em nome do Rei), passam a ser alvo de reconhecimento, com louvores, condecorações e o uso de símbolos.

Com o retorno da Paz, voltaria a desmotivação e a indisciplina, em plena entrada no século XIX. A “estagnação” das forças militares no período de Paz que se seguiu à guerra foi uma constante ao longo do século XVIII, como podemos constatar:

– Depois da Guerra da Sucessão de Espanha, a decadência (em 1755 o Exército é “apenas uma força nominal”, com atraso nos soldos, indisciplina, mau fardamento, falta de instrução, oficiais incompetentes, ordenanças requisitadas por levas);

– Depois da Guerra dos Sete Anos (com a liderança do Conde de Lippe), a

decadência (durante uma viagem, em 1774, o oficial inglês Dalrymple escreve que nunca havia visto militares em tão mal estado: «Os fatos estão esburacados, as armas enferrujadas, o equipamento sujo e estragado.»);

– Depois do Rossilhão e da Catalunha, a decadência, a desmotivação e a indisciplina até à primeira invasão francesa.

Deste período, destacamos os escritos de André Ribeiro Coutinho, nomeadamente em *O Capitão de Infantaria Português* (1751), onde descreve a composição do Exército português do seguinte modo:

«A três classes se reduzem as gentes, de que se formam os Exércitos: gente do campo, das povoações e da nobreza; a do campo é boa porque são criados com exercícios rudes, de conduzir pesos, cortar árvores, pegar em arados, enxadas e foices; dormir ao sereno, andar ao sol, à chuva, e a todo o tempo; romper matos e penetrar terras; a das povoações ordinariamente são oficiais mecânicos, e também tem a conveniência de se terem em um Regimento os Oficiais muito precisos para a guerra e para o trato; como são carpinteiros, pedreiros, ferreiros, sapateiros marinheiros e pescadores: ultimamente a nobreza se emprega no exercício das armas, como quem delas teve a sua origem; e nela se acha a honra, o capricho, a constância, o luzimento e o exemplo de tudo o que o Mundo estima por mais excelente».

Dez anos mais tarde, **Francisco de Barros** na sua *Breve Instrução Militar sobre a Infantaria* (1761), refere que a sua publicação resulta “da falta de livros militares, que há na Língua Portuguesa, para utilidade dos Oficiais, e Soldados, que ignorando as estrangeiras [...] passam a vida sem alcançar outro conhecimento da Tática, que aquele que lhes ensina o uso.” Em face do laxismo existente nas elites portuguesas, Francisco de Barros chama a tenção para a importância da liderança, materializada muito especialmente nos conselhos que dá aos oficiais, para fazerem face ao soldado português:

– “O oficial deve só executar as coisas como se lhe ordenam [...] porque a obediência é o carácter distintivo de um verdadeiro oficial.”

– “Os oficiais devem ir metidos nas mesmas fileiras dos soldados, pela melhor comodidade de os governar...”

– “O oficial conhece pelo nome os seus Soldados...”

– “O soldado português, embora valoroso, mostra-se muitas vezes indisciplinado e com dificuldades na aprendizagem das evoluções mais complexas...”

– “É preciso que os oficiais sejam os primeiros no exemplo...”

José Marques Cardoso divide os seus *Elementos da Arte Militar* (1785) em 5 livros:

I – onde se propõe uma instrução para os soldados e alguns deveres eficazes de um cabo de esquadra;

II – trata das diversas disposições que devem preceder a campanha desde a marcha das tropas até à ocasião da batalha...

III – trata da utilidade das praças, dos ataques, dos bloqueios e das rendições das mesmas;

IV – trata das ações da guerra que todo o oficial deve executar e da vigilância, precaução e indústria com que se deve conduzir;

V – trata da ordem com que se devem conservar, instruir e disciplinar os soldados... trata-se das armas que usa a infantaria, a cavalaria, os dragões e artilharia... do método com que marcham e uma reflexão sobre o modo com que devem proceder os oficiais.

Destacamos de seguida três exemplos de combatentes portugueses deste Século das Luzes, no sentido de identificarmos aspetos comuns. Do Marquês das Minas, que conquistou Madrid no âmbito da Guerra da Sucessão de Espanha, a Dom Miguel Pereira Forjaz, que foi herói na Campanha do Rossilhão e da Catalunha, passando pelo Conde de Lippe, enquanto comandante das tropas portuguesas, encontramos pontos comuns, apesar de circunscritos às elites, mais facilmente caracterizáveis em face das fontes disponíveis.

2º Marquês das Minas (1644-1721)

– Filho de Marquês, começou a servir no Exército com 14 anos;

– Foi Mestre de campo de um Terço de Infantaria, governador das armas da província do Minho, Mestre de campo general, governador e capitão-general do Brasil, conselheiro de guerra, governador da praça de S. Julião da Barra, comandante do exército da Beira e estribeiro-mor da Rainha;

– Como comandante das forças aliadas na Guerra de Sucessão de Espanha – Conquistou Madrid em 1706 e foi derrotado em Almanza (1707); da conquista de Madrid destacamos um extrato (Borges, 2006):

«A Vila de Brozas foi conquistada a 7 de Abril, num combate de alguma importância, contra as forças franco-espanholas, constituídas por cerca de 9.000 homens, e comandadas pelo Duque de Berwick, que retirou então para Cáceres. Deste combate, resultaram “muitos mortos por parte do inimigo”, segundo a descrição de Frei Domingos da Conceição, tendo sido “feitos prisioneiros muitos militares e apreendidos 272 cavalos”. Da parte dos aliados, houve alguns mortos, “à bala enquanto os inimigos o foram à espada” e cerca de 25 feridos, tendo o destaque recaído no Conde de S. Vicente e na cavalaria portuguesa, batidos pelo fogo dos granadeiros inimigos. O Marquês terá tentado evitar que a vila fosse saqueada, apesar disso, queimaram-se mais de trezentas casas.»

Conde Guilherme de Schaumburg-Lippe (1724-1777)

- Filho de Conde, participou na batalha de Dettingen aos 19 anos;
- Homem culto, poliglota, “muito dado aos estudos matemáticos, às ciências militares, sobretudo à artilharia”. “Inimigo da lisonja, do cortejo e do aplauso”, exigente, rigoroso, e conhecido por ser um brilhante soldado da escola de Frederico da Prússia, para quem os postos e responsabilidades deveriam ser devidos aos mais cultos e aptos em vez dos mais ricos e nobres;
- Exímio na Organização, na Disciplina, na Estratégia, na Tática e na Instrução Militar, comandou as tropas portuguesas durante o período da Guerra dos Sete Anos e da “Guerra Fantástica” (1762) em particular.

Para o Conde de Lippe:

- A arte da guerra já não era para os oficiais um ofício, mas uma ciência, cimentada no estudo, na reflexão e na análise da prática;
- As luzes adquiridas pelo estudo eram tão necessárias para fazer obedecer, como para mandar com inteligência;
- Nas Academias Militares, não se tratava de formar eruditos, mas sim chefes militares;
- Na seleção rigorosa dos cadetes para a sua Academia, o que interessava eram as qualidades humanas de honra e inteligência, a capacidade de liderança e o espírito de equipa;
- Relativamente à participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos, destacamos a opinião do General Palmeirim (Rui Bebianco, 2006):
“É certo que o exercito por ocasião da campanha de 1762 fez mais que o que d’elle se podia esperar, attento o mau estado em que se encontrava; nem é preciso repetir que os portuguezes são valorosos, e que possuem qualidades admiraveis que os distinguem na guerra sempre que são bem tratados, e conduzidos por generaes de habilidade...”

Dom Miguel Pereira Forjaz (1769-1827)

- Filho de Conde, começou a servir no Exército aos 16 anos;
- Serviu no Estado-Maior do Conde de Oeynhausen, foi ajudante de ordens do General Forbes (onde foi ferido em combate no Rossilhão e Catalunha), foi quartel-mestre-general do General Forbes no Alentejo, inspetor-geral das milícias, secretário suplente do governo (em 1807), Marechal de Campo e Tenente-general (1813);
- Foi o reorganizador do Exército aquando da ocupação francesa (junto de Bernardim Freire de Andrade).

Relativamente à Campanha do Rossilhão e da Catalunha onde se destacou como líder, salientamos os seguintes extratos (Borges, 2000):

«A 26 de Novembro (Ceret), as tropas portuguesas, apesar de cansadas e

molhadas e sem poderem fazer fogo com os canhões e as espingardas, tal tinha sido a chuvada, entraram brilhantemente em fogo (à baioneta), desalojando os franceses das suas trincheiras e tomando-lhes os canhões.”

[...] Em Puig-Cerdá (a 26/27Jun1795), as tropas portuguesas deram mostras do seu reconhecido valor, “acomettendo por entre pelouros e estilhaços de granada sem arredarem pé.” ...D. Miguel Pereira Forjaz, ferido por uma bala de espingarda, continuou indicando com a espada a direção do inimigo e brandando aos portugueses: «Avante! Lembremo-nos do nome português! A eles, soldados! e sem quartel!».

Em resumo, e apesar dos estudos de caso se circunscreverem a três oficiais combatentes, existem pontos comuns relacionados com as origens, os valores pessoais e militares, necessariamente diferentes em cada época. Durante a guerra e independentemente de casos isolados menos prestigiantes, acentuam-se em geral os valores da disciplina, da coragem e da combatividade (em especial quando em operações combinadas com aliados), ao contrário dos períodos de paz, associados normalmente à degradação, ao desinvestimento (na formação, no armamento, no equipamento e no fardamento) e à indisciplina. Os oficiais eram, na sua maioria, de origens nobres ou aristocratas, iniciavam a carreira e participavam em combate desde muito jovens, e tinham uma carreira feita pela experiência e auxiliada pelo poder financeiro e pelo estatuto. Só no final do século, com D. Maria I, os ideais das luzes transformariam a formação e a seleção dos oficiais em Portugal, com novas escolas que os tornariam mais próximos dos seus soldados, com maior capacidade de liderança, melhor formação técnica e tática e melhor entendimento do Mundo que os rodeava.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Século das Luzes, em parte significativa coincidente com o século XVIII, corresponde ao período da fé inabalável na razão humana, do espírito de contestação das conceções tradicionais e da vontade de mudança. Corresponde ainda, ao século estratégico do “Equilíbrio de Poderes” entre a potência marítima (Inglaterra) e a potência continental (França).

Neste período da “Guerra dos Reis” à “Nação em Armas”, da Guerra da Sucessão de Espanha à Campanha do Rossilhão e da Catalunha, houve uma evolução considerável do fenómeno da Guerra, em especial no fim do século, com o prelúdio de Napoleão e das transformações que marcariam o Mundo ao nível do recrutamento, do poder de fogo (da Artilharia), da mobilidade, da logística e da organização.

Portugal foi um dos atores dessas transformações militares, ideológicas, po-

líticas, económicas e sociais, em especial porque, como potência (essencialmente marítima) de média dimensão, necessitava da força militar para manter um Império espalhado pela América, por África e pela Ásia.

Com intervenções militares marcadas pela Guerra da Sucessão de Espanha, pela Guerra dos Sete Anos e pela Campanha do Rossilhão e da Catalunha, Portugal teve nesses períodos em especial, a razão (última!) para investir nas forças militares. Os combatentes que participaram nessas e noutras intervenções de menor dimensão (mas nem sempre de menor importância e consequências), como a Batalha de Cabo Matapão, foram portugueses que lutaram pelo Rei e por Portugal e não por um ideal.

No caso dos oficiais eram, na sua grande maioria, nobres ou aristocratas, com um pensamento em evolução, aberto aos ideais das luzes do resto da Europa, mas que chocou claramente com os ideais da revolução francesa. Os oficiais de sangue azul deram origem aos de sangue vermelho, com mais competências, mais formação, mais empenho e maior capacidade de liderança. A disciplina e a coragem física tinham os seus pontos altos, marcados pelos períodos de guerra, mas também os pontos fracos correspondentes aos longos períodos de paz, em que a força militar e os seus atores eram ostracizados pelas elites, mas também pela comunidade em geral.

As reformas foram tendo lugar ao nível da organização, da logística, do armamento e da tática, assumindo os combatentes portugueses uma postura crescentemente profissional, em especial depois da liderança do Conde de Lippe. Já no final do século, os feitos passaram a ser reconhecidos publicamente e de modo mais transparente, mantendo-se o sentimento de luta pelo Rei e por um Portugal enquanto Império.

No Século das Luzes não bastou a Portugal ter bons combatentes e um bom sistema de milícias como dissuasor. Foi preciso ter a capacidade e a vontade política (infelizmente só em casos extremos) para projetar adequadamente o poder militar, e por consequência, o poder nacional.

Durante este período fomos mestres na Diplomacia e na Guerra, assumimos e ultrapassámos as nossas limitações com generosidade, pelo que, a nossa independência muito deve (e continuará a dever) aos Combatentes e aos Diplomatas, sendo imperioso continuar a cuidar de ambos, na Guerra, mas também e sempre na Paz.

BIBLIOGRAFIA

- Barata, M. e Teixeira, N. (Coord.), 2003-2004. *Nova História Militar de Portugal*, 5 volumes. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Barrento, A., 2006. *Guerra Fantástica 1762*. Lisboa: Tribuna da História.

- Bebiano, R., 2006. *A Pena de Marte*. Coimbra: Edições Minerva.
- Borges, J., 2000. *Intervenções Militares Portuguesas na Europa do Século XVIII; Uma Análise Estratégica*. Lisboa: Atena e IAEM, Lisboa.
- Borges, J., 2003. *A Conquista de Madrid 1706: Portugal faz Aclamar Rei de Espanha o Arquiduque Carlos de Habsburgo*. Coleção Batalhas de Portugal. Lisboa: Tribuna da História.
- Borges, J. (Dir. e Coord.), 2006. *Pensamento Estratégico Português: Contributos (Séc. XVI a XIX)*. Lisboa: Prefácio.
- Chaby, C., 1863. *Excerptos historicos e colecção de documentos relativos á guerra denominada da Peninsula e ás anteriores de 1801, e do Roussillon e Cataluña: resultado da comissão de investigações históricas*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Macedo, J., 2008. *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força – Estudo de Geopolítica*. Lisboa: Tribuna da História.

5.

O COMBATENTE DA GUERRA PENINSULAR (1807-1814)

Nuno Lemos Pires

Coronel de Infantaria

Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de

Lisboa ISCTE-IUL (com a AM)

Academia Militar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

nlemospires@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Foram muito diferentes os modelos de combate e de comando seguidos por portugueses, britânicos, espanhóis e franceses. Foram diferentes porque tinham objetivos diferentes. Foram únicos porque a base de apoio era muito distinta. Foram complexos porque nem sempre foi claro quem dependia de quem. Foram específicos e adequados a cada situação porque combatentes e comandantes tinham, além da nacionalidade, também tinham personalidades, ideias, emoções e determinações muito próprias. Só podemos analisar a dimensão dos combatentes se estudarmos profundamente as determinações dos respetivos comandantes. Uma dimensão não poderá ser isolada da outra. Um combatente escolhe (ou é obrigado) servir a sua nação, mas combate, nos momentos decisivos, em nome do camarada que o acompanha e no seguimento das ordens que recebe do seu comandante em quem deve confiar. Na Guerra Peninsular houve combatentes de Portugal mas também se combateu lado a lado com combatentes britânicos, alemães, espanhóis e de muitas outras e variadas nacionalidades.

Apenas, também, na dimensão comparativa, entre o que movia combatentes de diferentes nacionalidades, poderemos entender o que os motivava e em nome de quê, e de quem, combatiam.

Para além dos combatentes e comandantes dentro de cada nação houve comandantes sobre forças de mais do que uma nação, de forças aliadas, coligadas ou, apenas, colaborantes. A cada situação corresponderam níveis de autoridade diferentes. Dentro das forças combatentes na Península Ibérica houve variadíssimas organizações e estruturas que enformaram um sistema de comando diferenciado e muito complexo.

Os tradicionais exércitos e marinhas, ditos regulares, foram divididos em forças operacionais e territoriais, coligados ou autónomos. Depois existiu uma grande quantidade de forças, denominadas de segunda linha, que correspondiam às milícias e aos corpos de voluntários. Para “alimentar” as forças regulares e as de 2ª linha existiam ainda as listas de homens organizados em unidades de “ordenanças” que, localmente, contribuíram em ações de guerrilha e de autodefesa das populações. Por fim encontraram-se as inúmeras unidades irregulares de formação espontânea ou organizadas em guerrilhas.

Mesmo dentro de cada exército encontraram-se forças de várias nações. O exército francês tinha forças de mais de dez países diferentes e também provenientes das suas colónias. O exército britânico tinha forças alemãs, irlandesas, espanholas, francesas, entre muitas outras nacionalidades. O grande exército aliado anglo-português era constituído por comandantes e combatentes dos dois países. Houve inclusivamente nações que estiveram presentes de um lado e do outro das forças em confronto, em tempos diferentes e mesmo simultaneamente. Houve emigrados franceses ao lado dos aliados anglo-portugueses, alemães a combater do lado francês e do lado anglo-português, além de milhares de espanhóis “josefinos” e “afrancesados”, tal como alguns membros da legião portuguesa, entre as forças francesas.

Para além da variedade de forças também houve evolução ao longo do tempo. Em 1807 os espanhóis combatiam ao lado dos franceses e em 1808 contra Napoleão. Em 1808 portugueses e britânicos constituíam forças separadas mas em 1809 constituíram-se num exército aliado conjunto. Os espanhóis apenas aceitaram um comando único aliado, o comando supremo do Duque de Wellington, em 1813. Até essa data houve colaborações ocasionais entre alguns dos exércitos espanhóis e o anglo-português mas não havia uma direção única e coerente. De 1813 a 1814, Wellington comandou efetivamente, sob o mesmo comando, anglo-portugueses e espanhóis.

Do lado Francês só quando Napoleão esteve na Península Ibérica em 1808 e 1809 é que houve um comando verdadeiramente unificado. Foram mais as

descoordenações entre os marechais franceses que a colaboração coerente entre todos. Com o irmão de Napoleão, José Bonaparte, centralizou-se a política francesa na Península mas as ordens estratégicas continuaram a vir de Paris, quase sempre tarde demais e desfasadas da realidade no terreno. Apenas nos últimos seis meses da Guerra Peninsular é que houve um comando unificado francês sob as ordens do Marechal Nicolas Soult.

Por fim houve as realidades geográficas de onde se decidia a política e a grande estratégia. Lisboa e Rio de Janeiro representavam a autoridade portuguesa. Sevilha, Cádiz e Madrid a Espanhola. Madrid, Paris e onde quer que se encontrasse Napoleão, a Francesa. Londres, Cádiz, Lisboa e Rio de Janeiro para o comandante britânico.

Este será um texto sobre os vários tipos de combatentes, comando e comandantes mas, sem pretender entrar, propriamente, em aspetos do “rosto da batalha” ou da “máscara do comando”. Pretendemos caracterizar o sistema de comando e as organizações dos combatentes e não os comandantes, mas inevitavelmente, teremos de dar alguma atenção à personalidade por detrás dos comandantes. Assim, vamos começar por analisar os vários sistemas de organização das forças e do respetivo comando durante a guerra peninsular. Começamos com os franceses, analisaremos Espanha e Portugal e terminaremos com o comando britânico e aliado. No final tentaremos elaborar uma visão conjunta e comparativa salientando assim a caracterização da essência dos muitos e variados combatentes portugueses.

2. DO COMANDO AOS COMBATENTES FRANCESES CONTRA A DETERMINAÇÃO PORTUGUESA

Dizia Wellington que, quando Napoleão estava presente numa Batalha, tal significaria mais 40.000 soldados franceses em combate. No caso da Península Ibérica a sua presença significaria mais do que isso. Com Napoleão havia um comando coerente, uma única direção estratégica e uma atuação eficaz. Mas Napoleão apenas esteve na Península Ibérica por poucos meses (de Novembro de 1808 a Janeiro de 1809) e, quando não esteve, o comando francês ficou dividido e sem rumo certo.

Quando ausente da Península Ibérica, Napoleão continuou a querer comandar os marechais e os vários corpos do seu exército. Delegou alguma autoridade política ao seu irmão José, mas não toda. Delegou-lhe alguma da autoridade estratégica e militar mas, neste caso, ainda menos. Delegou pouca autoridade militar a alguns dos seus marechais e nunca nomeou um verdadeiro comandante-chefe para as operações peninsulares. Napoleão foi, até ao final de 1813,

o comandante-chefe virtual dos franceses na Península Ibérica. Só nos últimos meses da guerra, e quando o próprio Napoleão já pressentia a sua derrota na Europa Central, é que finalmente nomeou um comandante-chefe, um dos seus melhores marechais, Nicolas Soult. Mas foi tarde demais.

De início até parecia que tudo poderia correr bem. O general francês Andoche Junot entrou em Portugal em novembro de 1807 e estava bem mandatado por Napoleão para exercer um comando coerente sobre os franceses e espanhóis que então compunham um exército aliado de ocupação. Mas as primeiras cartas enviadas por Napoleão mostraram insatisfação pelas decisões de Junot. Napoleão queria “pulso forte” e um rápido dismantelar da soberania portuguesa e Junot julgava-se um “salvador” dos portugueses. Napoleão disse-lhe: “dê exemplos severos”, “desmantele a força armada portuguesa” mas Junot tentou ser “el-Rei Junot” e, inicialmente, até tentou “agradar” às populações portuguesas. Por isso não deu logo os tais “exemplos severos” e também não soube conquistar as populações. Quanto às forças armadas, dismantelou as forças regulares portuguesas, mas ignorou as milícias e ordenanças. Um erro tremendo que Napoleão nunca lhe iria perdoar.

O Governo político em Paris não se sentia confortável com o Governo de Junot em Portugal e Napoleão sabia que a aliança com a Espanha era muito frágil. Junot desfez de facto o exército português. Confiscou cavalos, armas e artilharia, juntou os melhores militares que não tinham desertado e mandou-os num corpo, a legião portuguesa, para combater pela glória de França para longe das fronteiras portuguesas. Mas depois os erros de Junot somaram-se. Ignorou a força das milícias e das ordenanças portuguesas e simplesmente mandou-os para casa, desfez a Regência deixada em Portugal pela Rainha D. Maria I e fez arvorar a bandeira francesa no Castelo de S. Jorge. Mostrava assim não entender Portugal nem a incrível força da população portuguesa. Em breve iria sentir a gravidade das suas decisões através da determinação dos combatentes.

O futuro D. João VI, Príncipe Regente por incapacidade da sua mãe D. Maria I, desde o Rio de Janeiro, declarou guerra à França em Maio de 1808 e, nesse mesmo mês, a Espanha abandonou a aliança com Napoleão. Junot viu partir os espanhóis de Portugal e perdeu assim parte importante da sua força e, também não parecia, que as restantes forças francesas que entretanto tinham entrado em Espanha, estivessem dispostas a ajudá-lo em Portugal. O *incêndio* antifrancês propagou-se rapidamente na Península Ibérica e, em menos de um mês, os portugueses controlavam mais de 2/3 do seu território, fundamentalmente através da ação das populações, sustentadas na organização das milícias e ordenanças, sob as ordens possíveis dos pouquíssimos oficiais das forças armadas portuguesas que tinham ficado em Portugal.

Junot nem queria acreditar que um dos seus melhores generais, Loison, “O Maneta”, no comando de uma das mais fortes divisões francesas, tivesse sido derrotado nas “Alturas da Teixeira” por um “bando de milícias e populares” a 21 de junho de 1808. Era a prova de que Junot não se tinha apercebido da importância e força das milícias e ordenanças. Pior, nunca entendera o País que “aspirava governar”. Pensou que encontraria muitas divisões entre os portugueses e que seria fácil espalhar as apelativas ideias de “fraternidade, igualdade e liberdade”. Mas Portugal não era assim tão facilmente manipulável. Portugal era uno, feito de uma só nação, uma língua e um Rei, que efetivamente era obedecido, mesmo encontrando-se do outro lado do Atlântico. Portugal tinha união, coesão e demonstrava moral e determinação, mas não tinha nem exército nem um comandante único e esse fator poderia ser explorado a favor dos franceses. Foi o que o general Junot fez.

As ações francesas foram muito cruéis e eficazes. Como Junot não podia reconquistar o Norte e o Sul em Julho de 1808, já nas mãos dos portugueses, tentou, e conseguiu, manter as comunicações abertas entre Lisboa e a fronteira do Alentejo. Os poucos portugueses, praticamente desarmados e descomandados, nada puderam fazer face às fortes forças francesas e seguiu-se um banho de sangue em Beja, Évora e outros locais. Antes, em Junho de 1808, na Régua, nas denominadas “Alturas de Teixeira”, os portugueses tinham efetivamente vencido porque opuseram táticas irregulares contra o exército regular francês. Mas no Alentejo, em Julho, tentaram-se opor em campo aberto com as mesmas táticas regulares. Foi um terrível erro português e uma duríssima lição aprendida. No entanto, a enorme área do território libertado em mãos portuguesas permitiu, ainda assim, o desembarque do aliado britânico. Entre britânicos e franceses, ou seja, entre dois exércitos regulares, já se poderiam opor táticas regulares. Foram possíveis então as conhecidas Batalhas da Roliça e do Vimeiro, vencidas por Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington.

Com a ajuda britânica, Portugal expulsou Junot mas, antes que os restantes franceses fossem também expulsos de Espanha, Napoleão entrou em Madrid. Napoleão Bonaparte derrotou os exércitos espanhóis (que permaneciam então ainda intactos, ou seja, não foram desfeitos como o português tinha sido por Junot) e derrotou e expulsou as forças britânicas comandadas pelo General Moore. O Imperador francês, pensando então que tinha resolvido o “problema ibérico”, regressou a França ignorando Portugal. Junot errara na avaliação de Portugal e Napoleão, que o criticara tão ferozmente, acabou por fazer o mesmo e ignorou a força das populações e dos combatentes portugueses.

O descoordenado comando francês começou a ser notado quando Napoleão passou a fronteira dos Pirenéus de regresso a França em Janeiro de 1809.

Exemplo disso foi a falta de coordenação entre os marechais Soult, Ney e Vitor na segunda tentativa de conquistar Portugal em 1809. Uma ideia de ocupação pensada em Paris (por Napoleão) que se traduziu num planeamento estratégico do seu chefe de estado-maior em Madrid (Brenier) sem a autoridade para se fazer cumprir traria, naturalmente, inúmeras descoordenações operacionais. O comandante francês nomeado para tentar uma segunda invasão sobre Portugal foi Nicolas Soult e, mal se iniciaram as operações, as descoordenações com os outros marechais foram evidentes. Nem Ney apoiou Soult no Norte, nem Lapisse conseguiu ajudar os restantes franceses para lá das Beiras e, muito menos, se assistiu à prevista entrada do marechal Vitor pelo Alentejo para ajudar Soult numa possível (e planeada) conquista de Lisboa.

Faltava claramente um comando coerente francês e as descoordenações entre os vários marechais agravaram e somaram-se. Soult também errou, tal como Junot, quando subestimou a força emergente portuguesa em 1809. Na verdade, como se viu em 1808, as portuguesas eram forças que nada podiam em campo aberto contra as fortes divisões francesas. Mas a sua atuação na retaguarda e nos flancos das formações francesas foram decisivas para evitar a comunicação entre os vários corpos de exército. Quando Soult conquistou o Porto também o general português Francisco da Silveira, o futuro conde de Amarante, reconquistou Chaves em Março de 1809. Depois de três meses de sofrida resistência portuguesa, e tal como na primeira invasão, quando as condições de isolamento estavam finalmente garantidas pelos portugueses, foram as bem treinadas forças britânicas, com um forte apoio de novas forças portuguesas, que expulsaram Soult e os franceses de novo para Espanha.

1810 poderia ter sido o ano da grande oportunidade para os franceses conquistarem Lisboa. Se logo no início do ano tentassem marchar em força e se, também, o comandante da expedição tivesse sido o próprio Napoleão Bonaparte. Napoleão preferiu tratar de outros assuntos na Europa Central e nomeou um dos seus melhores marechais para a campanha, Massèna, “o filho querido da Vitória”, até aí, um marechal invicto mas, nunca poderia substituir o Imperador.

Para a coordenação do esforço militar na Península Ibérica estava o irmão de Napoleão, José Bonaparte, em Madrid mas, como sabemos, não tinha nem a genialidade militar de Napoleão nem a sensibilidade estratégica para entender a urgência de conquistar Lisboa. Acima de tudo, faltava-lhe a liderança carismática para convencer os seus combatentes franceses, cansados de uma guerra de desgaste e contra-subversiva, a cumprir missões quase impossíveis de concretizar. Em vez de Lisboa decidiu atacar primeiro Cádiz, levou seis meses na campanha e, no final da mesma, a provisória capital de Espanha

continuava livre. Ao contrário da descoordenada ação francesa o esforço aliado entre portugueses, britânicos e espanhóis tinha uma efetiva coordenação. Assim, em Cádiz, além dos espanhóis determinados em defender o seu último reduto, foram enviados fortes contingentes de britânicos e portugueses que imediatamente reforçaram a defesa. Todos juntos, portugueses, britânicos e espanhóis, mantiveram Cádiz. Portugal aproveitou também este tempo para reforçar as defesas de Lisboa nas Linhas de Torres Vedras e, apenas em Julho de 1810, entrou Massêna em Portugal. Tempo precioso para os aliados anglo-portugueses, tempo perdido e irrecuperável para os franceses.

Massêna, um dos melhores marechais de Napoleão, no comando de outros famosos marechais, que se davam mal entre si, iniciou a campanha de invasão de Portugal mais tarde do que previra e com muito menos recursos do que os pensados, prometidos por Napoleão e pedidos pelo próprio comandante francês. Massêna levava consigo muitos menos militares do que pensava poder levar, dois dos seus generais subordinados, Ney e Junot, contestavam-no permanentemente na sua liderança e, no caso específico de Ney, este acabaria mesmo por ser demitido antes de terminar a aventura em Portugal. Tal como na segunda invasão, mal Massêna chegou a Coimbra, foi o mesmo general Silveira das 1^a e 2^a invasões, que fechou as comunicações dos franceses nas Beiras.

A maldição “Silveira” caía de novo sobre os comandantes franceses: na primeira invasão o conde de Amarante fechara o acesso ao norte do Douro e ao Porto, na segunda isolara a passagem por Chaves, agora na terceira fechava Trás-os-Montes e as Beiras. No Alentejo o General Francisco Paula Leite, através de uma judiciosa distribuição de forças regulares, milícias e ordenanças (estas últimas nas fortalezas raianas) impediu a comunicação com o corpo de exército francês de Nicolas Soult. Finalmente, devido à ação de Silveira, mas também de Trant, Wilson, Bacelar, Lecor e outros comandantes das forças irregulares portuguesas, D’Erlon, o comandante do corpo de reforço francês, não conseguiu chegar a Massêna em Santarém em Novembro de 1810.

Em 1811, as forças operacionais do exército anglo-português manobraram para lá da fronteira portuguesa e, nas grandes batalhas de Fuentes de Oñoro e Albuera, fecharam os principais acessos a Portugal. Massêna foi então demitido e Marmont nomeado por Napoleão para o comando das forças francesas destinadas a mais uma tentativa de ocupação de Portugal. Mas Portugal não seria de novo tomado. Marmont ainda tentou em 1812 entrar pelas Beiras, numa última tentativa de entrar em Portugal mas, face à ação (embora muito caótica e pouco eficaz) das milícias portuguesas e conjugado com um deslocamento do exército anglo-português na sua direção, teve de abandonar o território português. A última oportunidade francesa de tentar a invasão de Portugal significou antes

uma oportunidade aliada para tentar ir mais longe e entrar decisivamente dentro de Espanha.

Fruto da avançada anglo-portuguesa por terras de Espanha, em 1812, os marechais franceses irão recuar até Burgos mas Wellington não terá a força necessária para prosseguir a ofensiva. O exército anglo-português terá então de regressar à segurança do seu santuário, Portugal. E enquanto os aliados recuaram da campanha em 1812, Napoleão perde centenas de milhares de homens nas estepes geladas da Rússia. Todo o sistema francês ficou assim debilitado e as forças francesas em Espanha não serão exceção.

Seria preciso um grande comandante francês em Madrid para resistir a Wellington em 1813 e 1814 e, manifestamente, José Bonaparte, não o seria. Saiu atralhado de Madrid em 1813, enfrentou os aliados em Junho desse ano, junto a Vitória, numa gigantesca batalha que lhe ficou com o nome, para se descobrir que a finalidade última desta força seria cobrir a fuga de um comboio de saque e riquezas a caminho de França. Foi um desastre para os franceses e para os “josefinos” (os referidos espanhóis que apoiavam José Bonaparte) que os acompanhavam mas, fundamentalmente, para todos os dispersos e descoordenados exércitos franceses que, então, perderam definitivamente a linha do rio Ebro. A tal linha que Napoleão mandara defender a todo o custo. Mas foi ainda preciso que Napoleão soubesse que uma bandeira portuguesa se erguera triunfante nos Pirenéus para, finalmente, atribuir a autoridade a um único dos seus marechais, centralizando o comando e formar apenas um exército contra os aliados.

Tarde demais, Nicolas Soult, o marechal escolhido por Napoleão, não poderia inverter o rumo de uma campanha que somava vitórias entre os aliados apoiados pela força de três nações em luta contra a França: Grã-Bretanha, Portugal e Espanha. Em pouco tempo os Pirenéus foram conquistados e em Abril de 1814 os aliados venciam a sua última batalha bem no interior de França, em Toulouse.

3. DOS COMBATENTES DO COMANDO ESPANHOL

Quando o Rei de Espanha, Carlos IV, e o herdeiro ao trono, Fernando VII, abdicaram em Baiona para Napoleão Bonaparte, também se perdeu o comando unificado do exército espanhol. O exército servia o Rei de Espanha mas não servia da mesma forma as várias juntas governativas que entretanto foram criadas. Não vai ser um mas vão ser vários os exércitos de Espanha. Além, claro está, das inúmeras e sempre crescentes guerrilhas que pouco ou nada dependiam de uma autoridade centralizada.

Uma grande diferença entre o exército espanhol e o português em 1808 é que o primeiro nunca fora desarticulado ou desfeito. Enquanto Andoche Junot desfazia e desagregava o exército português, o espanhol recebia apoios e concentrava-se. Inclusivamente reforçou-se a partir de maio de 1808, porque as forças espanholas de ocupação de Portugal em 1807, regressaram a Espanha e ficaram assim aptas para combater os seus antigos aliados franceses. No verão de 1808 não se podiam contar mais de 7500 homens em armas no exército português, no geral mal enquadrados, pobremente armados e pessimamente equipados. Por contraste, em Espanha havia mais de 100.000 homens em armas, dentro de uma estrutura coesa e organizada. Em comum entre Portugal e Espanha só havia um fator no verão de 1808, nenhum dos exércitos contava com um comandante único ou um único estado-maior superior, centralizador e diretor.

A Guerra Peninsular em Espanha (ou Guerra de Independência como aí é mais conhecida) não foi só uma, foram várias pois, como afirma o historiador espanhol José Alvarez Junco, a complexidade da conflitualidade em Espanha traduziu-se numa “*guerra internacional, guerra civil, guerra ideológica, defesa de identidades locais, reação contra agravos causados pelas tropas de ocupação e protesto sociais*”¹. O reflexo de todas estas dissensões políticas tiveram grandes repercussões entre as forças espanholas e, a necessária coesão e unidade de comando, por consequência, não existia. Um comando unificado não apareceu de início, nem viria a ser estabelecido durante todos os anos de campanha peninsular e, também, nunca seria aceite pelos sucessivos líderes espanhóis, que um comandante único pudesse vir de fora. Espanha não aceitou Wellington como seu comandante antes do final do ano de 1812 e, dentro do país, não haveria um comandante capaz de representar um esforço único e centralizado.

Para se coordenarem operações militares com Espanha, Portugal e a Grã-Bretanha, tiveram de fazer coordenações com distintas autoridades espanholas. Tanto com as variadas Juntas Provinciais como com a Junta Suprema e Central e, ainda, com os vários comandantes das guerrilhas locais. A própria Junta Central de Espanha “negociava” com os comandantes dos vários exércitos espanhóis e com os principais líderes guerrilheiros a coordenação da ação operacional. Como afirma o general e historiador espanhol Miguel Alonso Baquer “*as operações foram mais espontâneas que corretamente coordenadas*”².

Por último, além do exército regular e das guerrilhas ainda existiam as milícias espanholas. Em suma, cada um combatia por razões diferentes, o exército

¹ Junco (2007, p. 25).

² Baquer (2007, p. 30).

regular (em princípio) pelos desígnios do país, as milícias pela defesa regional e as guerrilhas em espaços rurais com objetivos muito diferentes entre si³.

Para haver um comando unificado e abrangente tinha de existir, a montante, uma estratégia coerente. Pelas razões aduzidas a estratégia espanhola foi difusa e com contornos diferentes para cada uma das realidades: internacional, nacional, regional e ultramarina. Por inerência assim foi também o comando dos exércitos e o moral dos combatentes, das forças e das guerrilhas, ou seja, foi diferente, foi disperso e, em muitos casos, exclusivamente regional.

O maior contraste entre as forças espanholas e francesas tornou-se visível logo no Outono de 1808. Dum lado estava o exército francês superiormente dirigido por Napoleão Bonaparte e, do outro, vários e descoordenados exércitos espanhóis. As coisas não podiam correr pior para Espanha no final desse ano. Em 10 de Novembro a cavalaria francesa de Lasalle derrotou o *Exército da Extremadura* do conde de Belveder na Batalha de Gamonal. A 11 de Novembro o primeiro corpo de exército imperial do Marechal Victor derrotou o *Exército de la Izquierda* do General Blake na Batalha de Espinosa de los Monteros. A 23 o francês Marechal Lanne derrotou o Exército del Centro do General Castaños em Tudela. A 30 de Novembro será a cavalaria polaca ao serviço de Napoleão, comandada pelo Coronel Krasinski que vence o exército do General San Juan na Batalha de Somosierra. Finalmente foi o próprio Napoleão Bonaparte que liderou a entrada em Madrid a 4 de Dezembro.

Porque os exércitos regulares falharam, apareceram em força as guerrilhas em Espanha. Uma vez provado que o combate regular não atingira os objetivos pretendidos, o irregular mostrava-se mais eficaz. A partir de Janeiro de 1809, enquanto os exércitos espanhóis desapareciam, as guerrilhas cresciam exponencialmente sem que, no entanto, o remanescente das forças espanholas, deixasse de continuar a tentar combater⁴.

Em 1808 e 1809 os generais britânicos Moore e Wellesley (mais tarde Wellington) lançaram operações em Espanha a partir de Portugal. O Tenente-general Moore escreveu num memorando que enviou para Londres que a Junta Central de Cádiz, “invejosa dos seus generais”, não costumava delegar qualquer tipo de autoridade nem dava a necessária autonomia, deixando cada um dos seus comandantes, dos vários e independentes exércitos, sem qualquer tipo de unidade de comando. Descobriram então os principais responsáveis militares britânicos que a coordenação com Espanha se fazia, não com uma, mas com várias entidades e que estas, por sua vez, também pouco se coordenavam entre si. Os

³ Baquer (2007, p. 31).

⁴ Torrejón (2007, pp. 108-109).

britânicos reconheceram oficialmente como “governo legítimo” da Espanha a Junta Central instalada inicialmente em Aranjuez, posteriormente, em Sevilha e finalmente em Cádiz. Enquanto que em Portugal, se tinha aceite um comando único para forças britânicas e portuguesas, os espanhóis não o aceitariam nos primeiros 4 anos de guerra.

Assim, sem um comando coerente de todos os exércitos, a partir do exterior ou dentro da própria Espanha e, com uma profusão de guerrilhas com elevada autonomia, foi muito difícil e, por vezes, quase impossível, uma coordenação e ação estratégica concertada entre todos os combatentes ao serviço de Espanha.

O britânico Moore não sabia com quem falar e coordenar a sua ação em Espanha e, mais tarde em 1809, Wellington sentirá também grandes problemas em Talavera. A soma destas duas experiências ditará o afastamento do exército anglo-português em Espanha até ao final de 1811. Mesmo com reforços ocasionais, em dinheiro, equipamentos e forças, a ação britânica e portuguesa ir-se-á concentrar na defesa de Portugal até ao início de 1812.

Em Espanha, a autoridade das Juntas e da Junta sobre os generais espanhóis será errática e pouco afirmativa e, naturalmente, a obediência destes últimos aos referidos órgãos governativos também. Ações concertadas serão difíceis, a regionalização operacional terá maior dimensão que a nacional e, quanto às guerrilhas, a cooperação ainda será mais aleatória e, por vezes, mesmo contrária à estratégia nacional em curso.

Apenas após o já referido regresso dos aliados de Burgos em 1812, é que a Junta Central de Espanha aceitou integrar o esforço das três nações sob o mesmo comandante, Wellington. Em 1813, com um coerente comando unificado que juntava os vários exércitos espanhóis ao já bem estruturado exército anglo-português, para além de uma coerente estratégia naval, diplomática e terrestre, Wellington pôde então avançar em profundidade em Espanha só parando dentro de França. A vitória dos aliados, britânicos, portugueses e espanhóis, tornou-se possível, entre outros fatores, porque houve, finalmente, uma união de comando e uma estratégia convergente, entre todas as forças aliadas.

4. DOS COMBATENTES, DO COMANDO PORTUGUÊS E DO COMANDO ANGLO-PORTUGUÊS

Portugal estava fortemente debilitado em 1807 quando o soberano partiu para o Brasil⁵. Ao partir levou consigo muitos dos comandantes do Exército

⁵ Ver antecedentes (desde as reformas do Conde de Lippe às reorganizações de 1806) em vários dos artigos publicados pelo autor (Bibliografia).

e praticamente todos os da Armada. Quando os franceses ocuparam Lisboa, os comandantes que não tinham então partido, decidiram emigrar, desertar, abandonar as fileiras ou simplesmente partir para França dentro da legião portuguesa ao serviço de Napoleão. Portugal assim, mesmo que quisesse, não podia ter uma estrutura de comando coerente, porque praticamente não tinha comandantes.

Para agravar ainda mais a situação, desde a guerra das Laranjas em 1801, que havia fortes divisões políticas e ideológicas entre as principais chefias portuguesas. A indisciplina e a desconfiança entre os comandantes eram grandes e refletiam-se nas unidades que comandavam. No Verão de 1808 havia pouquíssimas chefias disponíveis e, com muito raras exceções, de fraca qualidade. Só havia efetivamente uma única força estruturada portuguesa, a Guarda Real de Polícia com poucas centenas de efetivos, que tinha ficado intacta na Primavera de 1808, sob o controlo de emigrados franceses, agora ao serviço de Junot.

O quadro geral era assim caracterizado por poucas chefias, governantes separados entre o Rio de Janeiro e Lisboa, um país invadido e saqueado, a marinha no Brasil e o exército em França, o comércio estagnado e a pouca produção económica destinada a alimentar as forças britânicas entretanto estacionadas em Portugal. Difícil imaginar pior cenário de partida.

As grandes ações efetuadas por portugueses em 1808 vão ser, quase exclusivamente, iniciativas locais e regionais por combatentes *ad hoc*, porque uma ação global e de altos escalões de força, seria impossível nesse ano. Wellington terá de ter em linha de conta, após o seu desembarque, que as forças portuguesas que lhe são disponibilizadas, bem como as chefias políticas e militares com quem vai efetuar as primeiras coordenações, seriam, naturalmente, as possíveis no contexto desse verão de 1808.

A tarefa mais importante, dos poucos comandantes portugueses existentes, iria então ser o levantamento de uma nova força militar. Essa tarefa, naturalmente, só poderia ser feita com o apoio e a determinação das juntas regionais e locais. Era uma ação militar que teria de partir da iniciativa de todos, responsáveis civis e militares, líderes nacionais e regionais. As juntas, através de editais, convocaram então milhares de homens em todo o país para os urgentes alistamentos militares. Foi de facto um levantamento nacional que abrangeu todos os setores da sociedade portuguesa, incluindo também, uma forte presença de eclesiásticos. O levantamento contra os franceses foi nacional mas a ação foi efetivamente regional.

Distinguiram-se, ainda assim, alguns dos comandantes disponíveis: Sepúlveda em Bragança, Silveira em Trás-os-Montes, Bacelar nas Beiras, Paula Leite no Alentejo, Martim no Algarve, e muitos outros anónimos, espontâneos, sob o

clero ou por aclamações regionais. Num segundo momento, após as primeiras sublevações, apareceram então as figuras de Bernardim Freire de Andrade⁶, o possível comandante militar nacional e Miguel Pereira Forjaz, como o militar e político coordenador.

Desde os primeiros levantamentos contra os franceses, que portugueses e espanhóis procuraram a colaboração e relações diretas de coordenação. Comandantes portugueses e espanhóis coordenaram frequentemente as suas ações e foi possível organizar operações conjuntas com combatentes dos dois lados da fronteira, receber reforços ou contar com expedições comuns, em alguns dos momentos da guerra peninsular. Embora mais tarde, a maioria destas operações tenham vindo a ser coordenadas e determinadas por Wellington, também houve muitas iniciativas locais e regionais que possibilitaram alguns sucessos contra as forças francesas e que dependeram exclusivamente da vontade local de cooperação portuguesa e espanhola.

O Príncipe Regente D. João apoiou, desde o início, a ideia de uma autoridade centralizada em Lisboa mas não a clarificou de imediato e, por isso, até Março de 1809 a autoridade da recém nomeada Regência encontrava-se refém da vontade de um dos mais importantes e influentes membros, o Bispo do Porto, e das iniciativas de vários chefes militares, entre eles, Bernardim Freire de Andrade e Francisco da Silveira. Efetivamente a autoridade militar do General Freire de Andrade foi apenas reconhecida no Porto, na região do Minho e, mesmo nestas regiões, com permanentes desconfianças e divergências. Como consequência, uma autoridade dividida traduziu-se em comandos caóticos e pouco estáveis que, a somarem-se a uma situação de quase ausência de estruturas, meios e recursos, fracos e “improvisados” comandantes no meio de uma forte agitação política, viria a “desaguar” numa triste ação da população sobre o seu comandante, Bernardim Freire de Andrade, barbaramente linchado em Braga no decorrer da segunda invasão francesa.

De facto, em 1809, eram muitas as debilidades da estrutura de defesa em levantamento e o comando de Bernardim Freire de Andrade no Norte nos primeiros meses de 1809 demonstrou exatamente essas fragilidades. Faltavam forças, equipamentos, armamentos e, fundamentalmente, comandantes credíveis. A bravura de muitos soldados e civis foi evidente, mas a fuga, a deserção e o caos também. Resistiu-se com o que havia e se podia mas não era ainda possível um comando coerente das forças portuguesas. No entanto, foram de

⁶ Ver do autor: Bernardim Freire de Andrade, Tenente-General (1759-1809): Patrono dos cursos de entrada na Academia Militar no ano letivo 2013/2014 (2013), Lisboa, Centro De Audiovisuais do Exército.

assinalar, por exemplo, o esforço coordenado que evitou a entrada de Soult em Caminha e Vila Nova de Cerveira, ou a determinação portuguesa em mandar forças organizadas que possibilitaram a reconquista de Vigo na Galiza em Espanha, e a importantíssima ação de Francisco da Silveira que isolou os franceses em Portugal reconquistando Chaves no final de Março de 1809. Finalmente convém destacar a sucessão de pequenas operações coordenadas por Silveira que evitou o deslocamento de franceses em direção a este onde se encontravam parte das restantes forças de apoio a Soult.

Em 1809 ficou provado o valor combativo das forças portuguesas, a credibilidade de alguns (ainda muito poucos) comandantes e a impossibilidade de se criar, de repente, um novo exército regular apto a operar em grandes escalões de forças por forma a se opor diretamente às grandes unidades militares Francesas. Portugal tinha demonstrado determinação, valor combativo e capacidade para operações expedicionárias mas faltava-lhes, além de quase tudo (armas, equipamentos e dinheiro) os comandantes suficientes para organizar a força. A Grã-Bretanha não tinha efetivos suficientes para fazer a campanha sozinha mas tinha comandantes, armas, indústria e organização. A solução foi óbvia e a integração das duas forças significou um enorme valor sinérgico imediato.

Apenas um ano depois, em Setembro de 1810, portugueses e britânicos combatiam lado a lado no Buçaco e repartiam o esforço, o sucesso e as baixas em partes iguais. No terreno o exército anglo-português fazia o combate operacional direto contra os franceses e as forças territoriais portuguesas (milícias e ordenanças) faziam o combate contra as linhas de comunicação, de desgaste, de isolamento. A soma de ambas as ações levou ao isolamento dos franceses em frente às linhas de Torres Vedras em Novembro de 1810.

Em 1811 a confiança de Wellington nos principais generais portugueses era já significativa. O antigo Almirante, agora General do Exército, Francisco Paula Leite, tinha a confiança e gozava de grande autonomia na defesa do Alentejo. Quando Beresford estava ausente era Paula Leite que comandava o Exército Português. No norte era Francisco da Silveira que assegurava a inviolabilidade do território nacional. Dentro do exército anglo-português, havia vários oficiais generais a comandar brigadas e tanto Carlos Lecor como Silveira, acabariam mesmo por comandar Divisões constituídas por forças britânicas e portuguesas.

Em 1812, o esforço aliado era já exemplar. Diríamos mesmo mais: único, porque não há outro exemplo na história em que dois países se juntam num só exército e combatem como uma força única. Embora com sistemas de finanças separados, mantendo-se as milícias, os corpos de voluntários e as ordenanças sob comando e dependência portuguesa, o comando operacional das forças aliadas, pertencia efetivamente a Wellington. Portugueses e britânicos forma-

vam um exército anglo-português e, dentro do exército britânico havia ainda outras nações ao serviço da Grã-Bretanha, como alemães, austríacos, franceses, espanhóis, canadianos, suíços, croatas ou ucranianos. Pelo que, em boa verdade, em muitos momentos, os 40 a 50% que representavam os portugueses no exército aliado foram, face às outras nacionalidades presentes, em muitas das batalhas, a nação com mais combatentes presentes.

Em 1813 e 1814 o esforço proporcional de Portugal continuou intenso e de grande relevância, basta lembrar os 30.000 a combater na batalha de Vitória em 1813 ou os 18.000 presentes na última das batalhas, em Toulouse/ França em Abril de 1814. Mas, porque o esforço nacional foi pouco reconhecido, muitas vezes ignorado e deliberadamente omitido, levou a que um dos generais portugueses mais graduados presentes no exército aliado, “batesse com a porta” em sinal de protesto e tenha regressado a Portugal. O então Tenente-general Silveira, depois de mais uma ação decisiva efetuada pelas forças portuguesas, ao ver nos relatos o omitir do esforço do combatente português, pediu o seu imediato regresso a Portugal e voltou ao comando do exército de Trás-os-Montes. Os portugueses sempre aceitaram o comando de Wellington mas o esquecimento, mais por parte dos seus subordinados britânicos diretos do que do próprio ou de Beresford, era imperdoável e tremendamente injusto.

Os combatentes portugueses apoiavam e obedeciam às ordens do comandante aliado porque o coerência operacional era fundamental para a vitória. Mas ainda que a direção estratégica e operacional fosse de facto emanada por Wellington, a maioria das grandes decisões políticas portuguesas eram efetivamente controlada por Miguel Pereira Forjaz e, de forma mais global, pelos vários membros da família Sousa Coutinho, que ocupavam importantes pastas governativas. Pelo que não se pode afirmar que houve uma submissão política de Portugal à Grã-Bretanha, houve sim, uma subordinação operacional no campo militar e que era vantajosa para ambas as partes. No fundo as triangulações do poder em Portugal (os Sousa Coutinho em Lisboa, Londres e Rio de Janeiro) refletiam as triangulações feitas pela família Wellesley (Wellington e os seus irmãos em Lisboa, Madrid e Londres) ou mesmo pela família Bonaparte (Madrid, Paris e outras capitais europeias). Influências políticas, autonomias e estratégias distintas, no entanto, um comando operacional único e abrangente.

As forças utilizadas na Guerra Peninsular foram, como temos vindo a analisar, muitas e variadas. Muito para além dos exércitos operacionais. Wellington determinou e aplicou uma estratégia que abarcava a ação da principal força, o exército anglo-português, mas também incluía o remanescente exército de primeira linha português (que não estava no aliado), o exército territorial português, essencialmente levantado com base nos regimentos de milí-

cias e com oficiais gerais portugueses no seu comando de norte a sul do país. Depois contava com as companhias de recrutamento, organizadas em brigadas territoriais, de ordenanças, que disseminadas por todo o país permitiam, especialmente em missões de autodefesa além de reforçar as restantes forças, participar na defesa de Portugal.

Wellington utilizou os combatentes para o combate mas também para outras missões de segurança e de apoio à vida das populações. Tanto para ajudar na ordem pública através de ações de índole policial, como ajudando nas limpezas das cidades, no transporte e escolta de abastecimentos, auxiliando a administração pública regional ou simplesmente, permitindo aos soldados de 2^a e 3^a linha, sempre que a ameaça diminuía, o voltarem para a agricultura.

O comando britânico e aliado foi assim coerente, abrangente e global. Foi uno sobre todas as componentes militares e não militares da defesa, incluindo as dimensões terrestres e navais, da política, da diplomacia e da economia em que se apoiava e sustentava. Em si, este comando operacional centralizado não explicam as razões do sucesso aliado, mas ajudam a entender um dos fatores fundamentais para a eficaz aplicação de um estratégia eficaz, a unidade de esforços entre a ação política e militar e a efetiva unidade de comando entre todas as forças militares. Um comando militar unificado e coerente traduziu-se em combatentes motivados, determinados, moralizados e unidos na sua determinação para o cumprimento das suas missões.

5. REFLEXÕES FINAIS

Escrevemos sobre os vários sistemas de combatentes e de comando presentes na Península Ibérica. Abordámos os sistemas criados mas também lembrámos a preparação e ação dos principais combatentes britânicos, espanhóis, franceses e portugueses. Não são temas separáveis. Os sistemas de comando tornaram-se possíveis ou inaplicáveis pela ação dos comandantes e a ação dos comandantes teve sucesso ou insucesso face à determinação dos combatentes, ao sistema de comando existente e à coerência política estratégica criada.

Os britânicos tiveram em Portugal um único comandante operacional a partir de 1809, Wellington, que se manteve com esta responsabilidade até 1814. Wellington, o homem, o político, o general, conseguiu a unidade operacional entre britânicos e portugueses porque tinha a preparação e a personalidade para o fazer e, simultaneamente, porque se apoiava numa estrutura político-estratégica, que incluía os Governos de Londres, Rio de Janeiro e Lisboa, que lho permitiam. Foi um equilíbrio. Os Governos exigiam, estimulavam, controla-

vam e apoiavam Wellington porque ele saberia exercer o comando operacional das suas forças e, simultaneamente, Wellington conseguia a coerência do seu comando porque recebia o suficiente apoio da política e conseguia o necessário comando sobre todas as forças, regulares e irregulares, portuguesas e britânicas. Foi um equilíbrio, suficiente estável para conseguir o sucesso da campanha, mas em permanente instabilidade entre todos os envolvidos, que obrigou a um esforço continuado para manter e reforçar a confiança.

Os portugueses levantaram um sistema de combate possível em 1808, confuso porque faltava uma autoridade nacional única e centralizada, assente em poucas ou quase nenhuma estruturas de forças e, assim, naturalmente sem a necessária coerência e coordenação eficaz para se opor a um dos melhores exércitos do mundo, o francês. Pragmaticamente entregou o comando operacional das suas forças ao aliado britânico mas participou de forma crescente, em recursos e responsabilidades, num esforço coletivo que teve a necessária coerência entre todas as forças, regulares e irregulares, de 1º linha, milícias e ordenanças, voluntários e guerrilhas, incluindo a contribuição individual de centenas de milhares de cidadãos portugueses. Portugal teve os combatentes, os comandantes e o comando possível mas soube apoiar um comando aliado coerente e coordenado.

Napoleão comandou efetivamente de forma centralizada todas as forças francesas quando esteve na Península mas, desde a sua saída até à nomeação de Soult no final de 1813, não houve um sistema de comando centralizado francês. Talvez porque José Bonaparte não tinha o perfil para ser o comandante operacional necessário, talvez porque em nenhum outro foi delegada a autoridade, mas efetivamente, Napoleão reteve a autoridade única sobre os vários Corpos sem conseguir guiar a sua conduta de forma coerente e coordenada. A França não perdeu a Península porque lhe faltava um comandante único, mas esta ausência explica grande parte do caminho que levou à sua derrota.

Em Espanha foram muitos os comandantes mas, até Wellington receber o comando dos Exércitos espanhóis no final de 1812, não houve uma ação coerente e coordenada. Mesmo quando houve centralização do comando sobre as forças regulares, as guerrilhas mantiveram a sua autonomia operacional. Houve sistema de comando e comandantes, mas com ação regional e ocasionalmente, com coordenação nacional, mas não houve um sistema permanente de comando nacional, nem sequer existiu um comandante nacional espanhol, nem ainda, existiu um comando abrangente sobre todas as forças em Espanha, regulares e irregulares.

O combatente português da Guerra Peninsular foi um combatente em evolução. Determinado desde a primeira hora desesperou por um organização e

sustentação inicial que dificilmente lhe seria oferecida. Mas, mesmo entre o caos e as inúmeras falhas em todos os sentidos, manteve a moral e o patriotismo necessário para continuar a seguir os líderes que, de forma crescente e coerente, foram tomando a direção da guerra. No final das campanhas, o combatente português era considerado como entre os melhores da Europa. Honra, memória, glória e admiração merecem-nos os milhares de combatentes portugueses da Guerra Peninsular, os combatentes desta nossa Nação que sempre se afirmou como fiável, decidida e orgulhosa.

BIBLIOGRAFIA

- Baquer, M, 2007. La Conducción de las operaciones en La Guerra de la Independencia. Em *La Guerra de la Independencia [1808-1814] el pueblo español, su ejército y sus aliados frente a la ocupación napoleónica*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Defensa, pp. 27-55.
- Junco, J., 2007. La Guerra anti-napoleónica y la construcción de la Nación española. Em *La Guerra de la Independencia [1808-1814] el pueblo español, su ejército y sus aliados frente a la ocupación napoleónica*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Defensa, pp. 12-25.
- Lemos Pires, N.:
2004. El Ejército Portugués y el nuevo Ejército Anglo-Portugués en 1808. Em *Entre el Dos de Mayo Y Napoleon en Chamartin: Los Avatares de La Guerra Peninsular Y La intervención británica*. Madrid: Instituto de Historia y Cultura Militar, pp. 237-266.
2007. De la Guerra de Portugal a la Guerra Peninsular. Em *La Guerra de la Independencia [1808-1814] el pueblo español, su ejército y sus aliados frente a la ocupación napoleónica*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Defensa, pp. 275 – 298.
2008. A Batalha do Vimeiro. Em *As Batalhas da Roliça e do Vimeiro no âmbito da 1ª Invasão Francesa*. Lourinhã: CM Lourinhã e Exército, pp. 33-46.
2009. 1809: A guerra em Portugal e os portugueses na Galiza. Em *Revista Lusíada de História n° 5/6*. Lisboa: Editora Univ Lusíada, pp. 198-221.
2011. O papel das Milícias e das Ordenanças na Terceira Invasão. Em *O Exército Português e as comemorações dos 200 anos da Guerra Peninsular, Vol. III*. Lisboa: Tribuna da História, pp. 75-104.
2013. *Bernardim Freire de Andrade, Tenente-General (1759-1809): Patrono dos cursos de entrada na Academia Militar no ano letivo 2013/2014*. Lisboa: Centro De Audiovisuais do Exército.
2013. A Guerra Muda (1879-1815). Em *Da História Militar e da Estratégia: estudos de homenagem ao General Loureiro dos Santos*. Lisboa: Exército Português e Diário de Bordo, pp. 153-166.

2014. *Wellington, Spínola e Petraeus: O Comando Holístico da Guerra*. Lisboa: Nexo Literário.
2014. O Exército Português na Libertação de Espanha em 1813-1814. Em *Portugal na Guerra Peninsular (1812-1815)*, Actas do XXII Congresso de História Militar. Lisboa: CPHM, pp. 483-503.
- Torrejón, F., 2007. El Movimiento guerrillero en la Guerra de La Independencia. Em *La Guerra de la Independencia [1808-1814] el pueblo español, su ejército y sus aliados frente a la ocupación napoleónica*. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Defensa, pp. 107-125.

6. O COMBATENTE NAS CAMPANHAS AFRICANAS

Paulo Jorge Fernandes

Doutorado em História Institucional e Política Contemporânea pela FCSH-NOVA
Professor Auxiliar do Departamento de História da FCSH-NOVA
Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL
paulojorgefernandes@sapo.pt

Os portugueses, normalmente, apenas estavam habituados a receber notícias de derrotas e humilhações militares das colónias. As novidades traduziam-se também habitualmente na morte dos soldados envolvidos nessas aventuras. Periodicamente, a imprensa das principais cidades do reino enchiam-se de artigos, onde se misturava a indignação com a resignação, sobre a forma como as ambições nacionais no continente africano eram constantemente alvo da ameaça de revoltas locais e da avidez das potências europeias, sobretudo da Grã-Bretanha, de França e também da Alemanha. Não eram raras as vezes em que o revés atingia mesmo proporções dramáticas como o sucedido durante sucessivas campanhas levadas a cabo na Zambézia já na década de 1860. No meio século seguinte, pelo menos até 1895, este tipo de noticiário não sofrerá transformações dignas de registo. Os sucessivos governos metropolitanos paralisados, sobretudo, pela falta de meios financeiros, mas também pela ausência de uma estratégia clara a seguir em termos de política colonial nunca se encontraram em condições de esboçar uma resposta efetiva às consecutivas intimidações. As ações empreendidas não podiam passar do plano simbólico. Os insucessos verificados correspondiam a uma real incapacidade da nação em afirmar um qual-

quer tipo de autoridade longe das fronteiras metropolitanas. Para além disso, numa altura em que a esmagadora maioria da emigração nacional era canalizada para o Brasil, mais do que funcionar como espaços de fixação de populações europeias, as possessões de além-mar, sobretudo, as africanas, continuavam a ser um lugar para onde apenas se enviavam degredados, sendo poucos os que escolhiam voluntariamente estabelecer-se em tais paragens. Na viragem para o século XX, os portugueses que viviam em Angola e Moçambique (não mais de 15.000 no seu conjunto) encontravam-se, sobretudo, ao longo das linhas de costa e aglomeravam-se nos poucos núcleos urbanos existentes. Em termos concretos, o domínio branco era mais nominal do que efetivo.

Nos anos finais do século XIX, este panorama começou a alterar-se fruto de circunstâncias impostas pela política externa. Na sequência das resoluções adotadas pela Conferência de Berlim (1884-1885) o paradigma colonial sofreu uma inflexão. Portugal passou a sofrer pressões mais diretas da comunidade internacional para ocupar efetivamente os territórios sobre os quais evocava a sua dominação secular, quer a mesma fosse reconhecida ou não pelos poderes africanos ou asiáticos. Basicamente, havia de decidir entre os vários caminhos possíveis ou entre as formas sobre as quais se iria proceder à “recolonização” do Império. À entrada da década de 1890 chegou a ser considerada a possibilidade de apostar no desenvolvimento dos domínios coloniais pela via desenvolvimentista da extensão do poder infraestrutural do Estado em articulação com os interesses britânicos. Tratava-se de uma opção lógica, mas politicamente inexecutável no momento. A onda patriótica que varreu a metrópole e que tornou visível o movimento republicano, com especial ênfase após o «Ultimatum» (1890), impediu qualquer tipo de avanços neste campo, sobretudo na África Austral. Escolheu-se, então, a solução mais fácil, barata e demagógica, a da intervenção militar enquanto forma de defesa e promoção da soberania nacional nas colónias. Assim, a partir de 1895, o país iria envolver-se numa primeira guerra colonial dos tempos modernos em múltiplas frentes, erradamente designada como “Campanhas de Pacificação” dos territórios ultramarinos, da Guiné a Timor, passando por Angola, Moçambique e também pela Índia, que consumiram recursos humanos e tecnológicos muito para além do que se estava habituado a ver. O termo “Campanhas de Pacificação” foi cunhado na época, mas pressupunha que as autoridades nacionais controlavam os espaços onde se registaram sublevações contra a influência portuguesa, como que reduzindo as operações militares a simples manobras de polícia e de restabelecimento da “ordem”. Na prática, os levantamentos que se registaram a partir dos anos finais do século XIX, praticamente por todo o Império, com as exceções dos arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, bem como de Macau, obedeceram a

ritmos diferentes e a causas diversas consoante a região onde foram produzidos. Todavia, todos resultaram de movimentos de resistência das populações locais em relação a formas de domínio colonial com intensidades desiguais e acabaram por ser dominados através de campanhas de imposição de soberania sobre territórios deficientemente ou mesmo não controlados anteriormente.

Esta opção política envolvia o emprego de recursos humanos de defesa nunca movimentados nos tempos mais recentes. Em 1860, ou seja, em tempo de paz no quadro europeu, o Exército nacional contava com cerca de 24.000 soldados. No final do século XIX (em 1887), o contingente total ascendia já a 26.677 soldados na metrópole e cerca de 10.000 nas colónias – dos quais apenas 1.193 seriam europeus (12%). Neste panorama de transformação, a aposta no reforço da frente imperial passou a ser óbvia. Em 1910, o Exército contava com 30.000 soldados na Europa (mais 12% do que o verificado em 1887) e 13.000 nas possessões (mais 30% do que em 1887). Estes números, ainda assim, podem parecer irrisórios quando comparados com os meios humanos disponibilizados pela Espanha, Grã-Bretanha, França ou até pela Itália na defesa dos respetivos impérios na época. Quando se iniciou o movimento separatista em Cuba, o governo de Madrid enviou qualquer coisa como 58 batalhões para combater os insurretos. Apenas em ano e meio chegaram 90.000 reforços. Durante o segundo semestre de 1895, praticamente em simultâneo com a ofensiva empreendida na África Oriental portuguesa, embarcaram para as Caraíbas cerca de 60.000 homens em armas. Quando a guerra acabou e se produziu o “desastre de 98”, o país vizinho teve de proceder ao repatriamento de quase 200.000 tropas, um número astronómico se confrontado com a realidade lusa. Ainda em termos comparativos, a Grã-Bretanha mantinha cerca de 217.000 homens estacionados só na Índia, em 1897, e os franceses empenharam 17.500 soldados apenas na conquista de Madagáscar nos finais do século XIX. Até uma potência colonial de segunda categoria como a Itália contou com perto de 10.600 soldados europeus na batalha de Adowa, em 1896, na fracassada campanha da Etiópia. Apesar do aumento da atenção dos poderes metropolitanos em relação à proteção da soberania nacional das colónias, os meios utilizados em tal empreendimento seriam sempre escassos em relação ao fim para que se destinavam. Em termos estatísticos, Portugal garantia a presença de um soldado em cada 154 quilómetros quadrados do seu vasto Império (c. de 2.000.000 de quilómetros quadrados), enquanto na metrópole mantinha um soldado em cada 3 quilómetros quadrados.

A desproporção evidente entre a realidade que se vivia na Europa e a das colónias não fez abrandar o esforço de guerra nos anos seguintes, muito pelo contrário. Numa perspetiva global de média duração, em África (Guiné, Angola

e Moçambique), entre 1841 e 1936, as Forças Armadas nacionais estiveram envolvidas em pelo menos 430 operações militares contabilizadas ao longo de 557 meses, que envolveram qualquer coisa como cerca de 58.000 soldados regulares, e várias centenas de milhares de milicianos arrolados localmente e auxiliares nativos recrutados em todo o espaço imperial. Com todas as ressalvas que este tipo de contabilidade implica o conjunto de dados indicado vem revelar que apesar do relativo apagamento da corporação militar na cena política doméstica a partir de 1851, as Forças Armadas mantiveram-se bastante ativas fora do perímetro do território do Portugal europeu contrariando de forma evidente a ideia de que o encerramento do processo de consolidação do liberalismo, a partir da Regeneração, correspondeu a uma desmobilização operacional do Exército. Se tal era verdade na metrópole, não o era de todo perante a realidade ultramarina¹.

Todo este movimento teria de ser efetuado com recurso a uma doutrina nova. Sem experiência efetiva de guerra desde o tempo das Invasões Francesas (1807-1811), o Exército e a Armada necessitavam de conhecer melhor o teatro de operações e o “inimigo”. A maioria não fazia a mais pálida ideia do que iria encontrar, de como se processava a guerra em tais sertões ou como reagia o adversário em combate. Durante a viagem que o primeiro contingente de tropas realizou até Moçambique, em 1895, os oficiais aprenderam o que puderam nos livros trazidos da Europa, mas conhecimento real não havia nenhum. Leram, sobretudo, as obras do capitão Etienne Peróz (*La Tactique dans le Soudan. Quelques combats et episodes de guerra remarquables*, 1890), do general Garnel Walsley (*The soldier's pocket book*, 1871) e ainda de W. A. Willis e Collingridge (*The downfall of Lobengula: the cause, history, and effect of the Matabele war*, 1894). Esta última obra fora adquirida, aliás, já aquando da passagem da expedição pelo Cabo da Boa Esperança². Os livros sobre a guerra no Sudão e na África do Sul eram os mais procurados. Os paralelismos operacionais com o sul de Moçambique onde iriam atual de início pareciam óbvios: vastas zonas planas, vegetação dispersa, campos de tiro amplos, inimigo organizado³. O próprio Aires de Ornelas, um dos elementos que integrou a comitiva confessou a sua ignorância, pois “ainda que pareça estranho, na Escola do Exército do nosso tempo nem se falava em campanhas coloniais. O *Regulamento Provisório para o Serviço dos Exércitos em Campanhas*, de 1890, era mudo e quedo a tal respeito. Como devíamos combater, como combatiam

¹ Fernandes (2013, pp. 522-527).

² Cunha (1935, p. 8).

³ Telo (1994, pp. 176-177).

os nossos adversários? Não fazíamos a mais pequena ideia”⁴. Em breve, todos teriam oportunidade de descobrir.

Os oficiais iriam seguir as “Instruções” elaboradas pelo capitão Eduardo Costa, chefe do Estado-Maior na brigada de operações nos distritos de Inhambane e Lourenço Marques, em 1895, e mandadas pôr em execução pelo Coronel Eduardo Galhardo. De notar que Eduardo Costa reservou para si o papel de principal estratégia e ideólogo dos militares da chamada “geração de 1895”⁵, destacando-se como crítico do “assimilacionismo” e como defensor de um regime autoritário no ultramar segundo o qual os nativos deveriam ser regidos por um estatuto especial que tivesse em linha de conta a sua situação civilizacional “mais atrasada”. Seria neste binómio dominação/sujeição que Portugal iria fundar o modelo da sua política imperial futura⁶.

Por agora cabia ao chefe do Estado-Maior do governo-geral de Moçambique, Aires de Ornelas, dar cumprimento às disposições previstas por Eduardo Costa por via de uma portaria que seria mandada publicar pelo Governador-Geral, Mouzinho de Albuquerque, apenas em 27 de Agosto de 1896. No documento, começava-se por reconhecer que “as campanhas coloniais contra inimigos selvagens tem de ser reguladas por princípios diversos dos que regem as lutas entre tropas civilizadas”. Esta alteração do paradigma militar justificava-se por três ordens de razões: a natureza especial do terreno de operações, a tática usada pelo inimigo e a habitual superioridade numérica deste.

Não existiam vias de comunicação e o terreno sobre o qual progrediam as tropas europeias era quase sempre “matoso ou pantanoso”, o que dificultava a marcha de soldados menos experimentados em tais condições e favorecia a ação de surpresa do adversário que, “mercê das suas qualidades físicas e da organização primitiva das suas legiões, se move com rapidez e desembaraço, onde nós só encontramos dificuldades e demoras”. Por outro lado, os africanos até então usavam repetidamente a mesma estratégia de ataque, o combate em massa. Eram naturalmente dados ao choque, à luta corpo a corpo, sendo as armas de fogo para eles tidas como um simples acessório, “um meio para começar a ação”.

No terreno dos Namarrais, população Macua do Norte de Moçambique, a situação era diferente. Os “exércitos” de nativos eram compostos por várias “mangas”, sendo o número de soldados de cada uma bastante variável. No Norte, essa variedade era ainda maior. Para além disso, a estratégia de

⁴ Ornelas (1934, p. 65).

⁵ Vandevort (1998, pp. 147-148).

⁶ Costa, 1903 e Alexandre (1995, p. 44).

confronto empregue pelos indígenas do Norte também assentava em pressupostos diferentes: enquanto no sul, o assalto aos brancos era efetuado através de correrias desenfreadas em campo aberto sobre o inimigo, os Namarrais atacavam sorrateiramente, tentando apanhar o adversário desprevenido.

Seja como for, a desvantagem numérica era uma das preocupações maiores dos comandos militares portugueses. Os nativos apareciam sempre em maior proporção, chegando a poder contar-se vinte indígenas para um branco. Todavia, os europeus levavam, quase sempre, vantagem nos recontros com os autóctones o que se devia ao sangue frio e à disciplina das formações portuguesas. A conclusão a tirar daqui era óbvia, pois o princípio fundamental da tática militar em África assentava no facto de que as “tropas regulares, quer em marcha, quer em estacionamento, devem estar sempre prontas a receber o inimigo qualquer que seja a direção em que ele se apresente”. Uma vez que o opositor revelava a capacidade de se aproximar da tropa sem que ela detetasse os seus movimentos, recomendava-se uma apropriada formação em combate e/ou em estação “que necessariamente deve ser a que apresenta uma frente de fogo extensa em todas as direções e na qual seja sem ação o envolvimento do inimigo, isto é, uma formação unida e fechada”.

A observância destas regras deveria ser acompanhada pela ação do comando militar. A influência dos graduados deveria fazer-se sentir mais do que em qualquer outro teatro de operações. Havia também um efeito psicológico a ter em atenção, uma vez que “o modo de atacar do inimigo, sempre por surpresa, e em grande massa, o seu aspeto feroz e muitas vezes os seus gritos e vociferações fazem nascer um certo terror, embora não justificado, no ânimo dos soldados pouco acostumados a estas lutas”. Era nestas ocasiões que os superiores se deveriam apresentar com o máximo de “serenidade” para dar o exemplo aos seus homens. Se o comandante deixa transparecer as suas angústias, falta de sangue frio ou hesitações, “o seu receio transforma-se em pânico e o desastre, aparece, inevitável”⁷.

Em relação ao serviço de “reconhecimento e informação” as recomendações de Eduardo Costa eram claras. Não aconselhava ações de exploração a grande distância pela cavalaria, mas defendia que se poderia alargar a área de vigilância das colunas empregando patrulhas de reconhecimento de cavalaria e de auxiliares indígenas. As tais patrulhas deveriam ficar a cargo de homens experientes e dispor de guias seguros. Os grupos de auxiliares indígenas teriam de ser em número reduzido e compostos por gente “escolhida”, sendo ainda necessário centralizar este serviço nas mãos de um oficial conhecedor das

⁷ Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África [...] (1896, pp. 5-6).

táticas guerreiras indígenas. As melhores informações deveriam ser obtidas por meio de “espiões” e recomendavam-se alguns cuidados. Por exemplo, “os ajuntamentos de indígenas fornecem uma indicação capital das suas intenções”. A presença de mulheres e crianças entre os grupos nativos parecia “provar” as suas intenções pacíficas, contudo “entre a gente rebelde” tal procedimento não era de fiar.

As marchas também deveriam obedecer a procedimentos específicos. Recomendavam-se, sobretudo, as diurnas, porque as noturnas apresentavam alguns inconvenientes que facilitavam surpresas e ataques de pânico, bem como dificuldades em manter a ordem e a ligação entre as forças. Para além disso, “a experiência de África prova ainda que as marchas de noite ocasionam um recrudescimento de acessos febris”. A progressão no terreno deveria ter início pelo romper do sol, aconselhando-se a sua realização de uma só vez, de preferência até cerca do meio-dia. A ideia de fazer um descanso à hora de maior calor e reiniciar a marcha pelas 3 ou 4 horas da tarde era prejudicial porque o aquecimento do solo e a digestão dos soldados aumentavam a fadiga das colunas. As tropas brancas apeadas apenas poderiam percorrer, no máximo, até cerca de 25 quilómetros por dia, distância dificilmente excedível. O peso da mochila teria de ser reduzido ao mínimo. Os serviços de logística, munições de reserva, ambulância, animais de transporte de água e ferramentas deveriam marchar sempre junto da coluna. Em termos de segurança, os soldados que compunham as colunas deveriam estar sempre prontos para entrar em ação. Para evitar surpresas, a vigilância e observação tinha de recair sobre a cavalaria e sobre os auxiliares ou tropas regulares indígenas. A cavalaria deveria marchar adiantada entre 200 a 400 metros em relação à guarda avançada da infantaria e lançar para a frente a 100 ou 150 metros uma flecha de três cavaleiros. Para mais, deveria a cavalaria flanquear a coluna com homens isolados ou em grupos de dois com intervalos de 100 a 200 metros. Nas zonas de mato, este sistema de cobertura deveria ser completado como recurso a patrulhas de auxiliares ou regulares indígenas que deveriam marchar por fora das filas de cavaleiros. Nas marchas noturnas, a vigilância “faz-se melhor pelo ouvido do que pela vista”, devendo, por isso, guardar-se o mais absoluto silêncio. A formação da marcha mais apropriada é a da coluna dupla, com as tropas a marchar em duas fileiras paralelas respeitando um intervalo de 50 a 100 metros para o batalhão de infantaria. Nos terrenos de montanha, a coluna poderia ser subdividida em pequenas unidades independentes. Uma coluna composta por vários batalhões tornava-se pesada para manobrar em África, pelo que se recomendava que cada coluna limitasse o número de batalhões que a integrava. Se a cavalaria marchasse sempre adiante da coluna por motivos de segurança, a artilharia seguiria próxima das suas

posições de combate, as “saliências do quadrado”, mas em terreno aberto a artilharia subdivide-se marchando junto à testa e à altura da cauda das colunas, mas sempre no interior da coluna dupla, enquanto no terreno coberto deveria progredir ao centro da coluna. A execução das marchas também se encontrava programada. De duas em duas horas deveria ser feito um alto de 10 ou 15 minutos e um grande alto de 1 ou 2 horas a meio da marcha. No caso dos grandes altos a força tomaria sempre a posição de combate⁸.

Os estacionamentos das tropas preocupavam Eduardo Costa. A escolha e organização defensiva do local de acantonamento estavam no topo das prioridades. Em campanha, as tropas deveriam estacionar em bivaque (mais rápido de montar) ou acampamento (mais elaborado), mas sempre em locais próximos de fontes de água. O sítio escolhido também deveria ser fácil de observar, sendo reforçado defensivamente com uma rede de fio de ferro ou com plantas como espinhos. Também poderia ser cercada por uma trincheira. Como era habitual os indígenas atacarem os bivaques durante a madrugada aconselhava-se a que quando uma coluna tivesse de estacionar o fizesse sempre em formação de combate, isto é, em quadrado. A infantaria formava as faces desse dispositivo, guardando-se alguma tropa como reserva. A artilharia deveria dividir as suas bocas-de-fogo pelos lugares de combate, enquanto a infantaria e a engenharia bivacavam no interior do quadrado. Os carros do comboio deveriam ser aproveitados para reforçar as faces do quadrado. A segurança no perímetro do acantonamento também não poderia ser descartada. Podia ser estabelecida de duas formas. Através da colocação de uma rede de postos de 4 a 8 homens distanciados de 15 a 30 metros da coluna e intervalados entre si de 50 a 100 metros, recorrendo ainda a auxiliares indígenas como vedetas para dar avisos ou colocando uma rede de sentinelas em redor do bivaque reforçadas por patrulhas de segurança – com 3 a 4 homens – que poderiam avançar algumas centenas de metros em relação às faces do quadrado. Outro dos meios fundamentais para assegurar a segurança de um acampamento consistia na sua iluminação noturna, que poderia ser efetuada através de lanternas ou fogueiras. De noite, sendo necessário que as patrulhas se reconhecessem umas às outras, poderiam ser usadas senhas convencionadas. Como os indígenas teriam dificuldades em aprender palavras em outras línguas, recomendava-se o uso de certos sinais com lanternas. Os postos deveriam ser rendidos diariamente, mas as vedetas e as sentinelas deveriam ser substituídas de duas em duas horas⁹.

⁸ Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África [...] (1896, pp. 7-12).

⁹ Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África [...] (1896, pp. 12-14).

Por fim, o combate. A forma mais geral de batalha era o chamado “combate de recontra”. Uma coluna atacada durante a marcha deveria imediatamente assumir a formação do quadrado, como vimos. As suas faces teriam de ser guarnecidas pela infantaria, enquanto a artilharia era colocada nos ângulos e a cavalaria e os auxiliares procuravam refúgio no interior. Já a engenharia teria de formar à face da frente. Os atiradores não se podiam encontrar fora das faces do quadrado, pois não só poderiam ter de retirar rapidamente como as peças colocadas fora da protecção do quadrado tinham a tendência para mais facilmente cair nas mãos do inimigo. A cavalaria poderia ou não apaar de acordo com as instruções do comandante.

O combate assumia duas fases: a repulsão do ataque inimigo e a perseguição deste. O tiro preferível durante o combate era o tiro de metralhadora. A infantaria deveria fazer fogo por descargas por via de frações constituídas de cada face. Era aconselhável evitar o tiro individual e as baionetas deveriam ser armadas logo que se formasse o quadrado. Repellido o fogo inimigo, a coluna teria de iniciar a perseguição do inimigo “enquanto for possível”, só depois entrando a cavalaria acompanhada de auxiliares. Já no combate ofensivo cabia ao comandante indicar quais as especificações a adotar devendo-se observar e conservar, seja como for, uma força de reserva em quadrado. Uma coluna que era obrigada a retirar perante o movimento inimigo formava também em quadrado. No combate noturno recomendava-se o uso de fogo apenas quando o inimigo se encontrasse a 100 metros, sendo proibido a qualquer face, não estando diretamente sob ataque, abrir fogo sobre o adversário¹⁰.

O emprego de auxiliares também foi alvo de instruções especiais, uma vez que eram considerados indispensáveis como gente de guerra, maqueiros, carregadores, intérpretes, etc. Aqueles que fossem utilizados como serviçais não poderiam receber armas de fogo. Estes não combatentes deveriam ser organizados em esquadrões de 20 a 30 homens devidamente comandados por uma praça graduada. Quando os auxiliares combatentes fossem em número considerável não deveriam acampar junto das tropas regulares. A campanha de 1895 contra os Vátuas tinha vindo provar a utilidade do emprego de auxiliares nativos nas campanhas africanas. Muitos oficiais – Mouzinho de Albuquerque era um deles – durante bastante tempo demonstraram algum desprezo por esta tropa, que considerava inútil porque lhes faltava coragem no momento decisivo ou porque mal treinados eram um estorvo na ação dos soldados mais bem preparados.

Todavia, este tipo de procedimentos a seguir pelo soldado nas campanhas africanas estava longe de ser consensual. Alguns militares de destaque como

¹⁰ Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África [...] (1896, pp. 15-17).

Gomes da Costa e João Coutinho tinham uma opinião contrária. O primeiro, numa das ações da campanha contra os Namarrais dispôs da ajuda de cerca de 1.500 auxiliares, tendo a colaboração de apenas 12 europeus¹¹. Para João Coutinho, o uso destes irregulares” revelou-se também indispensável. Conheciam a guerra das “mangas” ou das “impis”, esses verdadeiros batalhões de africanos prontos a precipitarem-se sobre os brancos. Combatiam de peito aberto, em formações quase regulares, mas sempre impressionantes com o seu formato de “meia-lua”, sobretudo no Sul. Não se furtavam ao corpo a corpo e usavam armas brancas, a azagaia (que podia ser de arremesso ou de mão).

Eram também colocados bastantes cuidados nas questões de higiene. Os soldados deveriam abster-se de ingerir água quando estivessem muito transpirados, deveriam evitar a todo o custo beber das poças e charcos encontrados pelo caminho sem que a água fosse examinada por um médico, pois também era frequente os indígenas envenenarem estes postos. Sempre que possível, deveriam recorrer a água filtrada. Em relação ao vestuário, as praças podiam usar camisa ou cinto de flanela, de noite era-lhes permitido usar capotes ou substituir o fato de brim por um de pano. Durante as marchas os soldados podiam levar as golas desapertadas¹².

Mouzinho de Albuquerque, um dos oficiais de maior destaque nestas campanhas, em ofício de 31 de Maio de 1898, deixou claro qual a tática a usar. Continuava a preferir a cavalaria, embora não dispensasse a infantaria. Os brancos deveriam, contudo, devido ao seu reduzido número, apresentar-se sempre montados. Era uma das lições que havia aprendido nas campanhas anteriores e que mais tarde, apesar da alteração do teatro de operações, pretendia levar a cabo.

As “Instruções” de Eduardo Costa, ainda assim, vieram a revelar-se um sucesso e acabaram por ser adotadas em muitas operações desenvolvidas em territórios africanos. Por outro lado, construiu-se uma hagiografia colonial em torno de uma geração de “heróis” militares que nasceram com estas campanhas e que serviu propósitos ideológicos bem definidos. À plêiade de “africanistas” como Paiva Couceiro, Caldas Xavier, Freire de Andrade, Eduardo Galhardo, Eduardo Costa, Aires de Ornelas, Azevedo Coutinho, Pereira de Eça ou Mouzinho de Albuquerque, depressa se juntaram nomes como os de Gomes da Costa ou Celestino da Silva, entre muitos outros. Para todos eles, os territórios ultramarinos faziam parte da pátria e deveriam, por isso, ser defendidos de agressões externas, fossem elas quais fossem. O Império não podia ser discutido, sendo

¹¹ Telo (1994, p. 197), nota n.º 27.

¹² Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África [...] (1896, pp. 17-18).

antes um fator de unidade nacional. Conferiu-se, assim legitimidade a uma retórica patriótica e belicista, em relação ao Ultramar, que atravessou os vários tipos de regimes políticos observados em Portugal até ao último quartel do Século XX sem que alguma vez se questionasse oficialmente a matriz colonial da pátria¹³. O soldado das campanhas africanas de finais de Oitocentos e de inícios de Novecentos acabou por desempenhar um papel fundamental na construção de tal ideologia.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Alexandre, V., 1995. A África no Imaginário Político Português (séculos XIX-XX). Em *Penélope. Fazer e Desfazer a História*, n.º 15. Lisboa, Edições Cosmos.
- Costa, E., 1903. *Estudo sobre a Administração Civil das Nossas Possessões Africanas*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- Cunha, A., 1935. *Mousinho, Grande Capitão de África*, Vol. II. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Fernandes, P., 2010. *Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império*. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- Fernandes, P., 2013. Campanhas de Pacificação. Em Rollo, Maria Fernanda (coord.), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, Vol. I. Lisboa: Assembleia da República, pp. 522-527.
- Instruções Provisórias para o Serviço de Campanha em África aprovadas por Portaria n.º 346, de 27 de Agosto de 1896*, Moçambique, Imprensa Nacional.
- Ornelas, A., 1934. *Colectânea das suas principais obras militares e coloniais*, Vol. I. Lisboa: Agência Geral das Colónias.
- Telo, A., 1994. *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Edições Cosmos.
- Vandevort, B., 1998. *Wars of imperial conquest in Africa, 1830-1914*. London and New York: Routledge.

¹³ Fernandes (2010).

7.

O MARINHEIRO NA GRANDE GUERRA

Augusto Alves Salgado

Capitão-de-mar-e-guerra da Armada
Doutorado em História dos Descobrimentos pela Faculdade de Letras de Lisboa
Docente na Escola Naval
Centro de Investigação Naval
alves.salgado@marinha.pt

“A guerra não é virtual nem uma fantasia. Ela veio já até nós. No momento em que se escreve esta nota está chegando rádios urgentes dos semáforos anunciando vivo canhoneio na nossa costa. No entanto olha este Comando em volta os seus pedidos de conductores a ultimarem o curso na Escola Naval e de torpedeiros absolutamente indispensáveis preteridos porque as escolas parecendo desapercibidas da guerra insistem pela execução até à última linha dos seus programas.”¹

Estas palavras são retiradas de uma nota enviada pelo Capitão-de-fragata Leotte do Rego, Comandante Interino da Divisão Naval de Defesa e Instrução, à Majoria General da Armada, porque precisava urgentemente de oficiais, sargentos e praças para os navios da Armada.

¹ CDNDI, Comando da Divisão Naval de Defesa e Instrução (em diante CDNDI) Nota n.º 1103, de 27 de abril de 1916. BCM-AH, Núcleo 224/537 (5-XIV-3-3).

Que Marinheiros Portugueses vão servir na Armada durante a Grande Guerra, que se fizeram ao mar muitas vezes em meios obsoletos e por vezes desadequados às missões que tinham de desempenhar, e como são preparados, é um assunto muito pouco trabalhado na historiografia portuguesa. Esta é uma primeira síntese de um estudo que ainda está no início, mas que já permitiu identificar algumas questões interessantes.

Como enquadramento geral, e começando pelos oficiais, julgo que não haverá melhor caracterização deste corpo do que aquele que foi efectuada em 1901, pelo próprio rei D. Carlos, e que estará muito próxima da realidade existente em 1914².

- *O oficial da Armada é um tipo «sui generis» na família militar.*
- *Têm um pavoroso receio do ridículo.*
- *São extremamente ciosos da sua corporação; jamais abdicam desse princípio.*
- *Tímidos em convívio estranho, são extremamente honestos e cumprem zealousamente a sua missão.*
- *Extremamente vaidosos no uniforme e nas tradições que a ele se ligam.*
- *Ter espírito naval é cumprir a missão sem alardes, e nisso dão exemplo severo entre si.*
- *Extremamente mordazes quando reunidos e se referem a outrem que não pertença à Armada.*
- *Não conheci até hoje nenhum que se tenha «cortado» em qualquer departamento.*
- *Não são monárquicos, mas cumprem melhor no serviço do que muitos que afirmam sê-lo.*
- *Formam sempre em grupo separado quando há cumprimentos no Paço.*
- *Protegem o marujo até aos últimos extremos, mas quando este prevarica são inflexíveis nos castigos que aplicam.*
- *Não admitem interferências estranhas à Armada.*
- *O grau de aprumo do marujo corresponde ao zelo do oficial que o comanda, um é o espelho do outro.*
- *São exemplares na limpeza dos navios e no asseio das praças. Estas quando não têm que fazer - lavam-se.*
- *Não admitem que a alimentação das praças seja de má qualidade e quando tal sucede tornam-se solidários com elas. No verdadeiro sentido são no fundo condutores de homens, razão porque o marujo se bate bem.*

² Revista da Armada (2002, p.2).

– *Sendo uma corporação mais pequena que o Exército, a sua manutenção é dispendiosa pela dispersão de meios a empregar nas diferentes missões de soberania no Ultramar, mas acalenta-nos o ânimo quando do esforço despendido a missão se cumpre.*

Exemplo da forma como os oficiais da Armada encaravam estas questões, é a resposta dada por Gago Coutinho, então em Moçambique, ao pedido que recebe para prestar lealdade ao regime republicano que, como é comumente sabido, se instala em Lisboa no ano de 1910: *“Sempre servi o País, e nunca me declarei nem considerei como servindo o Rei. Declaro portanto sob minha honra continuar servindo o País, seja qual for a forma política, monárquica, republicana ou socialista, que o País escolha.”*³

Uma das possíveis razões deste posicionamento afastado das elites poderá estar intimamente ligado ao facto destes homens, que servem no corpo de oficiais da Armada durante a Grande Guerra, serem provenientes de diversos estratos sociais, não havendo, em comparação com o exército, por exemplo, o que poderá ser designado de “autorrecrutamento” dentro de famílias com antecedentes militares. No Exército, nos anos entre 1900 e 1909, essa percentagem chega aos 59,3%, enquanto que, na Marinha, se fixa nos 16,7%⁴, um valor semelhante aos provenientes de funcionários públicos, profissões liberais, proprietários e comerciantes⁵.

Já sobre a zona de origem, e avaliando apenas os anos de 1913 a 1916, podemos constatar que os alunos da Escola Naval são provenientes das mais diversas partes de Portugal Continental, dos Açores, Madeira e, por vezes, nascidos nas colónias. Em alguns anos, havia um número superior de candidatos oriundos de Lisboa, mas não era norma⁶. Importa referir que, em termos de recrutamento, no início da Grande Guerra, os valores eram dos mais baixos dos últimos 100 anos, depois de um pico que ocorreu no final do século XIX (Gráfico 1), pouco depois do tristemente conhecido “ultimato inglês” de 1890⁷.

Se, aos dois fatores anteriormente mencionados, juntarmos o facto dos serviços centrais se encontrarem localizados no centro de Lisboa, junto a bairros

³ Revista da Armada (2010, p.2).

⁴ Tenho algumas reservas sobre os quantitativos apresentados, pois parece-me que incluem os cursos de Auxiliares de Marinha, que integram também elementos da Marinha Mercante, o que fará distorcer os dados. Contudo, nesta fase da investigação, não consigo validar os dados apresentados.

⁵ Carrilho (1983, pp. 1155-1164).

⁶ Anuários da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha. Edições de 1913 a 1916.

⁷ Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha. Ano letivo de 1912-1913, p.166.

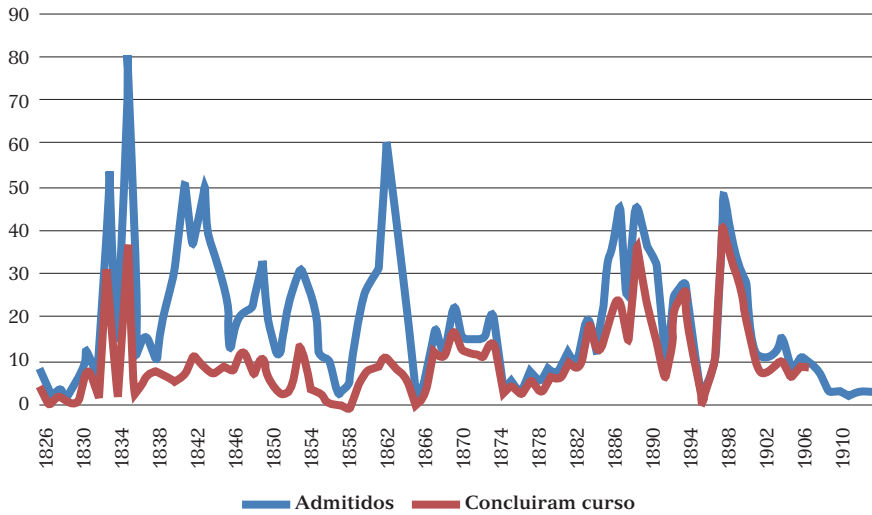


Gráfico 1 – Alunos da Escola Naval, 1826-1913

com forte implantação republicana, podemos, assim, ter uma explicação sobre o papel muito ativo que muitos oficiais deste ramo tiveram na denominada “guerra civil intermitente” que, segundo António Telo, vai grassar em Portugal de 1908 até 1928⁸. Contudo, importa realçar que, apesar da ausência dessas raízes aristocráticas da Marinha, foram vários os infantes da Casa Real que frequentaram a Escola Naval, ou a então Companhia de Guardas-Marinhas, nomeadamente, os futuros reis D. Luís, e D. Manuel II.

Apesar de não serem muito numerosos vão ser vários os oficiais da Armada que, nos anos iniciais do século XX, se vão distinguir, de diversas formas, na vida militar e civil da jovem república. Em termos políticos, por exemplo, vários vão ser eleitos deputados da nação, enquanto outros vão ocupar o mais alto cargo da República, como foi o caso dos Presidentes da República – *José Mendes Cabeçadas Júnior* e *João do Canto e Castro da Silva Antunes Júnior*.

Outros, desta geração, também se vão destacar nas mais diversas áreas, dentro e fora da própria instituição, tais como: *Henrique Quirino da Fonseca* (1863-1939), *Jaime Leotte do Rêgo* (1867-1923), *Carlos Viegas Gago Coutinho* (1869-1959), *Abel Fontoura da Costa* (1869-1940), *Fernando Pereira da Silva* (1871-1943), *Júlio Afonso Cerqueira* (1872-1957), *Luís de Magalhães Corrêa* (1873-1960), *António Machado Santos* (1875-1921), *João Roby* (1875-1904), *João*

⁸ Telo (2015, pp.229-263).

Belo (1876-1928), Álvaro Nunes Ribeiro (1878-1933), José Carlos da Maia (1878-1921), José Botelho de Carvalho de Araújo (1880-1918), Alfredo Botelho de Sousa (1880-1960).

Esta visão choca, aparentemente, com a imagem transmitida pelo Contra-Almirante De Salis, que está em Lisboa grande parte do ano 1916, com o objetivo de organizar a defesa dos principais portos portugueses, e que os caracteriza da seguinte maneira: *“The majority of the Portuguese Naval officers are clever well educated men, but they lack decision and character, and the discipline they have received is not of a nature to teach them to face to face and overcome difficulties, nor to remain at their post however unpleasant the duty may be (...). I am therefore reluctantly forced to the conclusion that no reliance can be placed on them to carry out satisfactorily any work which is entrusted to them entirely.”*⁹

Olhando para os acontecimentos ocorridos entre 1916 e 1918, sabemos que a opinião do almirante inglês não estava totalmente correta...

Em termos da formação académica que era ministrada na Escola Naval, nesta época, para além do curso da Marinha de Guerra, também funcionava nas instalações da Escola Naval, partilhando instalações e professores, a «Escola de Auxiliares de Marinha», que incluía os cursos de: Maquinistas (Armada e Mercantes), Administração Naval, Pilotagem (elementar e complementar) e Hidrografia. Os cursos de pilotagem eram também ministrados nos departamentos do Porto, Faro e Ponta Delgada¹⁰. Para todos eles, era necessária uma formação prévia, que variava de acordo com o curso em si.

À semelhança do que ocorreu desde os primórdios dessa instituição quase bicentenária, durante a Grande Guerra o ensino na Escola Naval dividia-se em duas posições antagónicas: uma virada para a teoria e outra para a prática. Este assunto é tratado pelo então CMG Almeida de Eça, que tenta responder a algumas das críticas que na época eram dirigidas à forma como era efetuado o ensino nessa instituição, e que terão tentado aproveitar as alterações que iriam surgir por ocasião do incêndio de 1916¹¹:

Que o ensino pouco tinha mudado desde 1845 – relembra que, nessa data, já se ensinavam as retas de altura, telegrafia sem fios, torpedos e submarinos, pólvoras lentas e brisantes, diagramas de trabalho das máquinas e turbinas, metralhadoras e armas de repetição, tática de couraçados e história marítima.

Ensino livresco – Não era obrigatória a utilização de compêndios.

⁹ National Archives (Reino Unido) ADM-137-1203.

¹⁰ Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha. Ano letivo de 1912-1913.

¹¹ Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha. Ano letivo de 1915-1916.

Programas sobrecarregados – refere que os programas são apenas índices, tendo os professores o que hoje designamos por “liberdade académica”.

Muitas teorias e poucas práticas – questiona o que é prática o que é teoria.

No mar é que se aprende – Concorda em absoluto, mas a criação da Marinha Colonial reduziu muito as oportunidades de embarque dos alunos da Escola Naval.

Todo o ensino naval deve ter em vista a preparação para a guerra – Mesmo em tempo de paz, há que preparar para a guerra mas, a Armada, deve continuar a fazer os restantes serviços, como a administração da marinha mercante e das pescas.

Internato – Criado em 1903, defende que era importante que os futuros oficiais da Armada se acostumassem aos longos períodos passados no mar.

O ensino do Direito Internacional deve limitar-se às formas protocolares – Aqui discorda totalmente pois, para ele, tudo está ligado ao Direito, incluindo a própria guerra.

E, na verdade, se os meios da Armada se encontravam “obsoletos” em relação às suas congéneres europeias no início do século XX, essa situação devia-se a fatores exógenos à própria instituição, pois os oficiais que a constituíam acompanhavam o que de mais atual era publicado no mundo. Este “modernismo”, por parte do corpo de oficiais, fazia-se sentir em todas as classes e pode ser comprovado através das diversas obras teóricas que são publicadas na época. A maioria dessas publicações são mais do que simples traduções para o português, de textos de fundo ou de divulgação, das mais recentes obras estrangeiras. Estas eram acompanhadas de uma análise crítica e, na maioria das vezes, introduzindo Portugal nas análises comparativas constantes em obras publicadas no estrangeiro.

Essa atividade de carácter crítico acentua-se a partir da denominada “Regeneração” (1851) e, em especial, a partir da fundação do Clube Militar Naval (1866), com intensos debates e ampla divulgação de novas ideias. As ideias e os conceitos eram defendidos, pelos jovens oficiais da Armada que, muitos deles, na época, eram simples 2.º ou 1.º tenentes, como era o caso de G. N. do Rego¹², Carlos Testa¹³, C. J. da Costa Lima¹⁴, etc...

As principais ideias defendidas eram de autoria do comandante, mais tarde promovido a Almirante, Alfred Mahan, o homem que, nos finais do século XIX, através do estudo da história da Marinha Real britânica, desenvolve um

¹² Rego (1850).

¹³ Testa (1864).

¹⁴ Lima (1875).

conjunto de teorias sobre o poder naval. Através dele surge a ideia da “Grande Batalha” que permitiria ganhar a guerra, travada com os grandes couraçados, verdadeiras cidades de aço, erigidas de numerosas peças de artilharia de grande calibre. Os seus estudos vão tornar-se leitura obrigatória em quase todas as marinhas do mundo e, inclusive, são lidas por muitos políticos, como foi o caso do próprio Kaiser Guilherme II ou do então Secretário de Estado da Marinha americana, Theodore Roosevelt.

Olhando para a História de Portugal, não parece estranho que estes jovens oficiais fossem tão facilmente permeáveis às ideias defendidas por Mahan pois, sendo aqueles bons conhecedores da prestigiada tradição naval portuguesa dos séculos XV e XVI, facilmente percebem que Portugal só pode atingir o nível das grandes nações da época, quando voltasse a possuir uma grande Marinha, militar e de comércio. Apesar das ideias defendidas por estes jovens “Mahnistas” (como designa António Telo), acabarem por ser “vencedoras”, tendo mesmo chegado a ser elaborados planos para a construção de couraçados e cruzadores, a instabilidade política do país, em particular após a implantação da República, e as depauperadas finanças públicas, impedem a concretização de qualquer programa de construção naval coerente a médio ou longo prazo. Se a Armada e o país se vêm obrigados a seguir os conceitos da “*Jeune Etoile*” francesa, mesmo com um vasto Império Colonial, nomeadamente através da aquisição de torpedeiros e de submarinos, tal não se deve à vontade dos atores...

Contudo, a necessidade de seguir uma estratégia naval diferente da desejada, não explica completamente a falta de preparação que a Armada portuguesa evidencia em 1916, quando entra, finalmente, na Grande Guerra. Essas lacunas refletem-se na falta de meios materiais para fazer face às novas ameaças vindas da Alemanha Imperial e que se materializavam através dos submarinos e das minas e não dos grandes couraçados. Para as enfrentar eram necessários um outro tipo de meios navais, que Portugal possuía: os arrastões de pesca a vapor. Estranhamente, até à declaração de Guerra por parte da Alemanha, em março de 1916, nada é feito no sentido da preparação para estes novos perigos. Em termos de meios humanos, a Armada portuguesa entrou na guerra já com um deficit em relação às suas necessidades do pré-guerra, agravando-se a falta de homens com as novas obrigações da guerra.

Assim, das medidas tomadas logo após a entrada no conflito, destacam-se as alterações ao normal funcionamento das escolas da Armada, através da redução da duração da formação para os diversos cursos e, de imediato, para os cursos da Escola Naval, cuja duração era superior. Tentava-se, desse modo “acelerar” a saída de jovens oficiais para a esquadra, que tanta falta faziam, à

semelhança do que tinha acontecido na Escola de Guerra¹⁵. Até ao final desse mesmo mês de março, é determinado o final do ano escolar dos 2.º e 3º anos dos cursos de Marinha militar e de Administração Naval, devendo ser realizados, de imediato, os respetivos exames¹⁶. Em abril, o Comandante Interino da Divisão Naval de Defesa e Instrução, Capitão de Fragata Leotte do Rego, chega a propor que esses aspirantes fossem de imediato promovidos a Guardas-Marinhas, ficando dispensados do respetivo tirocínio¹⁷.

Paralelamente, e de modo a aumentar o número de candidatos aos cursos da Escola Naval, a Junta de Saúde Naval diminui as exigências físicas para o concurso de admissão à Escola Naval de 1916. Por outro lado, Leotte do Rego também propõe que o concurso de admissão à Escola Naval durasse apenas 20 dias, logo após o final dos exames nas universidades, e que fossem abertas vagas para 30 alunos, cujo curso teria, deste modo, início logo a 1 de julho de 1916¹⁸.

Também com o objetivo de diminuir ao máximo o período de formação, o ano letivo dos cursos da Escola Naval foi reduzido para seis meses, seguidos de 15 dias de exames. Os alunos viram também o número de dias de férias reduzidos, e o número de dias de aulas por semana, passou a ser de seis dias por semana, descansando apenas ao Domingo¹⁹.

De imediato, estas e outras alterações, segundo também Leotte do Rego, permitiriam que a esquadra recebesse, no início de 1917, 10 novos Guardas-Marinhas e, em julho desse ano, os alunos que estavam em abril no 1.º ano²⁰.

Nos cursos dos sargentos e das praças que estavam já a decorrer, também são propostas diversas alterações no seu funcionamento normal, com o mesmo objetivo dos meios navais e as estruturas em terra disporem dos tão necessitados novos militares²¹.

A 23 de maio, face à falta de sargentos, que já eram insuficientes para as necessidades sentidas antes do início da guerra, foram abertas vagas para 200 novos sargentos artilheiros e do serviço geral²². No caso das praças, nos inícios de março²³ foram tomadas diversas medidas para tentar suprir as faltas existen-

¹⁵ Nota n.º 743, de 5 de abril de 1916. BCM-AH-Núcleo 224/554 (5-XIV-3-3).

¹⁶ Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha. Ano lectivo de 1915-1916, p.106.

¹⁷ CDNDI, Nota n.º 743, de 5 de abril de 1916. BCM-AH-Núcleo 224/554 (5-XIV-3-3).

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ Portarias n.º 2425 e 2426, de 2 e 15 de junho 1916.

²⁰ Nota n.º 743, de 5 de abril de 1916. BCM-AH-Núcleo 224/554 (5-XIV-3-3).

²¹ Portaria n.º 2337, de 17 de abril 1916.

²² Portaria n.º 2403, de 23 de maio 1916.

²³ Portaria n.º 2262, de 9 de março 1916.

tes, nomeadamente através da chamada de 200 praças reservistas e foi aberta a admissão para 750 praças voluntárias a 17 de abril²⁴.

Aparentemente, estas medidas não foram suficientes para suprir as necessidades da Armada pois, no que se refere às praças, por exemplo, nos inícios de janeiro de 1917, a Divisão Naval de Defesa e Instrução tinha em falta 105 praças²⁵, dos quais 80 eram artilheiros²⁶.

Se já não havia homens suficientes para completar os quadros no período de pré-guerra na Armada, após a entrada na guerra, e com o surgir de novas necessidades operacionais, nomeadamente na defesa do porto de Lisboa, requisitando-se, logo nos meses iniciais, 27 navios e embarcações civis²⁷, com o objetivo de tentar colmatar as obrigações imediatas da Armada²⁸.

Para operar essas embarcações, muitas delas vieram acompanhadas dos respetivos proprietários, todos eles civis. A Armada viu-se, assim, obrigada a criar, em maio de 1916, a *Secção de Auxiliares de Defesa Marítima* (ADM), cujo pessoal tinha um estatuto militarizado, sendo graduados de acordo com as suas categorias/competências civis²⁹. Em Novembro desse mesmo ano, este decreto foi alterado por um novo porque “... o decreto n.º 2375 de 8 de Maio do corrente ano, não satisfaz por completo às exigências actuais dos serviços de defesa marítima, pelo desenvolvimento que estes tem tido, torna-se portanto necessário modificá-lo...”³⁰. A grande diferença prendeu-se com a inclusão de segundos-tenentes ADM, cujo posto era atribuído a capitães da marinha mercante ou a indivíduos com a carta de maquinistas de 1.ª classe (Tabela 1).

Tabela 1 – Equivalência da categoria civil à graduação militar

Categoria Civil	Graduação militar
Carta de Capitão da marinha mercante	Segundos tenentes
Carta de Maquinistas de 1.ª Classe	Segundos tenentes
Carta de oficial piloto da marinha mercante	Guardas-marinhas

²⁴ Portaria n.º 2335, de 17 de abril 1916.

²⁵ Nota n.º 3 de 1 de janeiro de 1917. BCM-AH-Cx 1388.

²⁶ Nota n.º 135 de 9 de janeiro de 1917. BCM-AH-Cx 1378.

²⁷ Numa relação de Agosto de 1917 e, apenas para Lisboa, constam 38 embarcações, cuja tonelagem varia entre a 1 e as 513 toneladas. O total de embarcações requisitadas durante a duração total da guerra ainda está por contabilizar. BCM-AHM-núcleo 446, 6-4-XII-5-1.

²⁸ Telo, 1999, p.261.

²⁹ Decreto n.º 2375 de 8 de maio de 1916.

³⁰ Decreto n.º 2876 de 30 de novembro de 1916.

³¹ Tinham-se alistado mais dois, mas, por não se enquadrarem, tinham sido demitidos apenas dois meses após o seu alistamento. BCM-AH-Núcleo 446, 4-XII-5-1. Relação Nominal dos oficiais alistados na Secção ADM referente a 30 de novembro de 1917.

Carta de maquinistas de 2ª classe	Guardas-marinhas
Sócios dos clubes náuticos com carta de patrão	Guardas-marinhas
Sócios dos clubes náuticos com carta de timoneiro	Aspirantes de Marinha
Aprovação no curso elementar de pilotagem	Aspirante de Marinha
Carta de maquinistas de 3ª classe	Aspirante de Marinha
Capitães de barcos de grande cabotagem	Sargentos Ajudantes de manobra
Carta de condutores de máquinas da marinha mercante e 1.ª maquinistas	Sargentos ajudantes condutores de máquinas
Mestres e Arrais de barcos de pequena cabotagem, e pilotos de barra	1.º Sargentos de manobra
Mestres de pesca ou contramestres de barcos	2.º Sargentos de manobra
2.º Maquinistas	1.º Sargentos condutores de máquinas
3º Maquinistas, chauffeurs, mecânicos e carpinteiros	2.º Sargentos condutores de máquinas
Fogueiros, marinheiros, despenseiros e cozinheiros	2.º Fogueiros ou 2.º Marinheiros
Chegadores, moços e criados	Chegadores ou 1.º Grumetes

Apesar da criação desta nova secção ocorrer em maio, os primeiros oficiais voluntários dos 66 elementos iniciais desta nova secção, só começam a alistar-se em 31 de agosto de 1916, conforme consta, pela primeira vez, na Lista da Armada de Oficiais da Armada referente a esse ano³¹.

Estes homens vão desempenhar, dentro da Marinha, todo o tipo de atividades, sendo possível encontrá-los embarcados nos navios requisitados, na Defesa submarina, na Capitania do Porto de Lisboa, na Esquadilha de Patrulhas, no Departamento Marítimo do Centro, ou na Polícia da Barra de Lisboa³². Alguns vão mesmo perder a vida no desempenho das suas funções, como foi o caso dos seis elementos que morreram a 26 de julho de 1917 no caça-minas *Roberto Ivens*, à entrada da barra de Lisboa³³ e um dos 10 elementos da ADM que estavam a bordo do *Augusto Castilho* no célebre combate com o U-139, ao largo dos Açores³⁴.

Os elementos que integraram esta secção são definitivamente licenciados a 10 de maio de 1919, através do Decreto N.º 5787-AA. No entanto, o quadro não é extinto pois, os elementos licenciados, só podiam ser abatidos a título permanente caso assim o pretendessem.

Em jeito de uma análise final muito preliminar, podemos afirmar que, apesar da forte ligação que unia os oficiais da Armada, a distinção que existia entre os

³² Lista da Armada de Oficiais da Armada (31 de dezembro de 1916, pp.87-88).

³³ O Comércio do Porto, 27 de julho de 1917.

³⁴ Setenta e cinco anos no mar (2002, p.308).

“Auxiliares do Serviço Naval” (Engenheiros Maquinistas, Administração Naval e Médicos), e os homens da classe de Marinha de Guerra, provocava alguma fricção nas fileiras.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

- Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha, Ano letivo de 1912-1913* (1913)
Lisboa: Imprensa Nacional.
- Anuário da Escola Naval e da Escola Auxiliar de Marinha. Ano letivo de 1915-1916* (1916).
Lisboa: Imprensa Nacional.
- Carrilho, M., 1983. Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX. *Análise Social* (1982-83), Vol. XVIII. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Comando da Divisão Naval de Defesa e Instrução [CDNDI], 1916a. *Nota n.º 1103, de 27 de abril de 1916*. Núcleo 224/537 (5-XIV-3-3). Lisboa: BCM-AH.
- Comando da Divisão Naval de Defesa e Instrução [CDNDI], 1916b. *Comando da Divisão Naval de Defesa e Instrução. Nota n.º 743, de 5 de abril de 1916*. Núcleo 224/554 (5-XIV-3-3). Lisboa: BCM-AH.
- Lima, C., 1875. *Algumas palavras sobre a organização da Marinha de Guerra Portuguesa*. Lisboa: Typographia Lisbonense.
- Armada Portuguesa, 1917. *Lista da Armada de Oficiais da Armada. Referida a 31 de dezembro de 1916*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- National Archives (Reino Unido) ADM-137-1203.
- O Comércio do Porto*, 27 de julho de 1917.
- Rego, G., 1850. *Considerações sobre a Marinha Portuguesa*. Lisboa: Typographia.
- Revista da Armada*, 2002. N.º 350, ano XXXI, Fev. 2002.
- Revista da Armada*, 2010. N.º 445, ano XL, Set/Out. 2010.
- Setenta e cinco anos no mar (1910-1985)*, 2002. Vol. 12. Lisboa: Comissão Cultural de Marinha.
- Telo, A., 1999. *Homens, doutrinas e organização. 1824-1974*, tomo I. Lisboa: Academia de Marinha.
- Telo, A., 2015. Erros e ilusões sobre a beligerância Portuguesa. Em *A Grande Guerra: Um século depois*. Lisboa: Academia Militar.
- Testa, C., 1864. *Em relação aos Sistemas de Construção e Armazenamento e a sua eficiência para “O ataque e Defesa”*. Lisboa: Imprensa de Joaquim Germano de Sousa Neves.

8.

O SOLDADO NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL

Ana Paula Pires

Doutorada em História, especialidade História Económica e Social Contemporânea, pela FCSH-UNL
Membro da Direção do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL Instituto de
História Contemporânea
Universidade de Stanford
asoarespines@gmail.com

1. A GUERRA

A historiografia da Grande Guerra conheceu uma sismo científico nos últimos 25 anos, que se traduziu numa viragem para o estudo da sociedade e da cultura. Este revitalizar de linhas de investigação privilegiou a análise comparativa e abordagens transnacionais, contribuindo para inovar temas clássicos como o papel da sociedade civil ou o moral das tropas¹.

As abordagens historiográficas mais recentes têm deslocado o foco dos líderes militares e das suas táticas para a questão do impacto da guerra naqueles que a combateram, apontando para a multiplicidade de experiências que a guerra proporcionou.

A história da participação de Portugal na Grande Guerra tem sido dominada pela abordagem de aspectos militares e diplomáticos, sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 90 do século XX, quando foram publicados

¹ Jones (2013, p. 857).

os trabalhos de Luís Alves de Fraga² e Nuno Severiano Teixeira³. Esta natureza “bicéfala” da historiografia portuguesa ganha maior relevância se tivermos presente, a enorme lacuna em torno do estudo dos teatros de guerra africanos, em particular, a respetiva frente interna. Aqui os primeiros trabalhos surgiram apenas em 2011⁴, focando-se na economia de guerra e nos impactos económicos do conflito em Angola e Moçambique⁵.

A Grande Guerra foi a maior operação militar no exterior em que participaram tropas portuguesas durante a primeira metade do século XX. Um conhecido poster de recrutamento da I Guerra Mundial mostra-nos um pai da classe média sentado numa cadeira, com a sua filha sentada ao colo. A criança pergunta ao pai com um ar preocupado: “Papá, o que fizeste na Grande Guerra?” Este poster não teria funcionado em nenhuma guerra anterior...Mas a I Grande Guerra foi travada a uma escala sem precedentes, por um exército que incorporava o cidadão comum, sob comando de soldados profissionais, como este pai inglês.

A I Guerra Mundial gerou ainda um outro fenómeno novo: a mobilização geral da sociedade – a guerra total. A guerra é um fenómeno que gera curiosidade, no entanto quando analisamos as guerras contemporâneas ficamos esmagados pela dimensão dos números envolvidos: 25 milhões de mortos apenas nas duas Guerras Mundiais, e cerca de 60 milhões de civis. Por isso, se quisermos compreender como é a guerra, como é que ela é sentida, temos que deixar de lado a história e os seus números e procurar a realidade nos testemunhos pessoais dos homens que lá estiveram.

As guerras modernas são mais que acções, são uma cultura. As tradições militares, valores e padrões de comportamento penetram em todos os aspectos da vida militar. A guerra tem efeitos transformadores na paisagem, e tudo nessa paisagem adquire uma dimensão grotesca, sem utilidade.

A guerra representa uma dimensão diferente do mundo, onde os homens se sentem distintos, deste modo quando regressam à realidade quotidiana, sentem a necessidade de contar histórias em torno do local e das experiências vividas.

O desconhecido é a grande constante quando recordamos a experiência de guerra. O jovem que vai para a guerra entra num mundo desconhecido, governado por regras desconhecidas, em que tudo aquilo que não é considerado

² Fraga (1990).

³ Teixeira (1996).

⁴ Pires (2011).

⁵ Pires e Fogarty (2014, pp.41-61).

necessário é proibido, um mundo sem mulheres, sem crianças e sem pessoas idosas, um mundo violento e perigoso.

No entanto a guerra oferece experiências que são valorizadas e recordadas. A I Guerra Mundial foi o primeiro conflito a ser travado com tecnologia do século XX. As tropas não estavam preparadas para este novo tipo de batalha. Esta é, talvez, a dificuldade de qualquer conflito quando se inicia uma mudança tecnológica, mas era um problema ainda mais evidente, quando se iniciou a I Guerra Mundial. Os soldados aplicavam técnicas utilizadas no século anterior a um conflito com características modernas e, como tal, de novo tipo.

Quando chegaram à frente ocidental perceberam que esta não era comparável a nada que conhecessem, ou pudessem imaginar. Um confronto travado em trincheiras, por massas anónimas de homens. Alguma vez, nas suas vidas civis, podiam estes jovens voluntários imaginar que iriam experimentar uma violência semelhante e cuja descrição não se encontrava nos livros?

Era um mundo novo. E é este tipo de imagem que nós visualizamos quando tentamos imaginar a frente ocidental: não homens em ação, mas esta cena, em que tudo o que nós consideramos “natural” tinha sido destruído.

2. O SOLDADO E O SÉCULO XX

No início do século XX os soldados não tinham, fora da Alemanha, o mesmo prestígio social que aí tinham conseguido. Contrariamente ao século XIX em que as guerras eram experiências ocasionais em que os soldados eram chamados a participar só em raras ocasiões, o século XX viveu, pelo menos ao longo da sua primeira metade, de forma mais intensa, marcado pelo potencial destrutivo da instituição militar.

No seu total participaram na I Guerra Mundial 65 milhões de soldados.

O exército instituiu-se como escola da nação, os homens só seriam homens de verdade através da guerra. A instituição militar deixa de forma clara, logo no início, que o recruta começa uma nova vida e que deixa a sua antiga para trás: a mudança de roupas simboliza, desde logo, este choque com a realidade, a passagem de um plano – o civil – para o militar.

Entre finais do século XIX e início do século XX, verificam-se importantes reformas estruturais nos Exércitos aliadas às mudanças políticas, bem como aos novos formatos de guerra, nomeadamente a mobilização geral da sociedade, aquilo a que a Grande Guerra iria servir de matriz – a guerra total. O conjunto de alterações decorrentes do fim das grandes monarquias europeias e da consumação das revoluções liberais e industriais obrigou as nações e os seus Exércitos a abandonar velhos sistemas clientelares e

estabelecer um todo ideológico legitimador da unidade em torno da identidade nacional.

Concretamente, a ideia de criação do Exército da nação, propiciado pelo alargamento da base combatente, retirando à aristocracia tradicional o apanágio do oficialato e abrindo a possibilidade de carreira militar a jovens de outras proveniências sociais. Este seria o modelo que a Revolução Francesa aplicaria e que a I República Portuguesa, como fiel seguidora, assimilaria.

Neste sentido, é importante que, numa guerra de destruição mecânica massiva, o conceito de individualidade fosse mais precioso do que anteriormente, daí que a escrita de cartas e a fotografia se tornassem tão importantes. Esta era uma forma de lembrar aos soldados a sua identidade antes da guerra, e o papel que voltariam a desempenhar findas as hostilidades.

Por isso, estas duas entidades colectivas – soldados e civis – olhavam uma para a outra com respeito, solidariedade e afeição. A mudança de identidade durante a guerra é um elemento consistente na experiência da I Guerra Mundial, nas suas diversas fases. Com exceção dos militares de carreira, o serviço militar é uma espécie de exílio da sua própria vida pessoal, uma deslocação da sua vida familiar/pessoal.

Em Portugal procurou-se criar um verdadeiro Exército da nação, através da respectiva republicanização. A reforma republicana, em vésperas da I Guerra Mundial, estava a tentar criar um exército de milícias de serviço militar reduzido, destruidor do exército permanente tradicional, cujo objectivo era a reunião de cerca de 30 000 homens.

A participação portuguesa na Grande Guerra denunciou as suas profundas fragilidades; a união e o consenso da classe dirigente estavam longe de ser conseguidos.

As condições físicas da guerra de trincheiras, onde homens eram reduzidos e enfraquecidos pela ausência de um *roulement* regular; pela desigualdade de licenciamento e pela falta do apoio moral e material, criaram um universo de insustentabilidade psicológica e a descrença em relação às razões da guerra e mais ainda em relação ao envolvimento de Portugal na conflagração.

Daí que a contestação, a indisciplina, a revolta, a deserção, a infração e a insatisfação se mesclm nos sentimentos entre soldados, marcados pelo horror da guerra e envenenados pela propaganda e cisão política nacional a que a frente de campanha, apesar da censura, não escapava.

As tropas portuguesas que foram para África e para a Flandres eram compostas, maioritariamente, por analfabetos, que por esta altura compunham cerca de 70% da população.

3. AS DESCONTINUIDADES DA GUERRA

3.1. Como era o quotidiano e a vivência de um soldado na Grande Guerra?

A memória popular tem fixado como grandes imagens do combate na Flandres a lama, os ratos, as pulgas e os piolhos. Todos estes elementos fazem parte da participação de Portugal na Grande Guerra, mas a vida quotidiana de um soldado ia bem mais além; na verdade o percurso de um soldado típico de infantaria era passado na linha de trincheiras apenas $\frac{1}{4}$ do tempo total em que esteve na Grande Guerra, estando envolvido em acção apenas por poucos dias. Grande parte dos soldados envolvidos nem sequer se aproximou da linha da frente.

Uma análise atenta dos relatos de guerra de antigos soldados, diz respeito, maioritariamente, a pequenas e grandes aventuras em países de culturas mais ou menos desconhecidas.

Em África a viagem para Moçambique demorava cerca de um mês. Nas tropas que iam para Moçambique, a paragem na Cidade do Cabo era aproveitada por muitos soldados e oficiais para irem ao cinema, aos restaurantes ou simplesmente passear pela cidade. Frequentar restaurantes era também uma forma de voltar a tomar refeições de acordo com os padrões dos civis, as tropas regressavam assim, temporariamente à sua identidade civil, recriando comportamentos e interacções sociais anteriores à guerra.

As bases iniciais de operações estavam situadas em Moçâmedes, para o caso de Angola, e para o caso de Moçambique, em Porto Amélia, depois Palma e, em seguida, Macimboa da Praia, para, já na fase final da campanha, e um pouco em função das circunstâncias que emergiam das acções de Lettow Vorbeck, se deslocarem para Quelimane.

Américo Pires de Lima, médico que integrou uma das expedições a Moçambique afirmou: “Uma das recordações mais penosas que conservo da expedição é o espectáculo da chegada ao hospital de Palma dos estropiados e doentes (...) um grande número deles, interrogados sobre a doença que os afligia, respondia sombriamente: “é só fome snr. Doutor! E não raros se estatelavam no chão duro da secretaria, antes que eu pudesse atendê-los” (...) “E assim passaram diante dos meus olhos estarrecidos, dez, vinte, cem quatrocentos desgraçados! Não há corte dos milagres, não há entrada de romaria com o seu estendal de mendigos, com as suas misérias sabiamente postas em cena para infundir piedade e horror, que dê uma longínqua ideia do espectáculo, que daquele dia, durante horas, desfilou diante dos meus olhos. E Portugal não sentiu a guerra... E era aquele batalhão de farrapos humanos que Lisboa queria empurrar para

um combate sangrento...como se daqueles corpos mirrados pudesse tirar-se sangue que satisfizesse os fraternais desejos de Lisboa”⁶.

Pires de Lima relatou-nos ainda as dificuldades sentidas quando desembarcou do navio, descrevendo as peripécias que rodearam a expedição que integrou até chegar a terra: “Com alguns oficiais, desembarquei numa lancha, que pelo seu calado, teve de ficar distante da praia. Para alcançar a terra só havia dois processos: ou de palanquim – processo assaz ridículo, aliás reservado aos magnates, ou então às cavaleiras dos carregadores pretos. Foi este último processo que utilizei, não sem um certo receio e repugnância: receio de que o preto tropeçasse e me estatelasse na água, e repugnância por ter de me agarrar a uma carapinha de perfume pouco aliciante (...) e o aspecto pouco tranquilizador quanto à provável fauna”⁷.

As operações militares só tiveram lugar dois meses após o desembarque, Pires de Lima descreve que a vida em Palma era então de uma enervante monotonia.

Os navios britânicos que transportavam as forças expedicionárias para África chegaram a mandar as respectivas cargas ao mar perto da praia, seguindo depois viagem porque não podiam ficar semanas à espera de um desembarque que não havia sido preparado previamente.

No Teatro Europeu, a viagem de comboio de Brest até ao sector português na Flandres despertou, também, uma nova multiplicidade de sensações: a ordem de marcha foi recebida, por grande parte das tropas, com desgosto: o abandono de um espaço militarizado, e o rumo a uma zona de guerra despoletou a saudade da vida civil e até da terra natal.

Antes dos Batalhões do C.E.P entrarem nas trincheiras, as tropas foram submetidas a um novo processo de instrução em França.

Na madrugada de 2 de Abril de 1917 o C.E.P. entrou nas trincheiras e, a 12 de Maio, um batalhão ocupou um subsector. A 10 de Junho estavam já as três brigadas da 1.^a Divisão a guarnecer a linha.

As primeiras dificuldades sentidas pelas tropas portuguesas quando entraram nas trincheiras foi a orientação e o facto de grande parte das informações estarem redigidas em inglês.

As tropas cedo perceberam, também, as dificuldades que iriam sentir, devido ao desgaste físico acumulado, porque o tempo de descanso de 6 em 6 dias, o que era recomendado, nunca foi implementado.

⁶ Lima (1933, p.53).

⁷ Idem (p.23).

Desta forma, a desproporção entre o número de oficiais da retaguarda e o número de oficiais da Linha da Frente acabou por minar as relações entre o oficialato do C.E.P..

3.2. Para além da frente: encontros militares

Entre o ultimato britânico de 1890 e o final da Grande Guerra, Portugal enviou mais de 100 000 soldados para Angola e Moçambique; uma minoria, branca, em territórios onde a presença europeia era ainda diminuta. As primeiras tropas portuguesas chegaram a Moçâmedes (Angola), e a Lourenço Marques (Moçambique), a 1 e 16 de Outubro de 1914, respetivamente. A maioria dos homens que as integrava transportava uma imagem mental pré-construída destes territórios, observando-os do ponto de vista da cultura europeia (portuguesa) do colonizador.

A I Guerra Mundial gerou um movimento transnacional de pessoas, único e criou amplas “zonas de contacto” que expuseram milhões de combatentes e não combatentes a novas ideias, práticas e tecnologias, criando novos espaços de encontro entre pessoas e culturas – entre colonizadores e colonizados.

A guerra é um dos mais significativos mas menos explorados promotores de encontros culturais. A época dos exércitos de massa que a Revolução Francesa inaugurou promoveu milhares de encontros culturais de outro modo improváveis.

Entre 1914 e 1918 soldados portugueses viajaram para África e para a Flandres e viveram, na maioria dos casos, a sua primeira e, muitas vezes, única viagem internacional.

O impacto cultural destes encontros tem sido completamente negligenciado pela historiografia nacional e internacional. Milhares de soldados participaram em expedições militares que os levaram a lugares distantes tanto na Europa como em África. Longe de mostrarem apenas consternação relativamente às condições climáticas, às duras condições da campanha os soldados oferecem-nos um espelho para um mundo que o público português desconhecia: comentaram hábitos culturais, formas de vestir, contribuindo para a construção de uma imagem popular tanto do império como do exército.

Para uma faixa considerável da população masculina do século XX, as guerras constituíram a primeira e única oportunidade de ir mais além dos estreitos limites espaciais da pátria. A população masculina das classes mais baixas da sociedade acabou por recolher, também, do cenário de guerra impressões turísticas. Recorde-se que o turismo, como actividade massificada, só se iniciou na década de 60

As imagens de África, outrora distantes, e apenas acessíveis a um punhado

de pessoas podiam agora ser vistas e examinadas em muitos lares portugueses. Tanto o continente europeu como o continente africano foram influenciados por estas interacções que tiveram impacto ao nível da etnia de alguns povos, fruto da missegenação entre militares brancos e africanas, mas também do contacto com alimentos, formas de estar e comportamentos totalmente diferentes.

À chegada à Cidade do Cabo, Américo Pires de Lima conta o seguinte: “No cais tomámos contacto pela primeira vez com as populações africanas: grandes diabos negros, vestidos da mais imprevista maneira, carregavam e descarregavam navios em grande azáfama. Mas, deixadas as docas, encontramos uma grande cidade de fisionomia europeia” (...) Ao desembarcar no Cabo não nos animava apenas a ansiedade de contemplar e visitar lugares incrustrados na história e na alma portuguesa; não nos seduzia apenas o prazer material de pisar terra firme e de ver pinheiros, arvoredos, casas e uma paisagem sem o carácter movediço e incerto que vinha fazedo a nossa desesperação”⁸.

A história mostra-nos que as interacções culturais se encontram entre as dimensões mais formativas do esforço humano e da mudança social, e constituem um pré-requisito para o desenvolvimento, estas interacções deixaram marcas em jornais, literatura, fotografias, música e filmes. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem incluiu, pela primeira vez, a importância do respeito pelos direitos culturais.

Os soldados necessitam de ser culturalmente instruídos, ter uma mente aberta e tolerante, de modo a aceitarem e apreciarem diferentes culturas, mostrando até que ponto a nossa própria herança cultural pode condicionar a nossa forma de compreender diferentes culturas.

Na verdade, e recorrendo, uma vez mais, ao testemunho de Pires de Lima, este desconhecimento encontra-se bem presente: “Uma das instituições mais daninhas da costa de Moçambique é certamente o *monhé*, estranho animal oriundo da Índia inglesa, sanguessuga insaciável de todos os magros cobres que o indígena consegue haver à mão”⁹.

Ou de Carlos Selvagem: “Para quem desde já nutria um orgulhoso desprezo de raça por esta infecta canalha *monhé*, – tão pitoresca, e resto, nos seus balandraus e pantalonas de linho branco, nas suas babuchas de veludo bordado, no seu turbante ou “*cofflah*” vermelho, – esta absurda familiaridade europeia de homens brancos, oficiais do exército, com espécime tão evidentemente indígena, fazia logicamente arregalar um olho de espanto (...) Alimentam-se de arroz e peixe seco, doutras nauseabundas iguarias indianas, obrigadas a caril,

⁸ Idem (p.14).

⁹ Idem (p.65).

o medonho caril nacional da Índia (...) Vêm todos da Índia Inglesa, de Bombaim, de Calcutá”¹⁰.

Carlos Selvagem é ainda bastante crítico das relações que os portugueses mantinham com africanas: “E é pensando, com desgosto, no prazer orgulhoso dos meus camaradas que mantém já em Palma, públicos concubinatos com várias Fatimas deste rincão do Islam, que eu recolho à minha barraca, atordoado ainda pelo ressoar do tan-tan e pela estranha visão de pesadelo, lá em baixo, sob as mangueiras. Pela primeira vez, medito, com tédio, no nosso desprezo dos pudores da raça – espécie de inconsciência pelos superiores instintos de defesa do nosso sangue ariano”¹¹.

Atualmente a necessidade de conciliar a diversidade étnica e cultural está mais presente que nunca, uma vez que assistimos diariamente a ataques extremistas que decimaram algumas das mais ricas e diversas paisagens culturais do mundo, dando início a uma nova época de violência, cujo principal alvo é a memória.

A valorização da análise histórica pode assim funcionar como uma das componentes fundamentais para o desenvolvimento de uma educação para a tolerância e para a paz.

4. AS MEMÓRIAS

Todos nós imaginamos a guerra antes de a conhecermos. É algo que não podemos evitar. A ideia da guerra faz parte do nosso universo mental, sobretudo naquilo que são as suas grandes abstrações: heroísmo, fama, glória, valor, e tornam a morte sentimental e a batalha melodramática, mas, acima de tudo, tornam a guerra familiar.

A guerra é uma realidade distinta, onde os homens se sentem e agem de maneira diferente. Por isso, quando deixam a vida militar e regressam à normalidade do quotidiano, sentem necessidade de contar as suas histórias. Cartas e diários tinham dado à guerra uma forma particular. Todas as narrativas de guerra, até nos seus formatos mais imediatos: os diários e as cartas, são de certa forma epílogos às guerras que retratam.

Um dos traços que distingue os combatentes da Grande Guerra dos de outros conflitos não é a experiência bélica em si – que essas paisagens quase sempre retratam – mas os espaços que percorreram e as emoções que viveram, na frente e na retaguarda.

Na realidade, analisar as experiências dos soldados para além da linha da

¹⁰ Selvagem (1924, p.88).

¹¹ Idem (p. 106-107).

frente revela várias camadas diferentes da experiência de guerra, nomeadamente a interacção entre militares e civis, relações estas cuja natureza tem sido marginalizada, deixando de fora a análise do modo como estes homens responderam às novas experiências que encontraram nas cidades atrás da linha da frente e, em muitos casos, foram estas experiências que se revelaram essenciais para a manutenção do moral das tropas, dando-lhes oportunidade para contactar, com alguma regularidade, com as populações civis.

Contudo, a verdade é que a maioria dos documentos relata não é a totalidade da história: a impressão popular de uma tropa que raramente abandonava a linha da frente continua a florescer.

Visitar cidades, mesmo que por poucas horas, deu aos soldados a sensação de estarem fora do País. Esta experiência colocou-os em contacto com realidades diferentes, que foram da arquitectura ao cinema. Alguns homens encontravam nestas experiências a oportunidade de melhorarem a sua própria cultura geral e, em alguns casos, visitaram monumentos com grande entusiasmo, de que o relato de Carlos Selvagem dá conta, na cidade do Cabo: “Uma vadiagem observadora por Adderley Street, a artéria *chic* da cidade e seu escoadouro elegante? Uma visita ao Museu Municipal no *Town-Hall*, onde nos dizem existir o padrão de Bartolomeu Dias, antigas lápides do tempo das Descobertas (...). Para ser franco, eu fiquei vagamente saudosos das minhas vinte e quatro horas no Cabo. As ruas são largas, os homens são fortes, as crianças são loiras, o dinheiro é em oiro”¹².

Na Beira, Américo Pires de Lima contava: “Uma noite, com vários oficiais, dei-me ao luxo de assistir a um espectáculo cinematográfico em um barracão, que, para esse efeito, existia na Beira”¹³.

A guerra não pode ser compreendida se não for um testemunho direto. Na verdade, é fácil perceber porque é que o cidadão comum se lembra das guerras: é o seu contacto individual com o mundo onde as grandes decisões são tomadas. Para o cidadão comum que combateu na I e na II Guerra Mundial, esta foi a única oportunidade em que a sua vida se intersectou com a história, dando-lhes a possibilidade de participar num grande acontecimento.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fraga, L., 1990. *Portugal e a Primeira Grande Guerra. Os objectivos políticos e o esboço da estratégia nacional 1914-1918*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

¹² Idem (p.41).

³³ Idem (p.113).

- Jones, H., 2013. As the centenary approaches: the regeneration of First World War historiography. Em *The Historical Journal*, n.º 56, September 2013. Cambridge: University Press.
- Lima, A., 1933. *Na costa d'África. Memórias de um expedicionário*. Gaia: Edições Pátria.
- Pires, A. e Fogarty, R., 2014. África e a Primeira Guerra Mundial. Em *Ler História*, n.º 66, pp.41-61. Lisboa: ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa
- Pires, A., 2011. *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Selvagem, C., 1924. *Tropa d'África*. Paris/Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand.
- Teixeira, N., 1996. *O poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa.



POSFÁCIO DE AUTORES

Carlos Filipe Nunes Lobão Dias Afonso, Tenente-Coronel de Infantaria, ingressou na Academia Militar em 1993 e terminou a licenciatura em Ciências Militares em 1998. Enquanto oficial subalterno, prestou serviço no Regimento de Infantaria n.º 3 (Beja) e no 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado da Brigada Mecanizada, onde foi comandante de Pelotão de Atiradores e adjunto do Comandante de Companhia. Serviu também na Academia Militar como adjunto da Primeira Companhia de Alunos. Como capitão, no 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado, foi comandante de companhia de Apoio de Combate e das 2.ª e 3.ª Companhias de Atiradores Mecanizadas. Desempenhou ainda as funções de Oficial de Informações e Oficial de Pessoal daquele batalhão. No Comando da Brigada Mecanizada foi adjunto do Oficial de Operações. Como major, entre 2012 e 2016, foi docente de História Militar no Instituto de Estudos Superiores Militares/ Instituto Universitário Militar. Integrou três Forças Nacionais Destacadas: em 2000-2001, foi comandante de Pelotão de Atiradores, no Teatro de Operações da Bósnia-Herzegovina e, em 2004-2005, foi comandante de Companhia de Atiradores no mesmo Teatro. Em 2007, foi Oficial de Informações e Segurança no Teatro de Operações do Kosovo. Possui o Curso de Estado-Maior Exército (2011) e o Curso de Estado-Maior Conjunto (2011-2012). É autor e coautor de artigos e publicações no âmbito da História Militar, nomeadamente nas temáticas da guerra medieval, Guerra Peninsular e sociologia militar contemporânea. É também coautor do livro “A luta armada timorense na Resistência à Ocupação, 1975-1999”, Díli – Tribuna da História. É orador convidado em vários colóquios e seminários no âmbito da História Militar e História Medieval. É Investigador Integrado no Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

da Universidade Nova de Lisboa e membro do Gabinete de Estudos sobre a Ordem de Santiago. Encontra-se a preparar tese de doutoramento subordinada ao tema “A Guerra em Portugal nos séculos XII e XIII.”

Miguel Gomes Martins nasceu em Lisboa em fevereiro 1965. É licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e é Mestre e Doutor em História da Idade Média pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. É Técnico Superior de História na Câmara Municipal de Lisboa, tendo desempenhado funções no Arquivo Municipal entre 1992 e 2012, e no Gabinete de Estudos Olisiponenses, desde 2012 até à atualidade, desenvolvendo investigação no âmbito da História de Lisboa na Idade Média e início da Época Moderna. É autor de diversos trabalhos de História Militar Medieval, de entre os quais se destacam os livros *Lisboa e a Guerra (1367-1411)*, publicado em 2001; *A Vitória do Quarto Cavaleiro – O Cerco de Lisboa de 1384*; e *A Alcaidaria e os Alcaides de Lisboa (1147-1433)*, ambos de 2006; *As Cicatrizes da Guerra no Espaço Fronteiriço Português (1350-1450)*, em coautoria com João Gouveia Monteiro e publicado em 2010 (Prémio Cunha Serra da Academia Portuguesa de História); *De Ourique a Aljubarrota: A Guerra na Idade Média*, dado à estampa em 2011; *Guerreiros Medievais Portugueses*, de 2013; *A Arte da Guerra em Portugal: 1245-1367*, publicado em 2014 (Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga, da Academia Portuguesa de História); *Guerra e Poder na Idade Média: Das Cruzadas à Guerra dos Cem Anos*, em coautoria com João Gouveia Monteiro e Paulo Jorge Agostinho, publicado em 2015; e *Castelos, Muralhas e a Guerra de Cerco em Portugal na Idade Média* (no prelo). É também autor de várias dezenas de capítulos de livros, artigos científicos e textos publicados em atas de congressos nacionais e internacionais. É Académico Correspondente da Academia Portuguesa da História; Sócio Fundador e membro da Direção da Associação Ibérica de História Militar; investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa) e responsável pela cadeira opcional de “História da Guerra na Idade Média”, na FCSH-UNL; e colaborador do Centro de Estudos de História da Sociedade e da Cultura (Universidade de Coimbra).

Eurico Gomes Dias é natural de Torres Novas. É Professor Auxiliar com Agregação no Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna. Licenciado em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Línguas e Administração; Mestre em História Medieval e do Renascimento, com a dissertação *A construção da história medieval na imprensa periódica portuguesa de Oitocentos: os exemplos de “O Panorama” e do “Arquivo Pitoresco”*, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Doutor em História com a tese *Representações da Idade Média na imprensa periódica portuguesa: da Restauração de 1640 à Revolução Liberal de 1820*, pela mesma Faculdade. Pós-doutorado em História com a tese *Memórias de Litteratura Portuguesa da Academia Real das Ciências de Lisboa (1792-1814): ciências de incidência histórica e construção historiográfica*. Concluiu, recentemente, a agregação na área do conhecimento da História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto, validado pela unanimidade do Júri. É investigador Integrado no

CEPESE: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto, e do CISDI: Centro de Investigação em Segurança e Defesa do IESM. Investigador Associado no CINAMIL: Centro de Investigação da Academia Militar. É consultor científico de várias publicações periódicas com revisão. Tem obra publicada, destacando-se Olhares sobre o “Mercurio Portuguez” (1663-667). Transcrição e comentários, em dois volumes e Alexandre Herculano. Antologia Comemorativa – O Cidadão e o Historiador, ambos publicados pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Para o período que vem hoje tratar, refira-se ainda Gazetas da Restauração (1641-1648): uma revisão das estratégias diplomático-militares portuguesas, publicado pelo Instituto Diplomático. No prelo, Os Tratados de Vestefália (Münster e Osnabrück, 24 de Outubro de 1648 – edição crítica da transcrição latina e castelhana. Autor de mais de uma dezena de artigos científicos, orador convidado em inúmeros Seminários e congressos, o Professor Eurico Gomes Dias é um especialista no período da Restauração Portuguesa.

O Capitão-de-fragata **Carlos Alberto José Isabel** nasceu em Almada, a 30 de outubro de 1967. Frequentou a Escola Naval entre 1987 e 1993, ano em que foi promovido a Guarda-marinha. Nas suas comissões de embarque desempenhou os cargos de Chefe de Serviço de Navegação, a bordo da corveta “Augusto Castilho” e Chefe do Serviço de Operações Anti-submarinas a bordo das fragatas “Cte João Belo” e “Corte-Real”. Desde novembro de 2013 é o comandante do NRP “Polar”. Nas suas comissões em terra realçam-se as funções de Chefe de Gabinete de Análise, Desenvolvimento e Treino, na área “Under Water Warfare”, no Centro de Instrução de Tática Naval, acumulando paralelamente as funções de elemento permanente do Estado-maior embarcado, da POTG, no período de outubro de 2005 a junho de 2009. De junho de 2009 a setembro de 2011, desempenhou as funções de Chefe da Secção de Segurança Militar e Contra-Infamação, na área de Operações, da Divisão de Planeamento do Estado-Maior da Armada. Desde setembro de 2011 exerce as funções de Professor das unidades curriculares de Tática e Operações Navais e de Sistemas de Detecção e Armas Submarinas na Escola Naval. Durante a sua carreira, o Capitão-de-fragata José Isabel frequentou vários cursos com aproveitamento, dos quais se destacam o Curso Geral Naval de Guerra, no Instituto Superior Naval de Guerra, o “Maritime Warfare Course”, no Maritime Warfare Centre, Reino Unido. Detém uma Pós-Graduação em História Marítima e encontra-se na fase final para a obtenção do grau de Mestre na mesma área.

João Vieira Borges é Major-General do Exército Português e desempenha as funções de Comandante da Academia Militar e, por inerência, as de membro do Conselho Diretivo do Instituto Universitário Militar. É ainda membro do Conselho do Ensino Superior Militar e Presidente do Conselho da Arma de Artilharia. É Licenciado em Ciências Militares, pela Academia Militar (AM), Mestre em Estratégia, pelo ISCS, Mestre em Ciências Militares, pela AM e Doutoramento em Ciência Política pela Universidade dos Açores. Entre os vários cursos que frequentou destacam-se: o “Curso de Estado-Maior” (IAEM), o “Curso de Defesa Nacional” (IDN), o “Curso Aberto em Ciência Política” (UCL), o Cur-

so “Terrorism and Security Studies” (Marshall Center) e o Curso de Promoção a Oficial General (IESM). Foi Comandante de unidades de escalão Pelotão, Companhia e Batalhão durante mais de oito anos, oficial de Estado-Maior durante mais de cinco anos no Estado-Maior do Exército, delegado da Artilharia Antiaérea Portuguesa na NATO, Professor, Coordenador de Grupo Disciplinar, Chefe de Departamento e Vice-Presidente (e fundador) do Centro de Investigação da Academia Militar (CINAMIL). Mais recentemente foi Comandante do Regimento de Artilharia Antiaérea n.º 1 (2006-2008), Assessor de Estudos no IDN, Adjunto do Diretor de Ensino, Chefe do Departamento de Estudos Pós-Graduados, 2.º Comandante e Diretor de Ensino da Academia Militar. Foi ainda Secretário da Comissão Coordenadora e membro do Gabinete de Apoio Técnico do Modelo de Governação Comum do Ensino Superior Militar, entre fevereiro de 2014 e outubro de 2015. É Presidente da Revista de Artilharia, Diretor da Revista Proelium, membro da direção da Revista Militar, do conselho editorial da Revista Nação e Defesa, da comissão científica da Comissão Portuguesa de História Militar e da comissão de Relações Internacionais da Sociedade de Geografia de Lisboa. É conferencista e autor de várias obras (mais de 120 artigos e 23 livros - 11 dos quais como coautor ou coordenador) nas áreas da Estratégia, História Militar e Segurança e Defesa.

Nuno Correia Barrento de Lemos Pires, Coronel de Infantaria / Operações Especiais, é Comandante do Corpo de Alunos e Professor na Academia Militar (AM). Colabora como Professor Convidado no ISCTE-IUL, na Universidade Nova de Lisboa, no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM) e no Instituto de Defesa Nacional. É Doutor em História, Defesa e Relações Internacionais pelo Instituto Universitário de Lisboa ISCTE-IUL (com a AM); Mestre em Ciências Militares pela AM, Curso de Estado Maior pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM); Pós-Graduado em História Militar pela Universidade Lusíada; e Bacharel em Gestão de Recursos Humanos pelo Instituto Superior de Matemática e Gestão (ISMAG). Exerceu funções de instrução e comando na Escola Prática de Infantaria em Mafra (1988-1998); Professor de História Militar e Estratégia no IAEM (1999-2002); Intelligence Officer no NATO / Rapid Deployable Corps em Valência/Espanha (2002-2005); Assistente Militar do Comandante do NATO / Joint Command Lisbon em Oeiras (2005-2007); Comandante do 2.º Batalhão de Infantaria Mecanizado na Brigada Mecanizada em Santa Margarida (2007-2010); Professor de História e Relações Internacionais na AM (2010-2013); Diretor de Formação da Escola das Armas (EA) em Mafra (2013-2014). Participou em diversas missões internacionais destacando-se: Moçambique, Angola, Paquistão, Etiópia e Afeganistão. Tem 8 livros publicados e cerca de 100 capítulos ou artigos em livros e publicações variadas, nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola.

Paulo Jorge Fernandes é Investigador Integrado do Instituto de História Contemporânea e Professor Auxiliar do Departamento de História da FCSH-NOVA onde tem lecionado História de Portugal Contemporâneo (Século XIX), História do Brasil Contemporâneo, História de Espanha, História Comparada do Colonialismo Europeu no Século XIX e História Política do Liberalismo em Portugal. Doutorado em História Institucional e Política

Contemporânea pela FCSH-NOVA (2007). Publicou mais recentemente: Mariano Cirilo de Carvalho: o «Poder Oculto» do liberalismo português, 1876-1892 (2010) e Mouzinho de Albuquerque: um soldado ao serviço do Império (2010). Tem, igualmente, participado em obras coletivas, de que se destaca mais recentemente a publicação em 2014 de “A fotografia e a edificação do Estado Colonial: a missão de Mariano de Carvalho à província de Moçambique em 1890”, in VICENTE, Filipa Lowndes (dir.), *O Império da Visão. Fotografia no Contexto Colonial Português (1860-1960)*. Tem atualmente no prelo o texto “The press and Portuguese-British relations at the time of the British «Ultimatum»”, in KAUL, Chandrika and GARCIA, José Luís (ed.), *Media and the Portuguese Empire*, a ser editado pela Palgrave e em preparação um livro sobre as campanhas africanas de 1890 a 1918, que será publicado pela Imprensa Nacional.

O Capitão-de-mar-e-guerra **Augusto António Alves Salgado** nasceu em 17 de fevereiro e frequentou a Escola Naval entre 1983 e 1988. É Doutorado em História dos Descobrimentos, pela Faculdade de Letras de Lisboa desde 2010. Atualmente presta serviço na Escola Naval e no Instituto Universitário Militar, onde é professor das cadeiras de História Naval. É ainda professor no Mestrado História Marítima e no Mestrado de História Militar. No âmbito dos seus estudos sobre História Naval, foi galardoado nas Jornadas do Mar de 2000, com o 1.º prémio na classe de História e venceu o Prémio do Mar (Câmara Municipal de Cascais) Rei D. Carlos na sua 17.ª edição, relativa ao ano de 2011. A destacar ainda a publicação das seguintes obras: *A Invencível Armada 1588. A participação portuguesa*, 2002; *Os navios de Portugal na Grande Armada. O poder naval português. 1574-1592*, 2004; *1580. A conquista de Portugal segundo os frescos do Viso de Santa Cruz*, 2009 e colaborou no livro *Thermopylae, História do clipper mais veloz do mundo*, 2009. Mergulhador amador e fotógrafo subaquático há mais de 30 anos, desde 1993 que participa regularmente em atividades de arqueologia subaquática, sendo atualmente cocoordenador do “Projeto O U-35 no Algarve (1917)”, projeto que ganhou o prémio *Adopt a Wreck* 2015, da National Archaeology Society (UK).

Ana Paula Pires é doutorada em História, especialidade História Económica e Social Contemporânea pela FCSH-UNL. É investigadora de pós-doutoramento e membro da Direção do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, onde coordena a linha “Guerra Contemporânea: desafios globais e impactos locais”. É Visiting Scholar da Universidade de Stanford. É atualmente editora de *1914-1918 online International Encyclopedia of the First World War* e membro fundador da *International Network for the Study of the Great War in Africa*. Alguns dos principais trabalhos publicados: *Portugal e a I Guerra Mundial. A República e a Economia de Guerra* (2011); *António José de Almeida. O Tribuna da República* (2011), *Dicionário de História da I República e do Republicanismo (cocoordenação)*, 2013-2014 e *Brito Camacho. Um intelectual republicano no Parlamento, (em coautoria)*, *Divisão de Edições da Assembleia da República*, 2015.

CAPA

Composição Gráfica
Tenente-Coronel TINF Rui José da Silva Grilo

Sobre aguarela de
Tenente-General Vítor Manuel Amaral Vieira